

TRABALHO HUMANO, GLOBALIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO – PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO HUMANO NO PROCESSO DE REFORMA DO ESTADO*

Leador Machado

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objeto a análise histórica da evolução do trabalho humano e do Estado Nacional desde tempos imemoriais até a contemporaneidade, fazendo-se um paralelo entre a forma de organização do trabalho humano em dada época e a forma de Estado a que este corresponde, defendendo o argumento de que esta correlação não é casual, mas fruto do processo de organização econômica que se faz presente em dado momento histórico.

O início da pesquisa focaliza o trabalho humano ainda no período paleolítico, perpassa pelas formas de trabalho nas cidades-estado greco-romanas, até chegar a sua forma de organização na Idade Média, no período do chamado feudalismo, no qual a forma de organização do trabalho começa a evoluir e o Estado passa a interferir mais direta e sistematicamente nessa organização. A presença do trabalho servil em substituição ao trabalho escravo e o surgimento das primeiras corporações de ofício são marcas desta época.

Na Alta Idade Média¹ já se percebe o aparecimento de alguns novos tipos de organização. Florescem as cidades², as casas de comércio, as primeiras empresas e, junto com toda essa evolução, o Estado nacional. O trabalho deixa de ser feito

* Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso Ordem Jurídica e Ministério Público da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Orientadora: Prof^a Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

¹ Como é sabido, a Idade Média divide-se em quatro períodos: a 1^a Idade Média (séc. IV a meados do séc. VIII); a Alta Idade Média (meados do séc. VIII ao séc. X); a Idade Central (séc. XI a séc. XIII), período em que se consolida o feudalismo e se opera o Renascimento; a Baixa Idade Média (séc. XIV a meados do séc. XV), tempo do declínio medieval.

² As primeiras cidades formaram-se por volta do ano de 3.500 a.C. no vale compreendido pelo Tigre e Eufrates, mas o fenômeno urbano só se manifesta, significativamente, a partir a primeira metade do século XIX. (SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores. p. 20).

em casa ou nas pequenas corporações e passa a ser feito nas fábricas. Opera-se a separação do trabalhador dos meios de produção do seu trabalho. Com as fábricas se aglomerando nos arredores das cidades e com os cercamentos e a piora das condições no campo, há um grande fluxo migratório e uma grande concentração de massa humana nas periferias dessas cidades: surge o proletariado, o trabalho assalariado e o que, a partir de Marx, se convencionou chamar de exército de reserva de mão-de-obra.

Os proprietários das empresas, os comerciantes e os industriais unem-se ao rei e ao Estado Nacional Absolutista para enfraquecer os senhores feudais e a Igreja. Conseguindo tal intento, unem-se aos trabalhadores para acabar com o Estado Absolutista. Enfraquecido o poder do rei, esses empresários assumem o comando do Estado e voltam-se contra os trabalhadores, juntando-se aos antigos detentores do poder para fazer frente ao insurgente movimento operário: consolida-se a burguesia e com ela o liberalismo, máscara ideológica do capitalismo.

Com o acirramento da exploração capitalista, surgem as suas primeiras crises. O movimento operário se organiza para fazer face ao aviltamento crescente da sua situação: surgem as primeiras teses socialistas e o marxismo – cujo ponto culminante é a divulgação do manifesto comunista de Karl Marx e Friedrich Engels de 1848. Da disputa entre os Estados Monopolistas surge a primeira grande guerra trazendo ainda mais sofrimento para a população trabalhadora. Na esteira desses acontecimentos, os trabalhadores, liderados por Lênin, tomam o poder na Rússia Czarista e formam o primeiro Estado socialista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Com a quebra da bolsa de valores de 1929 – oriunda do processo de sobreacumulação e do excesso de produção – seguida da Depressão, os Estados Capitalistas entram mais uma vez em profunda crise que juntamente com as mal resolvidas disputas territoriais da Primeira Guerra Mundial fazem o cenário propício para a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Com o resultado catastrófico desses acontecimentos para os trabalhadores e o “espectro comunista” que pairava sobre a Europa, os Estados Capitalistas deram início a uma profunda reformulação de seu sistema, visando à retomada do processo de acumulação e visando a fazer frente à alternativa socialista que despontava com a Revolução Bolchevique.

Nesse contexto, é que se passou de um Estado Absenteísta – no qual se tinha o princípio da livre iniciativa como máxima – para um Estado Intervencionista, que passava a cultivar alguns direitos sociais visando a melhorar a condição socioeconômica dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, propiciar a retomada do processo de acumulação. Nesse período se deu o surgimento do Direito do Trabalho, de forte matiz protecionista, visando a nivelar as flagrantes diferenças entre empregados e empregadores. Com o crescimento do aparelho do Estado, para fazer frente às

novas demandas que se lhe atribuíam, surge também o Estado Empregador, que passa a constituir um corpo administrativo significativo, facilitando a sua intervenção nas relações capital/trabalho.

Este Estado Intervencionista cumpre seu papel ao retirar o capitalismo da crise que se encontrava e ao mesmo tempo proporciona uma melhora razoável nas condições de vida dos trabalhadores. Recuperado seu fôlego, o capitalismo inicia um forte processo de expansão. Aos poucos a forma de produção baseada na lógica de controle do tempo de produção e da divisão do trabalho, modelo taylorista/fordista, vai sendo substituída pelo modelo toyotista, que, com o avanço tecnológico e novas formas de exploração, proporciona mais uma crise de excesso de produção. Já não existem mais territórios coloniais para onde o excedente da produção pode ser exportado. Para onde expandir? Dá-se início a um novo ciclo caracterizado pela desregulamentação e pela abertura de mercados.

A tão propalada “crise do Estado Intervencionista” exsurge desse contexto, precipitando a eclosão das teses neoliberais, com profundos reflexos sobre o mercado de trabalho, a organização do capital e a forma do Estado. É essa crise e o contexto em que ela se encerra que se pretendem analisar com mais vagar no bojo desta pesquisa. Não se tem aqui a pretensão de apontar saídas ou chegar a conclusões precisas sobre esse contexto, mesmo porque ele é muito complexo. Visa-se, com base no trabalho de diversos especialistas, a contribuir para uma reflexão sobre o momento, no intuito de tentar diminuir as possibilidades de que essa avalanche de mudanças que se anunciam seja feita, mais uma vez, à custa e em detrimento daquele que só dispõe da sua força de trabalho para sobreviver.

CAPÍTULO 1 – OS PRIMÓRDIOS DO TRABALHO – DA PRÉ-HISTÓRIA AO FEUDALISMO

Nunca se saberá exatamente quando e onde, e possivelmente o fato se deu em vários lugares, em momentos diferentes, e foi em si também um processo lento. O certo é que um dia o animal ganhou consciência do ato reflexo que praticava. E ganhou consciência do distanciamento que havia entre ele, sujeito, e o objeto que utilizava. E ganhou consciência do relacionamento existente entre ambos por ocasião do ato.

Do trabalho nascera a consciência; com a consciência o ato reflexo passara a ser trabalho. Pelo trabalho, ao gerar essa consciência, o animal transformara-se em homem.³

1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Não se pode dizer com certeza onde ou quando o homem surgiu na face da terra. Estudos recentes, segundo Faria, Marques e Berruti⁴, indicam que isso se deu acerca de cinco milhões de anos, na África. Num ambiente tropical, reuniram-se as condições que permitiram a lenta evolução de um ser que passou a se destacar de seus companheiros pela capacidade de criar cultura. Com os desafios que se lhes apresentavam na defesa e na obtenção de comida, os homens passaram a utilizar determinados comportamentos reflexos e, em algum momento, conforme os autores da obra citada, tomaram ciência do que faziam.

A fabricação de utensílios destacava os homens dos demais animais, e, aos poucos, transformava-os em caçadores. Com o domínio do fogo, afugentavam os grandes animais e cozinhavam os alimentos. A divisão do trabalho era por sexo e faixa etária. As mulheres, as crianças e os velhos dedicavam-se à coleta e ao cozimento dos alimentos. Entre os homens, enquanto alguns caçavam, outros passaram a se dedicar à fabricação de armas e demais instrumentos. Os produtos da caça e os instrumentos eram divididos igualmente entre os membros do grupo. Com o cultivo de vegetais e a domesticação de animais, o homem deixou de ser nômade e passou a se estabelecer num determinado local. Construiu casas cada vez mais próximas umas das outras visando à proteção, surgindo as primeiras aldeias e com elas as primeiras civilizações do Oriente⁵.

Não é objeto deste estudo o aprofundamento acerca do fascinante mundo de todas as grandes civilizações da antiguidade e da contribuição dada por essas sociedades ao progresso humano, haja vista a invenção da escrita. Uma coisa, todavia, despertou interesse de alguns estudiosos e diz respeito ao objeto desta pesquisa: o modo de produção asiático, a partir dos estudos de Karl Marx. O que caracteriza esse modo de produção, segundo Faria, é a existência da apropriação do excedente por determinados grupos que exerciam funções definidas na sociedade. Esse poder de função aos poucos foi se transformando em poder de

³ MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. *História econômica*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1970. p. 12, *apud* FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES; Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. *História*. 1998, p. 11.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 9.

⁵ *Idem, ibidem*, pp. 12-14.

exploração, criando o Estado para defender seus interesses, contra os interesses da maioria da população, surgindo a desigualdade, sem, contudo, ter surgido a propriedade privada⁶.

Das civilizações antigas, destacam-se a civilização greco-romana e sua organização. A civilização grega é considerada o berço da cultura ocidental. Sua literatura, sua arte, sua filosofia e suas práticas políticas ainda influenciam o mundo. O direito deita suas raízes na fascinante cultura romana. Tal evolução, todavia, não impediu que o mundo greco-romano vivenciasse com muita proximidade o modo de produção escravocrata, levando Marx e outros historiadores a afirmar que, sem escravidão, não haveria o Estado Grego ou o Romano e sem eles não haveria o mundo moderno.

O modo de produção escravista foi uma invenção decisiva do mundo greco-romano. Deve ser destacada a originalidade desse modo de produção. A escravatura propriamente dita existira sob várias formas em outras civilizações (...); mas nunca como a maneira principal de criar renda para alguém⁷.

A atividade escravista praticada no mundo greco-romano era bastante diversificada. Segundo André Aymard e J. Auboyer⁸, houve escravos de luxo para o prazer e a ostentação do senhor; domésticos, no trabalho caseiro; operários especializados; operários utilizados por possuidores de pequenas empresas; gladiadores que se batiam até a morte para distrair as multidões; operários das grandes empresas, trabalhos públicos e minas; e os mais numerosos, os escravos que faziam o trabalho junto à terra, os escravos rurais.

2 O MODELO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Com a grande expansão e posterior queda do Império Romano e as invasões das tribos bárbaras, a sociedade urbana volta-se para as propriedades rurais de onde poderiam retirar a subsistência, dando origem ao que alguns autores chamaram de a “grande noite da Idade Média”. A concepção da Idade Média como idade das trevas não é, todavia, compartilhada por todos os historiadores, em especial pelos românticos que a reconstruíram por vezes de forma fictícia e idealizada, mas procurando resgatar daí o berço da racionalidade⁹.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 23.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 25.

⁸ AYMARD, André; AUBOYER, J. Roma e seu Império. In: CROUZET, Maurice (Dir.). *História geral das civilizações*. São Paulo: Difel, 1956, t. II. p. 167, *apud* FARIA. *Op. cit.*, p. 53.

⁹ FARIA. *Op. cit.*, pp. 75-77.

Com a volta do homem medievo ao campo, deu-se início ao que se convencionou chamar de feudalismo. Da piora da condição do cidadão livre de Roma e da melhora da condição do trabalhador escravo, surgiu o colono ou o servo. Leo Huberman, no início de sua obra *História da riqueza do homem*¹⁰, indaga: “Quem trabalhava enquanto o padre pregava e o cavaleiro lutava? Quem lhes providenciava a comida, as vestes, as armaduras, as armas?”

A sociedade feudal era dividida em três classes: sacerdotes, guerreiros e trabalhadores. O feudo era uma aldeia com várias extensões de terra ao redor. Cada propriedade tinha um senhor feudal (este podia ter mais de uma propriedade), que ali morava com sua família, empregados e funcionários (estes eram encarregados de administrar a propriedade). Os bosques, os pastos e os prados eram usados em comum. A terra arável era dividida em duas partes: um terço era do senhor e a outra ficava em poder dos servos arrendatários¹¹. Os arrendatários trabalhavam não só suas terras, mas também a propriedade do senhor. A terra do senhor tinha de ser arada primeiro, semeada primeiro e ceifada primeiro. O arrendatário tinha que trabalhar dois ou três dias por semana na terra do senhor, sem contar com o trabalho nos chamados dias de “dáviva”, sem receber qualquer pagamento. Os afazeres do senhor feudal tinham sempre prioridade, ficando os do camponês para quando sobrasse tempo, se sobrasse. Se o senhor resolvesse vender sua terra a outro, significava apenas que o camponês estaria a este submetido e não mais àquele. Trocava-se apenas de senhor. A sorte do camponês e de sua família estava presa à terra e às obrigações que ela gerava.

Ao lado dos servos camponeses, havia os servos de domínio, que trabalhavam as terras do senhor todo o tempo, e os aldeões, que não possuíam terras, mas apenas uma cabana e trabalhavam para o senhor em troca de comida. Somavam-se a estes também os “vilãos” que eram servos com mais privilégios, tinham deveres mais precisos, podendo pagar ao senhor em parte de sua produção ou em dinheiro. Os servos não eram muito valorizados pelo senhor. Para se ter uma idéia, no séc. XI, um camponês francês era avaliado em 38 soldos enquanto um cavalo valia 100 soldos¹².

O senhor do feudo, como o servo, não era proprietário da terra, mas era ele próprio arrendatário de outro senhor, mais acima na escala hierárquica, o conde,

¹⁰ HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 23. ed. Ver. tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 4.

¹² *Idem, ibidem*, pp. 6-9.

que, por sua vez, arrendara a terra de um duque, este, do rei. Um nobre poderia ter vários feudos, o rei era, nominalmente, dono de toda terra. Era rico quem dominava mais terra, pois poderia trocá-la por favores. A terra era a medida principal de riqueza, por isso, havia as guerras de disputa por terra.

Na transmissão de terra dos servos aos seus herdeiros, pagava-se uma multa ao senhor. Se uma viúva quisesse se casar novamente, precisava da permissão do senhor e pagava-lhe uma multa. Se quisesse permanecer viúva, tinha que pagar para tal¹³.

A Igreja era a maior proprietária de terras desse período. Terras eram doadas em troca de salvação. Outras para a assistência aos pobres e aos doentes. Das terras conquistadas pelo rei, parte era doada à Igreja. Com essa benevolência, a Igreja tornou-se proprietária de um terço à metade das terras da Europa Ocidental nesse período. Bispos e abades estavam no mesmo patamar hierárquico de condes e duques, mantendo o mesmo sistema de feudos deles, a não ser pelo fato de que as terras destes eram divididas para atrair simpatizantes enquanto a Igreja adquiria mais e mais. Com o ganho vindo das terras e a cobrança do dízimo (10% sobre toda e qualquer renda de todos os fiéis), a Igreja tornava-se cada vez mais rica e mais severa na cobrança dessas obrigações. A extorsão do camponês pela Igreja era tão severa que em muito superava a sua caridade. O servo estava refém do clero e da nobreza: o primeiro lhe prestava ajuda espiritual e o segundo proteção. A ambos tinha que pagar com o pouco ou quase nada que tinha.

O dinheiro acumulado pelos padres e pelos nobres não tinha circulação na época, pois não havia comércio. O intercâmbio de mercadorias se fazia na base da troca no mercado semanal junto ao mosteiro. Não havia produção de excedente, apenas o necessário para a subsistência. Ademais, as estradas eram ruins, havendo salteadores e cobrança de pedágio pelos senhores feudais. O dinheiro era escasso, e havia uma diversidade de moedas. Esse comércio só veio a se modificar com as cruzadas à Terra Santa, que tiveram como objetivo último pilhar as riquezas dos povos muçulmanos sob o manto de converter os infieis. A Igreja viu, nas cruzadas à Terra Santa, uma oportunidade para expandir seu poderio. Os nobres e os cavaleiros enxergaram nelas oportunidades de saques e aquisição de fortuna. As cidades italianas buscavam a ampliação de seu comércio de olho nas especiarias orientais. Assim, os séculos XI e XII viram o despertar do comércio e o surgimento das grandes feiras e com elas a figura do comerciante¹⁴.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 12.

¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 17-24.

3 O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS CIDADES E O INÍCIO DA MUDANÇA DE CONDIÇÃO SERVIL

Nos locais em que duas estradas se encontravam, na embocadura de um rio ou onde a terra apresentava um declive adequado, o comércio se estabelecia e com ele as cidades. Nesses locais havia geralmente uma igreja e uma fortaleza denominada “burgo”, onde os comerciantes negociavam, descansavam e se protegiam nos intervalos das longas jornadas¹⁵. À medida que os comerciantes foram se estabelecendo nessas cidades, foram se reunindo em corporações de mercadores, estabelecendo regras de exclusividade de comércio e tomando o controle do mercado. A influência dessas corporações junto às autoridades permitia-lhes opinar na escolha de seus funcionários ou tornarem-se eles próprios os funcionários. A medida de riqueza, que se fazia com base na terra, passa para o dinheiro, e seus proprietários – nobres e sacerdotes – passaram a dividir o poder com a nascente classe média que vivia da compra e da venda¹⁶.

Ressalte-se que, nesse período, os senhores feudais começavam a perceber que o trabalho do servo já não rendia tanto¹⁷, posto que, com a prosperidade vinda das cidades, com a possibilidade de outras terras para serem cultivadas, com a irrigação dos pântanos e a abertura de novas fronteiras, os servos se sentiam mais à vontade para se desgarrarem da terra e se aventurarem noutras bandas. Sabiam também que o camponês que deixava sua terra para trabalhar dois ou três dias nas terras do seu senhor não o fazia de bom gosto e, portanto, não produzia o necessário. Era mais vantajoso optar pelo trabalho alugado, libertando os seus servos. A Igreja, todavia, se pôs radicalmente contra essa possibilidade. Entre 1320 e 1458, os estatutos da Cluníaca, uma ordem religiosa, são exemplo desta reação: “Excomungamos os que, tendo controle de servos e não libertos, homens e mulheres de condição servil pertencentes aos mosteiros de nossa ordem concedam a essas pessoas cartas e privilégios de liberdade.” (Sublinhas no original)¹⁸.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 25.

¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 32-33.

¹⁷ Segundo Weber, a famosa frase “o ar da cidade faz livre os homens” vem da circunstância de que a cidade era um mercado, com oportunidades no comércio ou no artesanato, daí por que era para muitos senhores um motivo para não explorar seus escravos ou servos ou empresa como mão-de-obra, mas sim como fundo de renda. Dessa maneira, treinava-os como artesãos ou pequenos comerciantes e depois eram mandados para a cidade, onde exerciam uma atividade aquisitiva em troca do pagamento de um censo pessoal. A possibilidade de comprar a liberdade aumentava o rendimento econômico, especialmente dos pequenos burgueses não-livres. Dessa maneira, a cidade ocidental era um lugar de ascensão da servidão à liberdade. As diferenças estamentais desapareceram na cidade, pelo menos na medida em que significavam a diferença entre a liberdade e a não-liberdade comum” (WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 2º vol. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 428.

¹⁸ HUBERMAN. *Op. cit.*, pp. 45-47.

Essa situação piorou com a Peste Negra, que dizimou entre um terço e a metade da Europa entre 1348 e 1350, vindo a tornar escassa a mão-de-obra e a fazer subir o valor do trabalho do camponês. O preço do trabalho alugado aumentou em 50% em relação ao que fora antes da Peste Negra. As autoridades, sob a influência da Igreja, baixaram decretos proibindo ao trabalhador cobrar mais caro por seu trabalho e ao senhor de pagar-lhe a mais. Revoltas camponesas se multiplicaram, líderes foram enforcados, mas, por mais que tentassem, os senhores feudais não podiam sustentar o processo de desenvolvimento agrário que se anunciava. A velha organização feudal, sob a pressão das forças econômicas, já não resistia, e, em meados do século XV, na Europa Ocidental, os arrendamentos pagos em dinheiro haviam substituído o trabalho servil. Muitos camponeses conquistaram, assim, a emancipação completa¹⁹.

4 AS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO

A fabricação de utensílios que antes era feita na casa do próprio camponês, com o progresso das cidades e o uso do dinheiro, deu aos artesãos a oportunidade de abandonar a agricultura e viver de seu ofício. Uma sala da casa em que morava servia ao artesão como oficina de trabalho e a janela como local de exposição para venda. Quando havia demanda, ele poderia aumentar a produção e contratar um ou dois ajudantes. Esses ajudantes eram de dois tipos, aprendizes e jornaleiros. Os aprendizes eram jovens que viviam e trabalhavam com o artesão principal, aprendendo o seu ofício. A iniciação de um aprendiz de artesão variava de dois a sete anos, e, concluído o aprendizado, poderia abrir sua própria oficina ou virar jornaleiro – que era um artesão empregado do mestre artesão. O produto do trabalho do artesão, que inicialmente era apenas para consumo interno, aos poucos vai se tornando uma mercadoria.

Aqueles que se reuniam sob o manto de um mesmo trabalho, aprendizes, jornaleiros e mestres, pertenciam a uma mesma corporação. Era a chamada corporação de ofício. O fato de ser patrão ou empregado não era relevante, pois os interesses a serem defendidos eram comuns ao ofício. Essas corporações aos poucos foram estabelecendo o monopólio da produção de sua arte e da formação de aprendizes, não permitindo que estrangeiros se imiscuissem nos seus negócios. Esse sistema de corporações se destacava por permitir a igualdade de tratamento entre seus membros e pela facilidade com que os aprendizes podiam chegar até mestres.

¹⁹ COULTON, G. G. *The medieval village*. Cambridge University Press, 1925. p. 148, *apud* HUBERMAN. *Op. cit.*, p. 43.

Com o desenvolvimento do comércio e o aumento da demanda, as corporações mudaram. Certos mestres passaram a se achar melhores que outros. Criaram-se corporações superiores e inferiores, podendo, os mestres dessas últimas, tornarem-se até assalariados dos mestres das corporações superiores.

As corporações passaram a ter um papel central nas recém-formadas cidades. Alguns mestres das corporações superiores, juntamente com os comerciantes, passaram a se organizar num âmbito maior e a formar as administrações dessas cidades. Surge o embrião dos primeiros governos chamados municipais. Os mais ricos e influentes eram, quase sempre, identificados com o governo municipal. No campo, a aristocracia de nascimento constituía a classe dominante; nas cidades a aristocracia do dinheiro predominava. Cada vez tornava-se mais difícil cumprir o ciclo aprendiz-jornaleiro-mestre. Tornar-se patrão foi ficando um sonho cada vez mais distante, e o ciclo passou a se resumir a aprendiz-jornaleiro. O funil desembocou para o exclusivismo, no qual só poderia ser mestre-artesão ou mestre-tecelão se fosse filho de um mestre-artesão ou de um mestre-tecelão.

Com a subversão do sistema, os trabalhadores começaram a se afastar das antigas corporações e a formar suas próprias organizações. Não demorou muito e as associações dos trabalhadores começaram a incomodar as autoridades e os patrões, sendo perseguidas. Proibiram-se as reuniões, e deu-se início a uma forte repressão aos seus líderes. A situação dos trabalhadores que não estavam organizados era ainda pior do que a dos jornaleiros: além de não terem permissão para ingressar nas associações, não tinham quaisquer dos direitos que eram reivindicados pelas corporações e estavam à mercê dos industriais mais ricos, para os quais trabalhavam em condições miseráveis e por salário de fome. Viviam em locais fétidos, não tinham nem a matéria-prima e nem as ferramentas, tendo apenas o seu trabalho e dependendo do empregador e de condições favoráveis do mercado para sua sobrevivência.

CAPÍTULO 2 – O ESTADO NACIONAL ABSOLUTISTA E A TRANSIÇÃO PARA O ESTADO BURGUÊS

As relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais; mesmo sendo correto afirmar que a liberdade potencial do trabalhador tenha aumentado, visto que o empregador nas fazendas ou o artesão na indústria doméstica estavam (nas palavras de Toynbee) ‘situado a meio caminho entre a posição do servo e do cidadão’, essa ‘liberdade’ significava que se sentia mais intensamente a falta dela. Em qualquer situação que se procurasse

resistir à exploração, ele se encontrava em frente das do patrão ou do Estado e, comumente, em frente das duas.²⁰

1 TODO PODER AO REI

A Igreja Católica reinava absoluta. Recebia os impostos, impunha os regulamentos, mas constituía, junto com os senhores feudais, um entrave para as classes médias – aqueles que trabalhavam e comerciavam nas cidades ou burgos – leia-se burguesia. Com o incremento do comércio e das cidades, as classes médias precisavam de segurança para seus quarteirões, proteção contra assalto nas estradas e isenção de taxas de pedágio. A burguesia queria ordem e segurança. O rei estava fraco, e sua autoridade só existia teoricamente. Os senhores feudais tinham se enfraquecido em constantes disputas. A ganância da Igreja não interessava e não atendia aos anseios da emergente burguesia. Optou-se, então, por fortalecer o rei. O rei foi um aliado imprescindível na luta contra esses senhores. Tudo o que reduzisse a força dos barões das terras fortalecia o poder real. A burguesia assinalava com empréstimos em dinheiro, caso o rei lhe ajudasse.

Com a ajuda dos grupos comerciais e industriais, o rei formava seu exército permanente – mais bem equipado e com armas de última geração –, passando a não mais depender dos exércitos dos senhores feudais. Em contrapartida, o rei editava leis proibindo os senhores feudais de manterem exércitos regulares e de importunarem os mercadores no transporte de suas mercadorias e no exercício de seu ofício. O comércio e o Estado Nacional dependiam um do outro para crescerem. Os monopólios locais foram derrubados, as corporações passaram a ser um obstáculo ao desenvolvimento livre do comércio, e seus regulamentos passaram ao controle dos juizes de paz. De par com isso, o rei começa a criar um sistema de cobrança de impostos, cujo pagamento deveria ser em espécie, criando, concomitantemente, uma burocracia estatal composta de funcionários assalariados encarregados de cobrar esses tributos.

Não demorou muito e as corporações de ofício foram banidas na França. Privilégios monopolistas das cidades foram reduzidos. Burguesia e Estado Nacional cresciam juntos. Trocavam favores, cargos e privilégios econômicos e sociais. Com a defesa dos interesses locais pelo rei, surgia um sentimento de defesa dos interesses locais. Camponeses, artesãos e mercadores se uniram pela criação de um governo forte, guiados por um recém-surgido sentimento de nacionalidade, incentivados por

²⁰ THOMPSON, Edward. *Formação da classe operária inglesa, 1987*, pp. 21-23.

exemplos iguais ao de Joana D’Arc na França. A causa do rei, aos poucos, foi se tornando a causa de todos. O localismo paulatinamente foi sendo substituído pelo nacionalismo, tendo à frente um soberano poderoso²¹.

Vencido o senhor feudal restava agora a Igreja. O rei disputava com a Igreja o direito de indicar a substituição de bispos e abades – em vista do dinheiro que eles administravam – e a unificação dos julgamentos pelos tribunais do Estado, uma vez que a Igreja tinha seus próprios tribunais. De outra banda, o Estado insistia em receber impostos da Igreja. Para legitimar a ruptura que se anunciava, surgiram os primeiros reformadores. Wyclife, líder espiritual da revolta camponesa na Inglaterra, e Hus, na Boêmia, não só protestavam contra Roma como também pregavam a igualdade entre os homens. Não lograram qualquer êxito, pois essa igualdade não estava nos planos da Igreja, do rei e muito menos da burguesia. Lutero e os reformadores que se seguiram não pregavam doutrina perigosa às classes dominantes, ao contrário, no mais das vezes, aliaram-se a elas, *verbi gratia*, para sufocar revoltas camponesas. Lutero incitava os nobres contra os rebeldes, condenando rebelião e exortando os governos “por piores que sejam”.²² Os reformadores, exortando o rei e o nacionalismo, conseguiram muitos adeptos. Por trás da reforma protestante, estava o desejo da burguesia de acabar com os últimos resquícios do feudalismo. O papel que a Igreja antes cumprira, o Estado Nacional estava agora muito mais apto a cumpri-lo. Na luta para livrar as cidades dos senhores feudais e da influência da Igreja, ricos e pobres uniram-se. Os frutos da vitória foram colhidos pelos ricos. As classes inferiores apenas mudaram de senhor²³.

2 O MERCANTILISMO: O ESTADO NACIONAL JÁ NASCE EXPANSIONISTA

Com o Estado Nacional Absolutista consolidado, o rei passou a ter necessidade de grande quantidade de ouro e prata para cunhar suas moedas e fazer face às despesas da numerosa corte. Para tanto, foram concedidos benefícios especiais aos mineiros, sendo proibida a saída daqueles metais da órbita do Estado, e, mais importante, houve um investimento maciço nas navegações rumo ao ocidente para se contrapor ao comércio do oriente dominado pelos venezianos, com o objetivo primeiro de encontrar outro caminho para as Índias e suas riquezas. Para financiar as viagens aos continentes desconhecidos, necessitava-se de muito dinheiro. O rei não o

²¹ HUBERMAN. *Op. cit.*, pp. 64-70.

²² *Idem, ibidem*, p. 74.

²³ *Idem, ibidem*, pp. 57-61.

tinha. Uma, duas ou poucas pessoas não conseguiam fazê-lo. Foi assim que nasceram as companhias, sociedades por ação, embrião das grandes empresas.

A primeira sociedade por ação inglesa foi a dos Aventureiros Mercadores. Contava com 240 acionistas que contribuíram com 25 libras cada uma. Assim, a venda de ações conseguia mobilizar o capital necessário às expedições comerciais, marítimas e colonizadoras. Essas companhias, em troca do financiamento, exigiam o monopólio do comércio e outras vantagens comerciais em relação às terras conquistadas²⁴. Os altos lucros do comércio possibilitaram a acumulação de capital para a grande expansão industrial dos séculos XVII e XVIII.

Com a descoberta e a exploração do Novo Mundo, os espanhóis inundaram a Europa com prata e ouro, causando uma grande elevação nos preços. Para manter as suas luxúrias, os reis precisavam aumentar os impostos, pois havia um desequilíbrio entre receita e despesa. Os senhores feudais, donos das terras, tinham que pagar novos preços recebendo os antigos arrendamentos. Os preços dos arrendamentos foram aumentados tirando o meio de sobrevivência de milhares de camponeses. A terra, bem de uso comum e de subsistência, virou reserva de valor do senhor feudal. Somente os mercadores é que lucravam com essa situação²⁵.

Como os camponeses não pagavam aos senhores feudais, estes não pagavam aos reis, o que gerou uma situação de conflito. Os reis necessitavam de se armar para a guerra. O dinheiro, assim como as armas que ele compraria, foi adquirido junto aos mercadores²⁶. O Estado Nacional, já nos seus primórdios, nasce refém da burguesia.

Outro negócio lucrativo para os comerciantes e monarca foi o tráfico de escravos. Os comerciantes, com proteção dos reis e bênçãos da Igreja, capturavam escravos na África, vendiam-nos na América para trabalharem de graça, produzindo bens nas plantações. Esses bens eram industrializados na Europa e levados para a África onde eram trocados por escravos, que eram vendidos na América para trabalharem de graça²⁷.

José Luis Fiori, analisando os aspectos das relações entre os Estados, os capitais privados e os processos simultâneos de “endogenização nacional” e expansão territorial do capitalismo, no período que corresponde à Alta Idade Média, fala sobre as lições que poderíamos tirar dessa história. Uma primeira, que o

... casamento do Estado com o capitalismo é originário e indissolúvel, mas foi sempre mais estreito e expansivo em alguns estados do que em

²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 82-83.

²⁵ NOVAES. Carlos Eduardo. *Capitalismo para principiantes*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1984. pp. 28-34.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 35.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 45.

outros; a segunda, que os dois, ao nascerem juntos, constituíram, a um só tempo, os territórios e as economias “nacionais” e os impérios coloniais. Isso vem em direção oposta ao senso comum, que tende a considerar que os estados territoriais foram um freio permanente e impotente ao movimento de mundialização do capital, quando, ao contrário, o que a história nos ensina desde o século XVI é que, se o capital sempre teve a propensão incontida à globalidade, os estados territoriais originários já nasceram movendo-se – ou, muito pouco depois de se haverem formado, já se moviam – em direção à “extraterritorialidade” e a tentativa de constituição de impérios cada vez mais globais. (...) A terceira lição que podemos extrair, sobretudo do período “mercantilista” propriamente dito, é que a competição entre estes estados originários não apenas incentivou políticas protecionistas e de monopolização comercial mas, ao mesmo tempo, acelerou os processos internos de “desregulação” e integração que deram origem aos mercados internos e aos primeiros sistemas econômicos “endógenos”. Segundo Eli Hecksher, inclusive, “a força mais poderosa do mercantilismo se projetava para dentro e não para fora dos países; dirigia-se contra os organismos e poderes locais, contra as cidades, as províncias, os países e as corporações que haviam dominado a vida social durante a Idade Média. Assim considerado, o mercantilismo foi, sobretudo, um sistema unificador.”²⁸

3 A REVOLUÇÃO FRANCESA E A APROPRIAÇÃO DO ESTADO PELA BURGUESIA

O sistema feudal, todavia, ainda incomodava a burguesia capitalista. A reação mais explícita e significativa a esse sistema deu-se na França. A burguesia, para dispor livremente de seu poderio econômico, financiou o rei para que este desbancasse o senhor feudal e a Igreja. Sendo detentora absoluta de seu poder econômico, faltava-lhe o político. Já era dona do capital, mas não das terras. Na França, o clero e a nobreza ainda eram as classes privilegiadas. Chamavam-se Primeiro e Segundo Estado, respectivamente. Arrogavam-se o direito de não pagar impostos e efetivamente não o pagavam. O clero tinha cerca de 130.000 membros, e a nobreza aproximadamente 140.000. Viviam na ociosidade, já que somente alguns poucos trabalhavam. A classe sem privilégio era o povo que tinha o nome de Terceiro Estado. Representava mais de 95% da população de 25 milhões de habitantes que tinha a França. Cerca de 250.000 destes constituíam a classe média superior ou burguesa. Outro grupo consistia nos artesãos vivendo em

²⁸ HECKSHER. 1943, p. 6, *apud* FIORI, José Luis. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001. pp. 169-170.

pequenas aldeias e cidades. Eram cerca de dois milhões e meio. Todo o resto, cerca de 22 milhões, eram camponeses. Estes eram os que pagavam tributo ao Estado, dízimo ao clero e taxas feudais à nobreza. Um quadro da época, segundo Huberman²⁹, mostrava bem a realidade: o camponês curvado carregando em suas costas o rei, o padre e o nobre.

A Professora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira³⁰ resume, de forma bastante profícua, essa quadra da história imputando ao agravamento do déficit público francês a convocação da Assembléia de Notáveis em 1787 com o objetivo de estender à nobreza e ao clero a cobrança de impostos. Com a reação destes, o rei convocou a Assembléia dos Três Estados, na qual o Terceiro Estado possuía um número igual ao dos representantes do clero e da nobreza juntos. Essa reunião forma-se em assembléia nacional e, logo em seguida, em Assembléia Nacional Constituinte, dando início à tomada do poder pela burguesia.

A Constituinte, diz a autora³¹, impôs tratamento igualitário na cobrança de impostos, proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (26-8-1789) e a Constituição de 1791, estabelecendo a Monarquia Constitucional de base censitária, na qual apenas quem detinha uma determinada renda poderia votar e ser votado. Surge o liberalismo como novo projeto social, reforçando o capitalismo, passando a burguesia a controlar o Estado. Alcançado o seu objetivo, a burguesia desfaz-se do proletariado e segue o rumo da hegemonia.

Não resta dúvida de que a Revolução de 1789 foi provocada pela burguesia. A burguesia, diz Huberman³², estava na “mesma situação do pinto dentro do ovo que chega a um tamanho em que tem que romper a casca ou morrer”. A burguesia financiou o rei e o Estado Nacional, para diminuir o poder da igreja e da nobreza. Esse poder diminuiu com a ascensão do Estado e do comércio. Todavia, a nobreza e o clero continuavam impregnados no Estado, sugando-o e ao povo, qual parasitas que deviam ser despachados. Ademais, a burguesia queria de volta o dinheiro que emprestara ao Estado. Tratou então de fazer uma revolução. Para tanto, convenceu a artesãos, camponeses e pequenos comerciantes, entre outros, que o mal estava no Estado Absolutista, que deveria ser derrubado em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade. A burguesia colocou-se no lugar do senhor feudal e do rei e deixou o trabalhador a ver navios. Para manter tal situação, fez aliança com aqueles que diziam querer destruir, acomodando os

²⁹ HUBERMAN. *Op. cit.*, pp. 133-134.

³⁰ PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira. *Reforma administrativa: o Estado, o serviço público e o servidor*. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Brasília Jurídica, 1998. p. 23.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 24.

³² HUBERMAN. *Op. cit.*, p. 135.

interesses do *Ancien Régime*³³. A revolução é feita pelos pobres, mas beneficiou apenas os ricos: o privilégio do nascimento foi substituído pelo privilégio do dinheiro³⁴. A França conquista à força o que a Inglaterra conquistara um século antes na negociação. A burguesia na Inglaterra se institucionalizou por dentro do sistema que lá existia, perpetuando-se, enquanto que a francesa teve que o romper.

A propriedade privada surgiu como senhora absoluta da Revolução Francesa. O Código de Napoleão tinha, por exemplo, mais de dois mil artigos. Oitocentos tratavam da propriedade privada e sete tratavam do trabalho. O código permitia a associação de empregadores, mas nenhuma reunião de trabalhadores. À propriedade das fábricas, das máquinas, das terras, do comércio, dos bancos e das ferramentas, a burguesia somou o controle do governo. Tudo voltado para o seu objetivo final: ter lucro, ganhar dinheiro. Além da pilhagem da riqueza e da exploração da escravidão, o capitalista tinha outra forma engenhosa de ter lucro, a exploração da mão-de-obra barata, como já visto. O produto final do trabalho é subavaliado pelo capitalista, vendendo a mercadoria por um valor maior e se apropriando da diferença. O que chamamos de lucro Karl Marx chamou de mais-valia. Quanto mais baixo o salário e mais alto o valor da mercadoria, maior a mais-valia, maior o lucro. Os capitalistas tornam-se cada vez mais ricos, e os trabalhadores cada vez mais pobres.

4 A SITUAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO ESTADO NACIONAL – O EXEMPLO DA INGLATERRA

Na Inglaterra, no século XVIII, o Estado Absolutista já estava consolidado com primícias de uma constituição e aspirava-se por um Estado Constitucional – Monarquia Constitucional. O trabalhador alimentava uma desconfiança em relação ao Estado. Queria liberdade para dispor de seu trabalho como bem lhe aprouvesse. O exército do rei, que antes servira aos pequenos burgueses e aos trabalhadores na luta contra os senhores feudais e contra o poder excessivo da Igreja, já não cumpria mais esse papel. Os senhores feudais formavam agora uma nobreza falida que juntamente com os padres, os bispos e os monges viviam às custas do Estado. O exército voltava-se contra a média burguesia, e os trabalhadores contra a cobrança de impostos e contra a proibição de sua organização.

A necessidade de uma monarquia começava a ser questionada. Os trabalhadores têm utilidade. Qual a utilidade da monarquia? Indagava-se. E. J. Thompson. Em *A formação da classe operária inglesa*, narra que as classes

³³ NOVAES. *Op. cit.*, pp. 46-47.

³⁴ HUBERMAN. *Op. cit.*, p. 138.

são grosseiramente definidas, havendo aquela dos que pagam impostos e a dos que recebem e vivem desses impostos. E, quanto à Constituição, é boa para cortesãos, funcionários com cargos, pensionistas, donos de burgos e líderes de partido e ruim para 99% da nação³⁵. Pregava-se a abolição do parasitismo. No momento em que o governo formal é abolido, a sociedade começa a agir.

Havia todo um movimento que pregava a redução das taxas e dos impostos, o fim das restrições para os sindicatos e o fim do recrutamento e do aquartelamento de militares em tabernas públicas, uma vez que a monarquia começava a ampliar a presença do exército nos meios civis, antevendo as revoltas que se anunciavam. Já nesse período, o papel dos reformadores populares – representados pela Sociedade Londrina de Correspondência – SPC – era considerado acessório para os reformadores aristocratas do Parlamento, significando o afastamento dos reformadores de classe média dos operários e a cooptação dos comerciantes e artesãos para construir uma ponte a fim de que essa classe média chegasse ao poder, despachando no caminho o movimento operário popular³⁶.

A sombra da Revolução Francesa paira sobre a Inglaterra. A corrupção e a abundância são a marca da monarquia, enquanto isso os trabalhadores laboram mais de 14 horas diárias e não conseguem sustentar suas famílias. A distribuição da propriedade e dos frutos do trabalho é pregada como forma para suprir as necessidades e os confortos da vida. Com o acirramento dos conflitos na França, há um afastamento dos românticos e das associações, operando-se um rompimento entre burguesia e operariado, inviabilizando a revolução em solo inglês. A Inglaterra se diferia das nações européias ante o fato de que a burguesia tinha ao seu lado a Revolução Industrial e, à medida que esta avançava, recuavam-se os direitos sociais e políticos dos trabalhadores.

A classe operária, por meio do jacobinismo, todavia, seguia acreditando na igualdade, enquanto enriquecia as tradições da fraternidade e da liberdade. Para escândalo das formas do século XVIII, lordes jacobinos sentavam-se com artesãos e tecelões, reforçando a crença na máxima de que “um homem é um homem, apesar de tudo”. A presidência dos comitês era ocupada em rodízio mantendo-se a crença de que a submissão e as diferenças de *status* eram um insulto à dignidade humana. Essa exaltação à igualdade mais tarde foi abandonada pela esquerda ao deslocar a ênfase dos direitos políticos para os econômicos³⁷. Esses elementos foram, aos poucos, contribuindo para o surgimento de uma consciência operária diferenciada que veio a influir no surgimento do pensamento socialista.

³⁵ THOMPSON. *Op. cit.*, vol. 1, p. 100.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 153.

³⁷ *Idem, ibidem*, pp. 201-202.

4.1 O SURGIMENTO DA FÁBRICA

As corporações de ofício eram a forma de os trabalhadores se organizarem na Inglaterra. Diz Huberman³⁸ que o mestre artesão, além da incumbência de fabricar produtos, exercia outras quatro funções: era comerciante-negociador quando comprava a matéria-prima; tendo jornaleiros e aprendizes sob seu mando, era empregador; ao supervisionar o trabalho destes, era capataz; quando vendia o produto no balcão, era comerciante-lojista. Com a entrada em cena do intermediário, que se põe entre o trabalhador e o consumidor, o mestre negociante perde a primeira e a última função, resumindo-se a ser empregador, capataz e trabalhador. O intermediário, visando a atender a um mercado cada vez mais amplo, introduz a especialização dividindo em etapas o trabalho antes exercido como um todo pelos trabalhadores. Essa desigualdade entre os mestres foi o primeiro passo para acabar com as corporações. As indústrias eram postas em lugares ermos, longe dos grandes centros, para que os industriais pudessem estipular livremente as condições salariais sem a interferência das corporações.

Surge a fábrica como símbolo das energias sociais e como ameaça à ordem estabelecida – aqueles que têm renda fixa são facilmente superados pelas riquezas do comércio. Massa de trabalhadores se forma ao redor da fábrica causando inquietação aos observadores. Com a energia do vapor e da indústria algodoeira, surge uma nova classe operária. E. J. Thompson, citando jornal da época, adverte:

No período em que a metade da Europa estava intoxicada e a outra metade deslumbrada ante a nova magia da palavra cidadão, a nação inglesa se encontrava na mão de homens que encaravam a idéia de cidadania como uma ameaça para sua religião e sua civilização, e que buscavam deliberadamente fazer das desigualdades da vida a base para o Estado, enfatizando e perpetuando a posição dos trabalhadores como uma classe subalterna. Por esse motivo, a Revolução Francesa dividiu o povo da França menos do que a Revolução Industrial dividiu o povo da Inglaterra³⁹.

A burguesia e a aristocracia se aproveitaram das guerras napoleônicas para diminuir os direitos dos trabalhadores. Revogaram-se as leis “paternalistas” relativas ao aprendizado, à regulamentação de salários e à condição de trabalho nas indústrias. Os cercamentos se intensificaram e os direitos de uso da terra comunal foram perdidos num vale após outro. Os trabalhadores, empobrecidos e abandonados, deixavam suas terras para superpovoarem as cidades. Os pequenos mestres foram substituídos

³⁸ HUBERMAN. *Op. cit.*, pp. 99-100.

³⁹ THOMPSON. *Op. cit.*, vol. 2, p. 20.

pelos grandes empregadores (industriais ou atacadistas), e a maioria dos tecelões e fabricantes de prego tornaram-se assalariados com empregos precários. Os alfaiates – que controlavam, por meio dos sindicatos, o acesso ao emprego e eram chamados “cavalheiros de agulha”, com a abertura das oficinas a todos, a destruição dos sindicatos e o comércio de roupas prontas e baratas – foram levados à completa degradação. Os cardadores e cortadores – uma elite entre os artesãos – que usavam sua organização sindical para manter privilégios e garantir *status* –, com uma grande greve em 1825, saíram derrotados e, ao final, converteram-se em trabalhadores externos desamparados. Tendo acabado a restrição ao aprendizado, milhares de trabalhadores ingressaram nesses ofícios. A energia a vapor e a fábrica eram agentes multiplicadores. Numa primeira etapa, multiplicara-se o número de trabalhadores manuais, extinguindo-se, em seguida, seu modo de vida com a introdução da nova maquinaria. Empresários enriqueciam-se à custa de mão-de-obra barata no decorrer de uma única geração. Iniciou-se a exploração de mão-de-obra barata de crianças e de mulheres. O povo, segundo Thompson⁴⁰, estava submetido a duas formas de relação: a exploração econômica e a opressão política.

4.2 O EMERGIR DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

O modelo capitalista que ora se instalava proporcionou a ascensão de uma classe de mestres, sem qualquer autoridade ou obrigações tradicionais. A distância entre estes e os demais homens; a transparência da exploração na mesma fonte da sua nova riqueza e poder; a perda do *status* e, acima de tudo, da independência do trabalhador, reduzido à total dependência dos instrumentos de produção do mestre; a parcialidade da lei; a ruptura da economia familiar tradicional; a disciplina, a monotonia, as horas e as condições de trabalho; a perda do tempo livre e do lazer; a redução do homem ao *status* de “instrumento”⁴¹ ilustram a situação deplorável em que se encontrava o operário.

O trabalhador aos poucos ia tomando consciência dessa situação. Percebia que, por trás dos discursos de instabilidade econômica, existe uma estrutura de relações sociais que fomenta certas formas de expropriação (renda, interesse e lucro), descarta outras (roubo e direitos feudais) e inibe outras tantas (sindicalismo, motins reivindicando pão, organização política popular). Essas questões foram levantadas pelos trabalhadores, e questionavam não apenas as instituições políticas, mas também a estrutura social e econômica do capitalismo industrial.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 21-23.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 27.

Aos fatos da economia política ortodoxa, opuseram seus próprios fatos e sua aritmética. À retórica do mercado livre opuseram a linguagem de uma nova ordem moral. Thompson cita que, já em 1817, os tecelões nas malharias de Leicester, numa série de resoluções, desenvolveram uma teoria sobre as crises capitalistas baseadas no subconsumo:

Que, à medida que o salário trouxer miséria e desgraça à grande massa do povo, o consumo de manufaturados terá de decrescer na mesma proporção. Que salários maiores fossem pagos aos operários em geral por todo país, o consumo interno de nossos manufaturados cresceria imediatamente para mais do dobro, e, conseqüentemente, toda a mão-de-obra seria empregada. Que reduzir salários dos empregados neste país a um nível tão baixo que eles não possam viver do seu salário, para competir com fabricantes estrangeiros no mercado internacional, significa ganhar um cliente fora e perder dois em casa⁴².

Somaram-se à introdução do tear mecânico: a degradação da situação dos trabalhadores, a liquidação da proteção gerada pelos sindicatos e pelos costumes, a redução salarial e o grande ingresso de desempregados. O poder estatal interferiu diretamente no colapso dos costumes e do sindicalismo e, em contraponto, na exigência de um salário mínimo. Verificava-se que capital e trabalho não podem ser submetidos às mesmas leis, pois aquele pode ser acumulado, armazenado e – quando oportuno – reinvestido. O trabalho não, ou o trabalhador despende dele a cada momento ou o perde. Capital e propriedade estão protegidos, enquanto o trabalho é deixado ao acaso⁴³.

4.3 SALÁRIO MÍNIMO, GASTO PÚBLICO E MIGRAÇÃO

O parlamento, ao ver submetido à sua apreciação projeto de salário mínimo, reage indignado, dizendo caber à legislação eliminar todos os obstáculos à acumulação de capital, aumentando, assim, a demanda de trabalho e eliminando a interferência sobre a oferta deste⁴⁴.

A assistência pública foi substituída pelas “bastilhas” no final da década de 1830. O excesso de imposto recai sobre os pobres, seu investimento, todavia, é extremamente desigual: mais de 50% é gasto com dívida nacional; cerca de 25% com as forças armadas; e menos de 1% com serviços públicos⁴⁵. Mais da metade

⁴² *Idem, ibidem*, pp. 30-31.

⁴³ *Idem, ibidem*, vol. 2, p. 155.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, vol. 2, p. 160.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, vol. 2, p. 164.

dos filhos dos pobres morria antes de completar cinco anos de idade⁴⁶. A maioria dos empregados masculinos era despedida antes de atingir a vida adulta. A idade média de falecimento da pequena nobreza rural, dos industriais e suas famílias era de 55 anos; os encarregados de oficina faleciam aos 24 anos, e os operários, aos 22. A média de idade dos trabalhadores variava de 15 a 38 anos a depender da cidade onde residiam e das condições em que viviam e trabalhavam⁴⁷.

Os trabalhadores rurais – que antes tinham um pedaço de terra para plantar e dele tirar sua subsistência e da família, mesmo pagando o mesmo preço que os fazendeiros –, com os cercamentos e a redefinição da natureza da propriedade baixados em regulamentos por um parlamento de proprietários e advogados, foram expulsos para os burgos, passando a engrossar as fileiras de desempregados, formando o que Marx definiu como o exército de reserva de mão-de-obra. O que os cercamentos fizeram no campo, o sistema fabril completou nas cidades, divorciando por completo o trabalhador dos meios de produção na indústria como já o fizera com a terra.

Para os trabalhadores rurais, a terra carrega outras conotações de *status*, segurança e direitos mais profundos que o simples valor de colheita. Guardavam lembranças daqueles velhos tempos em que o tecelão trabalhava em seu próprio tear e podia espreguiçar-se em seu próprio campo. O'Connor, líder cartista citado por Thompson, na sua elegia à vida no campo, narra que naquele tempo as crianças podiam brincar livres,

Mesmo as pessoas miseráveis tinham uma vaca, um cavalo, um burro nas terras comunais, jogavam críquete, apostavam corrida, lutavam... Eles construíram um quartel num dos extremos e a igreja do outro e, finalmente, quase todo o povo teve de vender as vacas para pagar o proprietário do moinho e ao arrecadador de impostos... e hoje o filho de um deles é prefeito, o do outro... é gerente de banco. Sim, meu caro, muitos homens honestos foram enforcados ou deportados da nossa velha terra comunal.⁴⁸

4.4 O METODISMO – A RELIGIÃO COMO FORMA DE LEGITIMAR A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

Para aplinar todas essas mudanças e legitimar o processo de expropriação, exclusão e exploração que se instaurava, necessário se fazia um

⁴⁶ *Idem, ibidem*, vol. 2, p. 195.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, vol. 2, p. 201.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, vol. 2, pp. 65-66.

conjunto de doutrinas que legitimasse essa situação em frente do operário. Esse é o papel da ideologia, ou seja, é um dos meios usados pelas classes dominantes para exercer sua dominação sem que os dominados percebam que são realmente dominados. Esse papel foi cumprido pelo metodismo.

Era preciso fazer com que o trabalhador se adaptasse à máquina. Sabia-se que o trabalhador habilidoso era mais indisciplinado, assim os industriais procuravam substituir os trabalhos que requeriam agilidade por mecanismos auto-reguláveis, reduzindo as tarefas dos empregados por meio da união do capital e da ciência⁴⁹. Para as crianças, a disciplina imposta pelo contramestre e pelas máquinas bastava; mas, para os que haviam ultrapassado a puberdade, havia necessidade de coerção interna; havia necessidade da religião para quebrar a rebeldia. Na concepção de Lutero e dos metodistas, o poder dos governos advém de Deus e deve ser respeitado em detrimento das massas. A diferença entre Lutero e os metodistas é que aquele até admitia que a turba pudesse ter razão, mas prevaleceria a vontade do governo sempre. Os metodistas, contudo, jamais admitiam que a turba pudesse ter razão.

Os trabalhadores devem ser metodizados até que o homem se adapte à disciplina da máquina. Isso se faz dando ao homem a resignação de que deve aguardar por sua felicidade na vida futura, não na presente. Ainda que as autoridades sejam más e descrentes, seu poder é bom e provém de Deus... Deus prefere tolerar o governo vigente, não importando quão cruel fosse, a permitir que a turba se amotinasse, independentemente de seus motivos serem justos ou não...⁵⁰

A doutrina metodista se diferia da luterana porque aquela não pregava a idéia de eleição, mas que qualquer um que reconhecesse seus pecados e os confessasse poderia receber a graça, a graça era universal para ricos e para pobres. Com essa doutrina, o metodismo abriu as portas para a classe operária. Os ricos demonstrariam que receberam tal graça ajudando a igreja. Os pobres por meio da pregação, de exercícios religiosos e de uma disciplina metódica, em todos os aspectos da vida, mas principalmente por meio do trabalho – maldição lançada sobre Adão quando Deus o expulsou do paraíso: “tu comerás o pão com o suor do teu rosto, até que retournes a terra, pois dela foste formado...”. As conseqüências da indisciplinada poderiam ser não só a demissão, mas também as chamas do inferno⁵¹.

O metodismo conseguiu desempenhar com tamanho êxito o duplo papel de religião dos explorados e dos exploradores por ter uma doutrinação direta; um sentido comunitário, por não estar ligada diretamente ao Estado e por pregar a esperança

⁴⁹ *Idem, ibidem*, vol. 2, p. 237.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, vol. 2, pp. 239-241.

⁵¹ *Idem, ibidem*, vol. 2, pp. 248-249.

em um mundo melhor que está por vir no novo milênio. Era o messianismo político substituído pelo messianismo religioso.

O processo de industrialização, tendo como única ideologia a dos patrões, implicou o empobrecimento e a perda de identidade de milhões de trabalhadores. O que ocorreu foi uma violência contra a natureza humana como resultado da ânsia pelo lucro e pela brusca diferenciação tecnológica entre o trabalho e a vida.

CAPÍTULO 3 – LIBERALISMO ECONÔMICO E EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Então os filhos de Urizem deixaram o arado e o ancinho, o tear, o martelo e o cinzel, a régua e o compasso...

E todas as artes da vida foram trocadas pelas da morte.

A ampulheta foi condenada porque sua arte era semelhante a arte do lavrador e da sua roda d'água que levava água às cisternas, hoje quebradas e queimadas porque sua arte era similar às dos pastores.

E, em seu lugar, surgiram rodas complicadas, roda sem roda,

Para confundir os jovens em formação e para submeter ao trabalho,

Dia e noite, as miríades por toda a eternidade, que devem limar e polir o bronze e o ferro, hora após hora, num acabamento laborioso,

Deixando-as na ignorância do sábio uso que poderiam dar a seus dias. Envolvidas em tarefas tristes e enfadonhas por uma mísera pitaça de pão. Imersas numa ignorância que as leva a tomar a parte pelo todo, e chamar a isso demonstração, cegas a todas as regras simples da vida.⁵²

1 AS DOCTRINAS ECONÔMICAS CLÁSSICAS E A LEGITIMAÇÃO DA ORDEM BURGUESA

Para legitimar o lucro dos capitalistas, foram construídas algumas teorias. As doutrinas chamadas “leis naturais” da economia. Esses economistas diziam que o papel do governo era proteger a propriedade, não interferir no lucro e preservar a paz. O bem-estar da sociedade estava ligado ao indivíduo. Adam Smith dizia: procurar o próprio lucro era ajudar o Estado. Malthus, por sua vez, afirmava: “Os trabalhadores não são pobres por causa do lucro excessivo, mas porque a população

⁵² *Idem, ibidem*, vol. 2, p. 346.

aumenta mais depressa do que a subsistência. Os operários são os únicos responsáveis pela sua miséria: reproduzem-se muito rapidamente”. David Ricardo, na mesma linha, lembrava: “Quando os trabalhadores recebem mais do que o necessário para o sustento de suas famílias, tendem a aumentar o tamanho dessas famílias. Portanto, nada de elevar o salário do trabalhador.”⁵³

Nassau Sênior elaborou uma doutrina provando que as horas de trabalho não podiam ser mais reduzidas, porque o lucro obtido pelo empregador vinha da última hora de trabalho – tirada esta, estaria eliminado o lucro e destruída a indústria⁵⁴. John Stuart Mill assim explicou a coisa:

Os salários não dependem apenas do total relativo de capital e população, mas não podem, no regime de concorrência, ser afetado por mais nada. Os salários... não podem elevar-se, a não ser pelo aumento dos fundos conjuntos empregados na admissão de trabalhadores ou na diminuição do número de concorrentes à admissão, nem podem cair, exceto pela diminuição do fundo de pagamento de trabalho ou pelo aumento do número de trabalhadores a serem pagos.⁵⁵

Essas teorias mais tarde se mostraram falsas. J. S. Mill chegou a reconhecer expressamente seu erro, mas essa denúncia vinha tarde demais. Por mais de meio século, os trabalhadores foram perseguidos por essas doutrinas. De pouco lhes servia uma ciência, segundo Huberman⁵⁶, que proporcionava ao inimigo todo um arsenal, sempre que os trabalhadores procuravam conseguir algum progresso; de pouco lhes servia uma ciência que praticamente não lhes oferecia esperança de melhorar a vida; de pouco lhes servia uma ciência que a todo momento servia aos interesses da classe patronal.

O professor E. J. Cairnes, citado por Huberman, um dos mais renomados adeptos da escola clássica, admite que os trabalhadores têm razão em desconfiar da Ciência da Economia:

A Economia Política surge muito freqüentemente, em especial quando aborda as classes trabalhadoras, com a aparência de um código dogmático de regras rígidas, como um sistema de promulgar decretos ‘sancionando’ uma disposição social, ‘condenando’ outra, exigindo dos homens não exame, mas obediência.

⁵³ NOVAES. *Op. cit.*, p. 66.

⁵⁴ HUBERMAN. *Op. cit.*, p. 187.

⁵⁵ MILL, J. S. *Principles of Political Economy* (1448), vol. I. Parker & Son, 1842, p. 409, *apud* HUBERMAN. *Op. cit.*, pp. 187-188.

⁵⁶ HUBERMAN. *Op. cit.*, p. 190.

O professor segue dizendo que esses economistas tratam a sociedade como algo hermético, tentando fazer crer ao trabalhador que suas versões são verdades absolutas e que eles deveriam se curvar a elas. O trabalhador realmente tem que desconfiar dessa ciência, repudiando-a e negando-a⁵⁷.

2 OS TRABALHADORES E AS PRIMEIRAS REAÇÕES TEÓRICAS À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Diversos movimentos operários se insurgiram contra a situação de extrema exploração introduzida pela lógica do capital. Como reação ao capitalismo exacerbado, surge, inicialmente, o Ludismo, o Movimento Cartista, as *Trade Unions* e o Owenismo. O Ludismo, movimento surgido por inspiração de Ned Ludd no início do séc. XVII, era uma reação à introdução de máquinas e conseqüente perda de empregos. Visava, assim, à destruição dessas máquinas como medida extrema e à democratização da sociedade que foi suplantada pela busca desenfreada do lucro em detrimento das prioridades éticas e das necessidades humanas. O movimento ludista foi um divisor de águas entre as antigas associações de operários e o movimento pelas dez horas, esboçando em ambas as direções uma alternativa ao *laissez-faire*⁵⁸.

A partir de 1830, os operários ingleses haviam criado a “Associação dos Operários”, considerada ilegal pelo governo. Dessa associação partiu em 1837 a publicação da “Carta do Povo”, que reivindicava o sufrágio universal masculino, o voto secreto, a remuneração dos parlamentares, a representação igualitária, entre outros itens. Propugnava-se pela representação política do proletariado, e, para tanto, foram organizadas greves, passeatas, comícios. Submetida ao parlamento, a “Carta do Povo” foi recusada. Essa mobilização denominou-se Movimento Cartista e foi esvaziado em 1848 devido à repressão governamental.⁵⁹

Outro tipo de associação que se seguiu foram as denominadas “*Trade Unions*”, que eram associações de trabalhadores com objetivos inicialmente assistenciais e que vieram a se tornar o embrião dos futuros sindicatos. Num primeiro momento, todavia, mantiveram o seu caráter eminentemente assistencialista e, posteriormente, vieram a alcançar objetivos mais amplos⁶⁰.

⁵⁷ CAIRNES, J. E. *Essays in Political Economy*, Londres: Macmillan and Company, 1873, pp. 260-261, *apud* HUBERMAN. *Op. cit.*, pp. 190-191.

⁵⁸ THOMPSON. *Op. cit.*, vol. 3, pp. 123-124.

⁵⁹ FARIA. *Op. cit.*, p. 239.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 239.

Esses movimentos, no final do século XIX, aproximaram-se dos movimentos socialistas e passaram junto com eles a implementar uma forte contestação ao individualismo liberal, a se apresentar como alternativa aos problemas criados pela industrialização e às crises do sistema capitalista. Entre os seus teóricos estavam Robert Owen, na Inglaterra, Charles Fourier, Saint Simon e Louis Blanc na França.

O Owenismo, inspirado por Robert Owen de New Lanarck, dono de fábrica e paternalista, buscava financiamento junto à realeza, aos cortesãos e aos governantes da Europa para implantação de suas vilas operárias. Owen acreditava na multiplicação da razão por meio da sua divulgação. Acreditava também que a condição do operário e do patrão era das circunstâncias e que um não devia alimentar o ódio pelo outro, mas sim procurar a reconciliação. Foi ridicularizado pelos donos do poder. Owen propunha um estado racional de sociedade e a troca de bens a partir do valor nestes incorporados⁶¹.

O socialismo cooperativo de Owen procurava remover o capitalismo de forma indolor, deixando intocado o direito de propriedade. Tal noção não se coaduna com a noção de socialismo pregada por Marx. Owen se recusava a discutir os problemas da propriedade, do poder de classe, conduzindo seu movimento por caminhos ilusórios. O Owenismo veio dar a compreensão do capitalismo como sistema, mas, a ele, ofertava uma alternativa mutualista e utópica, que veio a se mostrar inviável pouco tempo depois.

Característica da evolução do pensamento de esquerda britânico é que, ao contrário do que normalmente acontecia, a classe operária não foi a reboque da classe média. De olho no que acontecia na França, a classe média britânica engendrou um movimento de contra-revolução, passando a militar ao lado do *status quo* vigente. Ao estender o direito de voto à classe média, os Whigs ingleses cooptaram-na como o fizeram os girondinos franceses, passando esta a legitimar o *Ancien Régime*⁶².

3 O MARXISMO E A CRÍTICA À SOCIEDADE BURGUESA

3.1 O MANIFESTO COMUNISTA

Narra Cláudia Fernanda⁶³ que foram as péssimas condições de trabalho geradas pelo capitalismo que fizeram surgir um forte movimento operário, desembocando na

⁶¹ THOMPSON. *Op. cit.*, vol. 3, pp. 392-393.

⁶² *Idem, ibidem*, vol. 3, pp. 412-413.

⁶³ PEREIRA. *Op. cit.*, p. 25.

criação de sindicatos que viriam a exercer pressão a favor dos trabalhadores e, de outra banda, suscitando uma forte repressão por parte do Estado. Esse movimento operário também deu origem a formulações socialistas, estas, todavia, baseadas no materialismo histórico, também se opunham às teses do individualismo liberal. Esse movimento tem como ponto de destaque a publicação do *Manifesto Comunista*, em 1848, elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels, dando origem ao chamado socialismo científico e ao materialismo histórico, cuja principiologia gira em torno da ditadura do proletariado; da propriedade privada dos meios de produção; do controle do trabalhador sobre o produto do seu trabalho e do poder dos indivíduos sobre si mesmos⁶⁴.

Karl Marx, partindo de um aprofundado estudo do sistema capitalista, formula diversas teses sobre o desenvolvimento da sociedade a partir da luta de classes. Constata que a moderna sociedade capitalista – surgida das ruínas da sociedade feudal – não eliminou o antagonismo entre as classes, apenas estabeleceu novas formas de opressão, simplificando-o a dois campos opostos entre si: burguesia e proletariado⁶⁵. A burguesia moderna, segundo Marx, é resultado de um longo processo de desenvolvimento e de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca. Processo esse que fora acompanhado por um progresso político correspondente, e, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia, que já tinha o poder econômico, conquista o poder político:

O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê (*Ausschuss*) para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa.⁶⁶ (...) No lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida.⁶⁷

Marx diz que a burguesia revolucionou o conjunto das relações sociais até então existentes, tornando vulneráveis todas as relações fixas e cristalizadas, que são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem.

Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas.⁶⁸

O trabalhador passa a vender sua força de trabalho como qualquer mercadoria e, como tal, se expõe a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. Com o desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho, os

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 26.

⁶⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Traduzido por Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 67.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 68.

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 68.

⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 69.

proletários perdem totalmente sua independência e tornam-se simples acessório da máquina, perdendo importância e sendo despojados dos meios de subsistência. São servos da burguesia, escravizados pela máquina em nome do “deus” lucro⁶⁹.

Marx considera o proletariado a única classe realmente revolucionária. As classes médias combatem a burguesia para salvar sua própria existência, procurando fazer retroceder a roda da história. O *lupemproletariado* – que para Marx é aquela parcela da sociedade que vive em condição de indigência – tem mais facilidade de se deixar comprar por tramas reacionárias. Os proletários, por seu turno, não têm nada de seu para salvarguardar. A condição do capital é o trabalho. A burguesia não consegue manter esse operário seu escravo, pois, para ter lucro, tem que explorá-lo sem medida. O crescimento da indústria une os operários abalando a burguesia. O operário ganha o mínimo para sua sobrevivência e só vive para aumentar o capital. A burguesia produz os seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis⁷⁰. Marx termina o manifesto conclamando os proletários a assumir o seu papel revolucionário:

“Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista. Os operários só têm a perder os seus grilhões. Tem o mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!”⁷¹.

3.2 A QUESTÃO SALARIAL EM MARX

Na discussão a respeito da fixação do preço do salário do trabalhador, Marx assim apresenta a questão:

o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do trabalhador (...) Seus meios de subsistência (...) devem ser suficientes para mantê-lo num estado normal de indivíduo trabalhador (...) O dono da força de trabalho é mortal (...) Assim, a soma dos meios de subsistência requerido para a produção da força de trabalho deve incluir os meios necessários à substituição do trabalhador – isto é, seus filhos – a fim de que essa raça de donos de uma mercadoria peculiar possa perpetuar-se no mercado⁷².

Marx diz que a força de trabalho é peculiar porque pode criar um valor superior ao que encerra. O trabalhador aluga seu trabalho não pelo tempo que dá

⁶⁹ *Idem, ibidem*, pp. 72-73.

⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp. 76-78.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 99.

⁷² HUBERMAN. *Op. cit.*, pp. 199-200.

para produzir o seu salário, mas por um tempo superior. Esse tempo excedente, que Marx denomina mais-valia, fica em poder do patrão e constitui o lucro. Portanto, parte do salário encerrado na mercadoria é pago, outra parte, não. Vendendo a mercadoria pelo seu valor, isto é, pela quantidade de trabalho nela cristalizado, o capitalista está vendendo com lucro. O custo da mercadoria para o capitalista e seu custo real são coisas diversas⁷³.

3.3 O MATERIALISMO HISTÓRICO

Marx assentava que, ao contrário do que se acreditava e pregava até aquele momento, não é a política que determina as condições históricas dos países, mas a economia. É o sistema econômico que determina como as pessoas vivem, como se organizam a política, a moral, a justiça, o direito, gerando o que se costuma chamar de consciência social. Marx descobriu que “não é a consciência dos homens que determina o comportamento numa sociedade, mas sim o contrário – é a existência social que determina a sua consciência”⁷⁴.

Segundo Marx, as instituições que beneficiam a burguesia – a política, a justiça, o direito, a educação, a saúde, o acesso às universidades – têm que ser substituídas por outras que beneficiem o proletariado, abolindo-se a propriedade privada dos meios de produção, passando sua posse para o povo ou para o Estado que o represente.

CAPÍTULO 4 – O ESTADO SOCIALISTA: O PODER DOS TRABALHADORES

A Revolução Russa de 1917 foi um ato decisivo na história e bem pode ser considerada por historiadores futuros como o maior acontecimento do século XX. Como a Revolução Francesa, continuará a polemizar a opinião por longo tempo, sendo saudada por uns como um marco na emancipação da humanidade em relação à opressão do passado e denunciada por outros como um crime e um desastre. Ela constituiu o primeiro desafio claro ao sistema capitalista, que atingira seu ponto culminante na Europa em fins do século XIX.⁷⁵

⁷³ MARX, KARL. *Valor, preço e lucro*, 1865, pp. 44-45, da edição americana feita pela Internacional Publishers, Nova York, 1935, *apud* HUBERMAN. *Op. cit.*, p. 200.

⁷⁴ NOVAES. *Op. cit.*, pp. 73-85.

⁷⁵ CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin – 1917-1929*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 11, *apud* FÁRIA. *Op. cit.*, p. 320.

1 A RÚSSIA CZARISTA

As teses socialistas que evoluíram durante o século XIX culminando com a formulação marxista tiveram seu teste prático na Rússia no início do século XX. A Rússia, no início do século, era um império que carecia de unidade. Com uma população de 170 milhões de habitantes de diversas etnias e culturas, era dirigida por uma monarquia autocrática. Os desequilíbrios sociais e econômicos eram visíveis e aceleravam-se em função das transformações nas estruturas de produção ocorridas com o início do processo de industrialização. A estrutura social era formada pelo czar, que se apoiava no exército, na aristocracia rural, numa incipiente burguesia e na Igreja Ortodoxa. Na base da pirâmide, o operariado e o campesinato⁷⁶.

A industrialização tardia se deu graças à aplicação de capital estrangeiro (franceses, belgas, alemães, entre outros). Com a abolição da servidão em 1861, houve uma grande migração para os centros urbanos, vindo a formar-se um “exército de reserva” fundamental na industrialização. As condições precárias favoreciam o surgimento de uma consciência revolucionária. Com a abertura para o Ocidente, possibilitou-se o contato com as idéias marxistas e a formação do Partido Operário Social Democrata Russo, de orientação revolucionária, pregando uma atuação junto ao operariado urbano, e do Partido Socialista Revolucionário, que defendia aliança com o campesinato. O Partido Operário da Social Democracia Russa dividiu-se durante o seu II Congresso, em 1903, em Bruxelas, em duas facções: a menchevique, que era favorável a um partido de massas que reunisse inclusive setores da burguesia liberal, e os bolcheviques, liderados por Lênin, que defendiam a necessidade de uma vanguarda revolucionária, formada por revolucionários profissionais, responsável pela organização dos trabalhadores e pela construção de uma teoria revolucionária. Em 1912, a facção bolchevique estrutura-se na clandestinidade e no exílio como partido independente, com Lênin como seu teórico⁷⁷.

2 1905, A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

Em 1905, a Rússia tem sua primeira experiência revolucionária, denominada “ensaio geral”, deflagrada pelas conseqüências da guerra russo-japonesa, da qual a Rússia saiu perdedora, fragilizando ainda mais o regime czarista, desdobrando-se em revoltas e brutal repressão. Essa revolta, num primeiro momento, foi apoiada pela burguesia que tentava capitalizá-la a seu favor. Quando percebeu a extensão

⁷⁶ FARIA. *Op. cit.*, p. 314.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 315.

do movimento, recuou e incentivou a repressão oficial levando ao esvaziamento dele. Esse movimento gerou dois fatos importantes que depois viriam a influenciar nos futuros movimentos: o primeiro foi a forte contestação da legitimidade e da autoridade do regime czarista; o segundo foi o embrião de organização dos trabalhadores em *Soviets*, expressão russa que significa conselho de representantes e que revela o nascimento de uma democracia proletária⁷⁸.

Em 1914, a Rússia, visando a manter um compromisso que fizera com os aliados, envolve-se na Primeira Guerra Mundial, cujas conseqüências aprofundaram as contradições da sua economia, arrastando consigo o regime czarista. Conforme o historiador Marc Ferro,

o povo russo nutria um tal ódio pelos seus dirigentes que derrubar o czarismo era para ele um dever tal sagrado como a defesa da pátria. Foi para a guerra, mas a derrota também o levou a condenar o regime responsável. Esperava demais pelas reformas, pacientemente: assim, derrubando o czarismo, quis executar de um só golpe a revolução social.⁷⁹

3. A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1917

O quadro de completo caos que se seguiu à guerra permitiu que a burguesia, aproveitando-se mais uma vez da situação, formasse, em fevereiro de 1917, um governo provisório, com representantes da Assembléia (Duma). De par com isso, as massas populares organizaram-se em *Soviets*. Com o governo provisório, vêm a anistia dos presos políticos e a permissão para o retorno dos exilados, o que possibilitou o retorno de Lênin e vários outros líderes bolcheviques. Com o desgaste do governo provisório – diante da derrota na guerra que dera continuidade, da crise econômica e do não-cumprimento de compromissos assumidos – ocorre a Revolução de Outubro, na qual os bolcheviques, comandados por Lênin e Trotsky à frente da Guarda Vermelha, assumem o poder no dia 25 e, já na manhã do dia 26 de outubro de 1917, anunciam as principais medidas do novo governo proletário que se constituíam em:

- a) Expropriação das terras da Igreja, da Coroa, da aristocracia e sua distribuição aos camponeses por meio de comitês agrários;
- b) Proposta de paz imediata a todos os países em guerra;

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 316.

⁷⁹ FERRO, Mar. *A Revolução Russa*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 15, *apud* FARIA. *Op. cit.*, p. 316.

- c) Nacionalização dos bancos e investimentos estrangeiros no país;
- d) Controle das fábricas pelos operários;
- e) Organização do exército vermelho, dirigido por Trotsky;
- f) Decreto de autodeterminação das nacionalidades até então submetidas à Rússia.⁸⁰

As potências capitalistas, com receio de que o exemplo russo se espalhasse, adotam uma posição de isolamento da agora chamada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Após a morte de Lênin, em janeiro de 1924, verificou-se uma disputa interna de poder entre Trotsky, favorável à internacionalização da revolução proletária, e Stalin, favorável ao comunismo em um só país. Com a vitória das teses de Stalin dentro do partido, Trotsky e seus seguidores foram expulsos, e Stalin assumiria um poder pessoal, inaugurando a longa era stalinista, na qual se adotou uma economia centralizada e planejada pelo Estado, com adoção de planos quinquenais e coletivização dos campos. Ao mesmo tempo, houve um grande incentivo à indústria de base em detrimento da indústria de bens de consumo.⁸¹

A Revolução Russa marca uma experiência que ainda hoje se sentem os reflexos. Ao implantar o primeiro Estado Socialista – representativo das aspirações do proletariado –, é desafiada a ordem burguesa e capitalista, possibilitando a transformação da sociedade e das relações sociais de produção, extinguindo a propriedade privada e socializando os meios de produção. A Revolução de Outubro representou uma grande ruptura social e política.

CAPÍTULO 5 – O ESTADO INTERVENCIONISTA

Nada de bom tem sido ou pode ser desfrutado sem ter primeiro custado trabalho. E, como a maioria das coisas boas é produzida pelo trabalho, segue-se que todas essas coisas pertencem, de direito, àqueles que trabalham para produzi-las. Mas tem ocorrido, em todas as eras do mundo, que muitos trabalham e outros, sem trabalhar, desfrutam uma grande proporção dos frutos. Isso está errado e não deve continuar. Assegurar a todo trabalhador o produto do seu trabalho, ou o máximo possível desse produto, é o objetivo digno de qualquer bom governo.⁸²

⁸⁰ FARIA. *Op. cit.*, p. 318.

⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 319.

⁸² NICOLAY HAY, Abraham Lincoln. *Complete Works*. Vol. 1. Nova York: Century Company, 1920, p. 92, *apud* HUBERMAN. *Op. cit.*, p. 201.

1 O CAPITALISMO MONOPOLISTA

Com a industrialização dos países mais desenvolvidos, vieram a concorrência, o aumento da produção, o financiamento de pequenos empresários, o endividamento com os bancos, a quebra dos pequenos e o monopólio⁸³, o qual consiste em um grupo de empresas que domina o mercado, controla a quantidade de bens à disposição dos consumidores e, sem concorrência, dita os preços. A indústria monopolista passou a produzir uma quantidade de bens maior do que a capacidade de consumo, uma vez que os trabalhadores pouco consumiam dado o arrocho salarial. Surgiu então a primeira grande crise do sistema capitalista em 1873. Milhões de trabalhadores foram demitidos em todo o mundo.

Como forma de contornar a crise e potencializar seus lucros, os países capitalistas resolveram então expandir os seus domínios por meio da colonização da África, da Ásia, da Oceania. O Brasil e toda América Latina, no final do século XIX, estavam nas mãos da Inglaterra, pois toda sua estrutura econômica estava voltada para a exportação, principalmente de café. As grandes potências industrializadas orientavam os países colonizados para a produção de matéria-prima e produtos agrícolas exportáveis. Em troca entregavam-lhes produtos industrializados, mantendo, assim, esses países em estágio de subdesenvolvimento.

Junto com o objetivo de colocar capital excedente, o processo de colonização visou também a colocar nos países colonizados seus produtos excedentes e controlar as novas fontes de matéria-prima. A acumulação de riquezas aumentou ainda mais, aumentando a miséria, pois um capitalista, quando monta uma fábrica, não está pensando no bem-estar dos seus empregados ou na população de seu país, está pensando única e exclusivamente no lucro que irá obter⁸⁴.

Além desses lucros em investimento, as grandes potências faziam empréstimos aos países colonizados para que adquirissem seus produtos, surgindo daí o grave problema da dívida externa desses países.

2 AS DUAS GRANDES GUERRAS E A CRISE DE 1929

No início do século XX, tudo indicava que a humanidade viveria feliz para sempre: os países capitalistas já tinham acertado os seus trustes, seus cartéis, seus monopólios e os caminhos do imperialismo. As fábricas trabalhavam a pleno vapor,

⁸³ NOVAES. *Op. cit.*, pp. 68-69.

⁸⁴ *Idem, ibidem*, pp. 87-100.

o desemprego recuava, e os salários melhoravam. Algumas empresas cresciam mais que outras, e começava a disputa por mercados, que levou à Primeira Grande Guerra, na qual mais de oito milhões de seres humanos perderam a vida.

Os Estados Unidos, que não foram atingidos em seu território, não tiveram suas fábricas afetadas, produziram para si e para os aliados, apresentando um grande desenvolvimento industrial, durante e depois da guerra.

Em 1929, o capitalismo envereda por mais uma crise, esta, por sua vez, caracterizada pela abundância, provocando queda nos preços e, portanto, nos lucros. A alternativa era uma guinada em direção à escassez para provocar a subida dos preços. Marx, em 1865, escrevia a Engels:

...porque se produz tão pouco? Não é porque os limites de produção estejam esgotados. Não. Os limites de produção não são determinados pelo número de barrigas famintas, mas pela quantidade de bolsas prontas a comprar e pagar. Barrigas famintas e sem dinheiro ficam abandonadas à própria sorte...⁸⁵

Mais de 25% da população ficou desempregada e os salários foram reduzidos em 60% em 1932.

O colapso econômico e o avanço da classe trabalhadora fizeram com que o sistema capitalista centralizasse a sua coordenação, apelando para o totalitarismo, justamente onde a classe trabalhadora estava mais organizada: Itália e Alemanha. Hitler, que era o fúrer alemão, uniu-se aos capitalistas alemães em repressão aos comunistas e em busca dos territórios perdidos na Primeira Grande Guerra, deflagrando, por um jogo de interesses, a Segunda Grande Guerra Mundial. À tragédia humanitária e social das duas grandes guerras, somaram-se o colapso econômico com a quebra da Bolsa de Valores e a grande depressão que se seguiu, gerando uma situação de completo caos. De par com isso, o triunfo da classe trabalhadora na União Soviética ensejou uma mudança de rumo no sistema capitalista, fazendo com que ele, ao menos temporariamente, abandonasse um de seus postulados básicos: o liberalismo econômico.

3 O SURGIMENTO DO ESTADO INTERVENCIONISTA

Segundo Paulo Bonavides, citado por Cláudia Fernanda⁸⁶, não há que se confundir Estado Social – que nasce do enfrentamento das crises geradas pelo capitalismo – com Estado Socialista. Diz o autor:

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 113.

⁸⁶ BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980. p. 205, *apud* PEREIRA. *Op. cit.*, p. 27.

O Estado Social representa efetivamente uma transformação superestrutural por que passou o antigo Estado Liberal. Nasce a noção contemporânea de Estado Social.

(...) O Estado Social seria, por conseguinte, meio caminho andado, importando, pelo menos da parte da burguesia, no reconhecimento de direitos ao proletariado.

(...) Quando o Estado, coagido pela pressão das massas, pelas reivindicações que a impaciência do Quarto Estado faz ao poder político, confere, no Estado Constitucional ou fora deste, os direitos do trabalho, da previdência, da educação, intervém na economia como distribuidor, dita o salário, manipula a moeda, regula os preços, combate o desemprego, protege os enfermos, dá ao trabalhador, ao burocrata a casa própria, controla as profissões, compra a produção, financia as exportações, concede o crédito, institui comissões de abastecimento, provê necessidades individuais, enfrenta crises econômicas, coloca na sociedade todas as classes na mais estreita dependência de seu poderio econômico, político e social, em suma, estende sua influência a quase todos os domínios que dantes pertenciam, em grande parte, à área da iniciativa individual. Nesse instante o Estado pode, com justiça, receber a denominação de Estado Social.

O desenvolvimento do Estado Assistencial ou Intervencionista deu-se a partir das duas grandes guerras com uma forte intervenção do Estado na indústria bélica e na distribuição de alimentos. Com a crise de 29, a inflação e o desemprego, essa intervenção se intensificou. Houve um forte aumento das despesas públicas para sustentação do emprego e das condições de vida dos trabalhadores.

Segundo Odete Medauar, a relação entre Estado e sociedade inicia-se com desconfiança, a sociedade procura manter afastamento e independência em frente do Estado soberano, oligárquico e clerical. Desconfiava-se também da existência de grupos intermediários entre o indivíduo e o Estado pelo obstáculo que podem causar à liberdade daquele, já escaldado pela experiência das corporações de ofício. Essa situação é substituída pela necessidade de intervenção do Estado com o acirramento das injustiças advindas da Revolução Industrial e das grandes guerras, ocorrendo, mais uma vez, a estatização da sociedade. No outro extremo, houve um florescimento acentuado dos entes intermediários (associações, partidos, sindicatos etc.), promovendo um processo inverso de socialização do Estado. Com a agudeza da exploração, a explosão dos movimentos de resistência, a crise da bolsa de valores de 1929 e as duas grandes guerras, surge o chamado Estado-Providência para tentar estancar esses males⁸⁷.

⁸⁷ MEDAUAR, Odete. *O Direito Administrativo em evolução*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1992. pp. 71-81.

O chamado Estado Social da segunda metade do séc. XX passa da preocupação exclusiva com a ordem pública ao cuidado em auxiliar o indivíduo de todo modo possível, sobretudo nos aspectos sociais, mais com a intenção de manter a divisão de classes existentes do que proteger os menos favorecidos. O Estado passa a intervir na economia com o intuito de regular os mercados, criando empresas públicas, sociedades de economia mista e participando de empresas privadas. Aos direitos individuais somam-se os direitos sociais e econômicos. Substitui-se a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal, completando, assim, sua secularização⁸⁸.

A Administração Pública, no séc. XX, encontra-se ofuscada pelo aparelho do Poder Executivo, exercendo função meramente instrumental-burocrática, com uma estrutura dependente e acomodada, com um servidor público sem iniciativa, sem incentivo e sem responsabilidade. O segredo é a regra do atuar administrativo. Mínimo o Estado, mínima administração. Tal situação, todavia, mudou com o crescimento do Estado. Multiplicaram-se os órgãos centrais e criaram-se novos entes dotados de personalidade jurídica própria e com atuação inclusive no campo privado. Muitos organismos foram criados com o intuito de se fugir às formas rigorosas de remuneração. A Administração Pública fragmentou-se. Da pirâmide passou-se a uma confusão organizacional que se espelha para a sociedade e se confunde com ela própria. Iniciam-se o trabalho de projetos e a preocupação com resultados. Há uma especialização do servidor e, com isso, a possibilidade de responsabilização. As mudanças, todavia, ocorrem lentamente e não saem da teoria à prática. Ainda persistem caracteres do absolutismo que impedem a sua democratização. Reformas administrativas se sucedem e se limitam ao enxugamento da máquina, dando uma idéia de irreformabilidade⁸⁹.

O que seria então esse Estado Interventor, Estado Social ou Estado Assistencial? Norberto Bobbio o chama de Estado do Bem-Estar Social (*welfare state*) ou Estado Assistencial e define como aquele Estado que garante renda mínima, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todos os cidadãos, não como caridade, mas como direito político⁹⁰. A Grã-Bretanha é geralmente citada como um desses tipos de Estado, pois, a partir da Segunda Guerra Mundial, foram aprovadas leis que garantiam esses direitos a todos os seus cidadãos, independente de sua renda.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 88.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, pp. 123-133.

⁹⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C. Varriale (*et al*) 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1992. p. 416.

Bobbio, analisando o desenvolvimento do Estado Assistencial, identifica três fases da história política das sociedades industriais. A primeira, que permeia o séc. XVIII, é marcada pelo advento dos direitos civis. A outra – ao redor do séc. XIX – caracteriza-se pela conquista dos direitos políticos que culminam com o sufrágio universal. A terceira fase se dá com o aumento de poder político das classes pobres, culminando com os chamados direitos sociais, nos quais as necessidades dos indivíduos passam de uma questão de vontade divina ou de merecimento – portanto, de situações de cunho individual – para uma situação de origem social que há de ser reparada. O Estado Assistencial surge da transformação da sociedade agrária em industrial, fazendo surgir no seu bojo o problema de segurança social em todas as regiões e aumentando à medida que aumenta a industrialização, o investimento em políticas sociais. A industrialização gerou a dívida social e, por meio da assistência, procura mitigá-la. Independentemente do país e da ideologia, política social e industrialização convergem-se.⁹¹

Para Araújo Pinto, o contexto que emerge da Revolução Industrial, excluindo enorme parcela da população de bens de consumo e participação política, a eclosão de movimentos revolucionários na Europa, o crescimento das doutrinas de feições socialistas e anarquistas, a organização de setores da sociedade em novos grupos de pressão compõem o cenário do surgimento do Estado Social. Aos direitos advindos da Constituição liberal, somam-se aqueles que contemplam o homem como trabalhador e como ator social, que serão materializados pelo reconhecimento dos sujeitos coletivos de direito por meio de novas competências estatais⁹².

A tônica do Estado Social, segundo Araújo Pinto, é a idéia da compensação devida a uma imensa camada de indivíduos diante da concentração de riqueza e poder em alguns setores da sociedade. Ao Estado pertencerá a tarefa de compensar essas distorções, ensejando o aumento do seu aparato administrativo. O surgimento de novas demandas é compensado com a criação de novas estruturas. O público passa a ser identificado e a esgotar-se no Estado. O sistema político identifica-se como centro da sociedade, e a esfera privada passa a ser vista com desconfiança por representar a negativa da vida pública. Da visão formalista dos direitos no paradigma liberal, passa-se à materialização desses direitos. O público passa a comportar também o privado, passando, a rigor, todo direito a ser público no Estado Social⁹³.

⁹¹ *Idem, ibidem*, pp. 417-418.

⁹² ARAUJO PINTO, Cristiano Paixão. Arqueologia de uma distinção: o público e o privado na experiência histórica do Direito. In: PEREIRA, Cláudia Fernanda Oliveira (org.). *O novo Direito Administrativo brasileiro: O Estado, as agências e o terceiro setor*. Belo Horizonte: Fórum, 2003. p. 39.

⁹³ *Idem, ibidem*, pp. 40-41.

4 O ESTADO INTERVENCIONISTA E A CONSTITUIÇÃO SOCIOECONÔMICA

Diante da nova estrutura de Estado que emerge com a intervenção do Estado nas áreas sociais e econômicas, necessário se faz uma nova formulação jurídica que lhe dê sustentação, portanto, mister se faz um novo aparato constitucional. Para a doutrina liberal, tanto as questões econômicas quanto as questões sociais estariam fora da constituição. Essas questões se auto-resolveriam idealmente ou seriam resolvidas pela observância das regras de mercado. Trata-se, no pensamento de Reinaldo Pereira e Silva⁹⁴, de uma concepção jurídico-constitucional presa à ação fantasiosa da chamada “mão invisível”. Ao *status* constitucional, as questões sociais e econômicas só se elevaram após a Primeira Guerra Mundial, diante dos conflitos que dela emergiram. Diz o autor que

“diferentemente da Constituição Liberal, que transformou o Estado em espectador das ocorrências sociais, Constituição Socioeconômica não se restringe à disciplina da ordem política, mas trata, também, da regulamentação da ordem econômica e da ordem social, áreas outrora estranhas à intervenção estatal.

No dizer de Canotilho, “A Constituição Econômica não quer apenas reger a ordem política, mas também a ordem social e a ordem econômica”.⁹⁵

A Constituição Socioeconômica, porque suplanta a reduzida dimensão que identifica a Constituição de corte liberal, assume em seu bojo o processo de transformação da sociedade capitalista a ponto de tornar-se mais diretiva e menos orgânica⁹⁶. Não significa dizer que a Constituição Socioeconômica acolherá os direitos positivos em detrimento dos negativos. A decorrência lógica dessa mudança de concepção, segundo Silva citando Bobbio, é que,

enquanto os direitos individuais nascem contra os superpoderes do Estado e com o objetivo de limitar o poder estatal, os direitos sociais exigem – para sua realização prática, ou seja, para sua passagem de declaração verbal à proteção efetiva – precisamente o contrário, isto é, o fortalecimento dos poderes do Estado.⁹⁷

⁹⁴ SILVA, Reinaldo Pereira e. *O mercado de trabalho humano: a globalização econômica, as políticas neoliberais e a flexibilidade dos direitos sociais no Brasil*. São Paulo: Ltr, 1998. p. 48.

⁹⁵ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1977. pp. 82-83, *apud* SILVA. *Op. cit.*, p. 54.

⁹⁶ SILVA. *Op. cit.*, p. 49.

⁹⁷ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 72, *apud* SILVA. *Op. cit.*, p. 51.

Segundo Silva, os direitos individuais são importantes, mas não suficientes, pois os indivíduos não se podem realizar satisfatoriamente quando não existem certas condições socioeconômicas, mesmo que não se produzam violações de direitos individuais, pois o indivíduo só se pode realizar em sociedade. Por isso exige-se uma conduta positiva do Estado, pois, segundo Osvaldo Ferreira Melo, “torna-se mesmo uma posição hipócrita entronizá-los (os direitos sociais) na ordem constitucional e depois fazê-los letra morta”.⁹⁸

Diante das insuficiências dos direitos individuais, continua Silva, cujo conteúdo é “um não fazer”, “um não violar”, “um não prejudicar” por parte dos demais indivíduos e, sobretudo, do Estado, resulta que, ao invés, o conteúdo dos direitos sociais consiste em “um fazer”, “um contribuir”, “um ajudar”. A idéia central dos direitos sociais “não é tanto a da igualdade entre os indivíduos, senão a do nivelamento das desigualdades que entre eles existem, com que a igualdade deixa de ser um ponto de partida para se converter em uma meta da ordem jurídica”.⁹⁹

Em vez da apreensão natural a respeito das diferenças entre os indivíduos, que justificou durante o século XIX o absentismo, o Estado Intervencionista reconhece o seu caráter histórico-cultural, buscando, com sua conduta comissiva, o igualamento, a um patamar em que a dignidade de cada indivíduo seja assegurada,

conclui.¹⁰⁰

5 A “CRISE” DO ESTADO INTERVENCIONISTA

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, todos os Estados industrializados tomaram medidas que estendiam a rede de serviços sociais, instituíaam carga fiscal progressiva e intervinham na sustentação do emprego ou da renda dos trabalhadores. Na Inglaterra, na década de 40, era princípio assente que, independentemente da sua renda, todos os cidadãos como tais tinham direito a serem protegidos em suas situações de infortúnio. Como conseqüência dessa política, houve um aumento da cota do produto bruto nacional destinado à despesa pública, e as estruturas administrativas voltadas para o social tornaram-se mais vastas e complexas, culminando com um aperfeiçoamento na política da assistência por meio da qualificação técnica e do controle.

⁹⁸ MELO, Osvaldo Ferreira de. *Fundamentos da política jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1994. pp. 103-104, *apud* Silva. *Op. cit.*, p. 53.

⁹⁹ RADBRUCH, Gustav. *Introducion a la Filosofia del Derecho*. México: Fondo de Cultura Económica, 1951. p. 157, *apud* SILVA. *Op. cit.*, p. 53.

¹⁰⁰ SILVA. *Op. cit.*, p. 55.

Essas despesas, em que pese ao aperfeiçoamento técnico e ao controle, tenderam, segundo Bobbio, no início da década de 60, a aumentar mais que as receitas, provocando a crise fiscal do Estado. O aumento do déficit público provoca instabilidade econômica, inflação, instabilidade social, obrigando Estados a limitar a intervenção assistencial, pois o aumento da carga fiscal gera uma opinião pública desfavorável em determinados níveis da sociedade, obrigando o Estado à volta da contribuição baseada num princípio contratualista. É a chamada crise do Estado Assistencial¹⁰¹.

O Estado Assistencial se desenvolveu, segundo Bobbio, com a quebra da separação entre sociedade e Estado, entre esfera privada e pública – tal como era concebido na sociedade liberal –, o que levou, na década de 60, a uma convivência pacífica entre sociedade e Estado. Com a crise fiscal do Estado, essa convivência é tida por incompatível, uma vez que não pode o Estado ao mesmo tempo fortalecer o consenso social e apoiar a acumulação de capital com o emprego anticonjuntural da despesa pública. A relação entre Estado e sociedade passa a ser não mais de equilíbrio, mas de conflito¹⁰².

Para Habermas, segundo Bobbio, para além da crise fiscal, o Estado Assistencial, ao trazer consigo a “estatização da sociedade”, traz também uma crise de legitimidade. O papel do mercado é substituído por mecanismos políticos que objetivam a prevenção de conflitos, a estabilidade no sistema e o fortalecimento da legitimação do Estado. Partidos, sindicatos e parlamento atuam como organismos dispensadores de serviços, trocando-os pelo apoio politicamente disponível. O resultado desse processo seria, entre outros, um “despotismo administrativo”, que levaria à total dependência dos indivíduos e dos pequenos grupos dos mecanismos públicos.

6 DO ESTADO DEMOCRÁTICO AO ESTADO BUROCRÁTICO

A democracia como poder do povo e para o povo prevaleceu no século XIX sobre o seu ponto de vista estritamente político com sufrágio restrito. Com a ampliação do sufrágio, a formação de partidos de massa, a ampliação da elegibilidade, passou-se da democracia meramente política para os germes da democracia econômica e social. Evoluiu ainda mais do modo de designação do poder para o modo de seu exercício, que importa na democratização das relações administrativas¹⁰³.

Junto com a democracia, surge o Estado de Direito, visando, em princípio, à limitação do poder do Estado Absolutista tardio (estado de polícia) pelo direito,

¹⁰¹ BOBBIO. *Op. cit.*, p. 417.

¹⁰² *Idem, ibidem*, p. 418.

¹⁰³ MEDAUAR. *Op. cit.*, pp. 93-95.

com garantia aos indivíduos contra o arbítrio. A administração há que ser submetida à lei. Essa noção foi deformada pelas concepções formalistas de Hans Kelsen. Passou-se a se preocupar com a forma em detrimento do conteúdo, dando origem a diversas experiências autoritárias. Em que pese à importância do reconhecimento do Estado de Direito, este também passa por grave crise. Além das experiências totalitárias citadas, há uma crescente desconfiança do sistema jurídico, com a edição de leis sem quaisquer critérios e sem efetividade¹⁰⁴, vigorando a chamada babel dos textos especiais, destinados a atender situações de momento, sem articulação e alterados a toda hora. Há uma descrença nas leis. Para minimizar tal situação, surge a Constituição como centro agregador de todo o sistema jurídico.

Na concepção antiga de administração, a esta é atribuída a função de meio, enquanto à política, o fim. À administração cabe executar de forma imparcial, apolítica e irresponsável. Essa é uma atividade subordinada àquela. Não sendo, todavia, a realidade atual. Às atividades-meio da administração mesclam-se atividades-fim. Técnicos não eleitos exercem importantes papéis políticos e tomam decisões de forma autônoma. O problema situa-se em separar as ingerências políticas e a realização da justiça por meio de institutos da imparcialidade e da discricionariedade.

Com o crescimento da administração, o poder político vai perdendo o controle sobre o administrativo. Passa a estabelecer uma relação de interdependência limitada pelo Estado de Direito e informada por programas de interesse da coletividade como finalidade.

Obedecer à administração era obedecer à lei, não à vontade instável da autoridade. Todavia, a idéia de ato administrativo circunscrito exclusivamente à lei tornou-se insustentável. Muitas vezes o vínculo à legalidade significou apenas atribuição de competência. Como a atribuição de poder sem indicar os meios a exercê-lo e as finalidades a realizar podem desembocar no arbítrio e tornar impossível o controle por falta de parâmetros, essa situação gerou na administração a necessidade de se criar poderes livres – verdadeiros contrapesos ao princípio da legalidade. A sacralização do princípio da legalidade levou ao legalismo, ao formalismo excessivo, com predominância da letra dos textos sobre a realidade dinâmica da vida. Deslocou-se a predominância do Legislativo para o Executivo. A orientação política passou a ser feita pela cúpula do Executivo. A lei da vontade geral passou a ser a vontade das maiorias parlamentares controladas pelo Executivo. O Executivo assume ampla função normativa, implodindo o princípio da legalidade, principalmente com a edição de leis para resolver situações contingentes. O princípio

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 100.

sobrevive na relação ordenamento-administração e não mais somente na relação lei-ato administrativo¹⁰⁵.

Como visto, com o esgotamento da capacidade do Estado Social nos países centrais, novo paradoxo se apresenta. Alguns pregam o esgotamento do modelo com a necessidade de diminuição de seu poder de intervenção. Outros pregam a radicalização de sua função protetora, somando-se aos valores sociais e econômicos valores culturais, artísticos, proteção ao meio ambiente, acesso ao lazer.

7 A IDEOLOGIA DA CRISE

Para Reinaldo Pereira e Silva, a crise em que se propaga estar imerso o Estado Social é uma crise fabricada e tem por escopo

a inserção falaciosa no ‘imaginário social’ da imprescindibilidade econômica do *laissez faire, laissez passer*, que se intensifica diante da pretensa crise. E isso não porque se pretenda dar um salto de qualidade na história da humanidade, com vista a um patamar mais avançado de amadurecimento social, mas sim porque se quer retroceder ao passado, em uma visão piorada da chamada *ère des tyrannies*. Trata-se de um fenômeno social visando a impedir a perpetuação do ‘igualitarismo’, de modo a assegurar, às portas do século XXI, o seu revezamento ideológico pela ‘liberdade individual’, em desforra semelhante ao incidente dos ‘sinos de Santiago de Compostela’¹⁰⁶

É com base na “pseudocrise” dita por Silva que se dá todo o processo de desmonte do Estado Social na denominada reforma do Estado e nas revisões da Constituição de 1988 – de feição nitidamente socioeconômica – que se seguiram. A intervenção, que veio com o Estado Social, segundo Silva, visava a fazer frente ao caos engendrado pelo desenvolvimento capitalista, em oposição à opressão decorrente do exercício da “liberdade individual sem igualdade”, e, em segundo lugar, essa intervenção é o meio de que se utiliza o empresariado para assegurar a manutenção do desenvolvimento capitalista, promovendo a acumulação de capital dentro do Estado. Nesse sentido, o intervencionismo de Estado tencionou compatibilizar progresso material e justiça social. No Brasil, continua Silva, o intervencionismo também se aliou à pretensão desenvolvimentista, constituindo-se em um projeto igualitarista de sociedade, muito embora tenha se fundado, originariamente, nas premissas do capitalismo dirigista,

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, pp. 137-141.

¹⁰⁶ SILVA. *Op. cit.*, p. 56.

opção, todavia, que fez com que se diminuísse a parcialidade no confronto capital/trabalho, apresentando-se mais inclinado à proteção dos trabalhadores, mas que “seu proveito superior é ainda em reforço do capital, na medida em que tolhe a depressão, previne a catástrofe e extingue a verdadeira crise”.¹⁰⁷

Na concepção de Silva, a crise do Estado Intervencionista se dá em razão da ausência de restrições à livre circulação de capitais e o conseqüente encurtamento da distância entre Estado e capital hegemônico, senão a submissão daquele a este. De acordo com Jackson Chaves de Azevedo,

talvez haja chegado o momento de abdicar do discurso que sugeria a separação entre Estado e capital privado. O Estado, que sempre foi privatizado, reconhece, por fim, a sua inteira submissão aos interesses do capital hegemônico (capital financeiro internacional) e às suas formas de controle social. E este, por sua vez, assume, de forma visível, a condição de titular do poder público.¹⁰⁸

O substrato da pretendida crise não decorre de uma fase superior de desenvolvimento da sociedade capitalista, mas do conformismo a uma específica etapa desse processo, concernente a um momento da história em que se propala a derrubada das barreiras em favor da livre circulação do capital no mundo, agravada pela ausência de autoridade internacional reguladora do mercado financeiro.

CAPÍTULO 6 – O TRABALHO HUMANO NO SÉCULO XX

Esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na exploração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo de sua dimensão absoluta, intensifica-se de modo prevalente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada¹⁰⁹.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 58.

¹⁰⁸ AZEVÊDO, Jackson Chaves de. *Reforma e contra-reforma penal (1984-1996): uma ilusão ... que sobrevive*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, p. 7, *apud* SILVA. *Op. cit.*, p. 59.

¹⁰⁹ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 37.

1 O PADRÃO DE PRODUÇÃO TAYLORISTA/FORDISTA

O processo de produção que viveu durante praticamente todo o século XX baseava-se na produção em massa de mercadorias de forma homogeneizada e absolutamente verticalizada. Esse sistema era denominado pelo binômio taylorismo/fordismo. Segundo Gabriela Neves Delgado¹¹⁰, o modelo de organização taylorista, elaborado pelo engenheiro norte americano Frederick Taylor, procurava controlar o tempo e o rendimento da produção por meio da teoria dos tempos e dos movimentos. Para racionalizar a produção, Taylor passou a controlar o fator tempo, instituindo um tempo-padrão, com o objetivo de aquilatar os chamados tempos mortos do processo produtivo. Esse controle somente foi possível mediante a separação e a fragmentação das atividades de planejamento e execução. Com a mecanização, os trabalhadores passaram a exercer tarefas específicas, limitando a capacidade de aperfeiçoamento das aptidões e precarizando o conhecimento, dando vazão à expropriação do saber operário pelo capital e à incorporação de forças não qualificadas no processo produtivo. Desse mecanismo adveio a necessidade de se aprimorar o processo de divisão do trabalho, o que foi feito por meio da teoria de Henry Ford.

Finda a Primeira Guerra Mundial, com suas conseqüências devastadoras, entre as quais o considerável desemprego nos países europeus, a progressiva degradação dos ideais liberais e democráticos, os sentimentos nacionalistas e a Revolução Socialista na Rússia. Nesse contexto, surge o Direito do Trabalho, patrocinado pelas elites dominantes, como forma de neutralizar o emergente movimento operário. Com a crise de 29, houve um favorecimento das políticas, preconizadas por John Maynard Keynes, de intervenção do Estado na economia. Tais medidas, associadas à criação da Liga das Nações para tentar mediar conflitos entre as nações, não foram suficientes para evitar a ascensão de movimentos totalitários na Alemanha e na Itália, principalmente, e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, que iniciou em 1939 e só teve o cessar fogo definitivo em 1945. Os horrores dessas guerras e a crise social e econômica que se abateu sobre a grande maioria dos países reforçaram as doutrinas pregadas por Keynes, dando vazão ao surgimento do Estado do Bem-Estar Social, passando o Estado a assumir políticas de planejamento e assistência social, uma vez mais para se contrapor ao movimento operário que se encontrava em plena ascensão e maturação. Entre essas políticas, a do pleno emprego fez emergir um Direito do Trabalho de caráter protecionista inspirador de um amplo complexo de regras e princípios que passaram a compor esse ramo especializado.

Foi também nesse contexto – caracterizado, segundo Gabriela Neves Delgado, por uma exuberância econômica e pelo crescimento vertiginoso da indústria

¹¹⁰ DELGADO, Gabriela Neves. *Terceirização: paradoxo do Direito do Trabalho Contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2003. p. 44.

nos países centrais – que surgiu o modelo denominado fordista, que, combinado com a fórmula e o método taylorista, passou a ser adotado em larga escala. A autora cita Marco Túlio Viana:

Foi para se segurarem os riscos do mercado que Ford verticalizou sua empresa, dominando, passo a passo, todo o ciclo produtivo – desde o cultivo de borracha em suas plantações na Amazônia até o último parafuso do famoso modelo – T. Foi também para isso que acentuou os métodos tayloristas de divisão do trabalho, garantindo não só altas taxas de produtividade, mas sobretudo o controle da resistência operária. [...] O Estado dos tempos de Ford respondia aos seus anseios, pois de um lado dava infra-estrutura, com obras de todo tipo, de outro garantia o consumo, com políticas de bem-estar, tudo segundo as lições de John Maynard Keynes.¹¹¹

A conjugação das idéias de Taylor e Ford foi uma eficiente forma encontrada pela indústria automobilística, em especial a americana, para aumentar a produção. Esse fenômeno baseava-se na redução do tempo e aumento do ritmo de trabalho e foi possível com a introdução da linha de montagem, por intermédio do sistema de produção em série, com a utilização da esteira rolante. Cada trabalhador fixava-se em uma parte da esteira rolante para exercer, mecânica e rapidamente, seu ofício em determinada etapa da produção. Tais empregados, segundo Delgado¹¹², poderiam até mesmo ser considerados segmentos das máquinas, já que a única função que desempenhavam era a de operá-las, estabelecendo um ritmo cada vez mais acelerado, em busca da maior produtividade possível.

2 O TRABALHO COMO APÊNDICE DA MÁQUINA-FERRAMENTA

Esse padrão produtivo, segundo Antunes¹¹³, estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, decompondo tarefas e reduzindo a ação do operário a um conjunto repetitivo de atividades cujo somatório resultava no trabalho coletivo de produção de automóveis. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, há uma conversão dele em apêndice da máquina-ferramenta, dotando o capital de maior intensidade na exploração do sobretrabalho. Esse processo, segundo o mesmo autor, caracterizou-se por uma mescla da produção em série fordista

¹¹¹ VIANA, Márcio Túlio. A proteção social do trabalhador no mundo globalizado. O Direito do Trabalho no limiar do século XXI. *Revista LTr*: São Paulo, v. 63, n. 7, p. 885, jul./1999, *apud* DELGADO. *Op. cit.*, p. 51.

¹¹² DELGADO. *Op. cit.*, p. 52.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 37.

com o cronômetro taylorista e uma nítida separação entre elaboração e execução, havendo uma apropriação por parte do capital do saber operário e a supressão de sua dimensão intelectual, que era transferida para as esferas de gerência científica, reduzindo-se a atividade de trabalho a uma ação mecânica e repetitiva.

Com a introdução desse padrão, houve uma racionalização do processo de trabalho que durou quase todo o século XX, oferecendo a ilusão, segundo Antunes¹¹⁴, de que esse sistema de metabolismo social do capital pudesse ser controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado. O compromisso, todavia, era ilusório, uma vez que resultava de uma posição defensiva do capitalismo em frente da conjuntura que emergia da Segunda Grande Guerra e da ascensão do movimento operário. Também a posição do Estado era ambígua, uma vez que, na condição de árbitro que deveria ter, se limitava a cuidar dos interesses do capital, oferecendo aos trabalhadores ganhos sociais em troca do abandono de seu projeto de sociedade e tornando o movimento operário uma engrenagem do sistema capitalista e seus sindicatos, apêndice do Estado.

Esse estado de coisas se rompeu no período entre o final dos anos 60 e início dos anos 70. Diz Antunes¹¹⁵ que:

Tendo perdido a identidade cultural da era artesanal e manufatureira dos ofícios, esse operário havia se ressocializado de modo relativamente “homogeneizado”, quer pela parcelização da indústria taylorista/fordista, pela perda da destreza anterior ou ainda pela desqualificação repetitiva de suas atividades, além das formas de sociabilização ocorridas fora do espaço da fábrica.

Isso, segundo o autor, possibilitou o surgimento de um novo proletariado, marcado pela massificação, e ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e consciência de classe, propiciando a ruptura e a confrontação do compromisso social democrático anterior.

Da redução da autonomia, fazia surgir um desejo por ela, oferecendo condições para tanto. Ao homogeneizar as condições de existência, forjava ao mesmo tempo um processo de personificação, propiciando o surgimento de uma segunda geração de operários fordistas que passavam a não admitir mais “trocar o trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento de seu poder de compra, privando-se do ser por um excedente do ter”¹¹⁶, gerando as revoltas dos anos 60 e 70, com a ocupação e a autogestão das fábricas, confrontando a hegemonia existente, intensificando a luta de classes e questionando o papel

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 38-39.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 40-41.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 42.

contratualista assumido pelas entidades sindicais que desembocava no respaldo ao capital e no afastamento das entidades dos trabalhadores.

O capitalismo, que já estava premido pela concorrência monopolista, responde a esta e aos trabalhadores com um salto tecnológico extraordinário, enfraquecendo a atuação dos trabalhadores que havia ficado limitada às fábricas e se reorganizando sobre outras bases. Aproveitando-se do poder de iniciativa demonstrado na ocupação e na gestão das fábricas, implanta o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas de gestão, visando a expropriar ao máximo o potencial criativo do trabalhador¹¹⁷.

3 O TOYOTISMO E A INTENSIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO

A crise do capital dos anos 70 foi, como visto, uma crise do padrão de acumulação taylorista/fordista que fez com que o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperar seu ciclo reprodutivo e ao mesmo tempo repor seu projeto de dominação societal. Deu-se início então a várias transformações no processo produtivo por meio das formas de acumulação flexível, na qual se destaca o “toyotismo” ou modelo japonês¹¹⁸. Essas mudanças, como visto, vieram da necessidade imposta pela própria competição intercapitalista (disputa entre grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da necessidade de controlar os movimentos oriundos da classe trabalhadora. Trata-se, portanto, segundo Antunes, de um momento de maturação do capitalismo muito mais do que uma pós-modernidade, na qual há uma reconfiguração do poder no local e no mercado de trabalho, em bases muito mais favoráveis ao empregador, com a intensificação do trabalho em vez de melhora para o empregado.

Diz Antunes¹¹⁹ tratar-se de uma falácia a chamada “qualidade total”, primeiro elemento de sustentação do toyotismo. Diz que quanto mais desse requisito deve ter o produto, menor deve ser o seu tempo de duração:

A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a ‘qualidade total’ seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 43-45.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 47.

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 50-51.

Esse sistema, portanto, não deve contrapor-se à taxa de utilização decrescente das mercadorias, na forma como o define Mészáros, citado pelo autor, e deve ser compatível com a lógica da produção destrutiva, pois esse modo de produção capitalista é inimigo da durabilidade dos produtos, invertendo, deliberadamente, a sua qualidade.

Como exemplo da forma descartável como as mercadorias devem ser produzidas, aumentando assim o lucro do capital, ressalta-se a produção de automóveis, cujo tempo médio de vida útil e durabilidade são cada vez menores. Reluz mais ainda o exemplo da produção de microcomputadores, cujos sistemas de *softwares* tornam-se obsoletos e desatualizados em tempo bastante reduzido, pois os novos sistemas não são compatíveis com os anteriores, reduzindo a sua vida útil e confirmando, mais uma vez, a vigência da lei da tendência decrescente do valor de uso das mercadorias¹²⁰.

Esse sistema introduz novas técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, desenvolvendo uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, ao trabalho em equipes, aos grupos semi-autônomos, além de requerer, no plano discursivo, o envolvimento participativo dos trabalhadores, que Antunes trata com reserva, por ser, segundo o autor, uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O toyotismo se resume a um trabalho em equipes, com o envolvimento dos trabalhadores no controle da qualidade desses produtos, substituindo as funções de manutenção, acompanhamento, inspeção, que são assumidas pelas equipes, intensificando as condições de exploração e proporcionando a eliminação de diversos postos de trabalho, culminando no que se convencionou chamar de empresa enxuta¹²¹.

Diversas são as conseqüências da mudança para esse processo produtivo, dentre outras destacam-se a desregulamentação dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em todas as partes do mundo; o aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; a precarização e a terceirização da força humana que trabalha; a destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria. Essas mudanças, segundo Antunes¹²², importaram na

racionalização do processo produtivo, dotada de forte disciplinamento da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e trabalho intensivo, caracterizou a via toyotista de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Japão e seu processo de liofilização organizacional e do trabalho.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 50-51.

¹²¹ *Idem, ibidem*, pp. 52-53.

¹²² *Idem, ibidem*, p. 55.

O autor cita o depoimento de Satochi Kamata sobre a racionalização da Toyota Motor Company nestes termos:

Não é tanto para economizar trabalho, mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% dos ‘movimentos desperdiçados’ são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores; e esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores alcança surpreendente aumento na sua produção. Todo o tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo o seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção.¹²³

4 TERCEIRIZAÇÃO: O TRABALHADOR COMO MERCADORIA

Entre todas as mudanças operadas no bojo do processo de desregulamentação laboral, cumpre ressaltar o mecanismo da terceirização por significar um rompimento de toda a política protecionista que justificou a criação do Direito do Trabalho de viés eminentemente protecionista. Terceirização, a juízo de Márcio Túlio Viana¹²⁴, é a presença de um intermediário na relação entre o trabalhador e a empresa, que lhe aproveita a força de trabalho. Esse intermediário não utiliza a força de trabalho para produzir bens ou serviços. Não se serve dela como valor de uso, mas como valor de troca. Não a consome: subloca-a. O que consome, segundo Viana, “é o próprio trabalhador, na medida em que o utiliza como veículo para ganhar na troca. Em outras palavras, o mercador de homens os utiliza tal como o fabricante usa seus produtos e como todos nós usamos o dinheiro”. Usa o trabalho como mercadoria, a mesma mercadoria que, ao vender, faz alarde de suas vicissitudes e, ao comprar, a deprecia, ofertando baixos salários.

É verdade, diz Viana, que o trabalhador pode aceitar ou não ser negociado, mas essa liberdade é condicionada pela necessidade. A terceirização, segundo o autor, desafia não só o princípio protetor do Direito do Trabalho, mas a própria condição de empregador, uma vez que há um sujeito que admite e outro que efetivamente assalaria. Na lição de Mauricio Godinho Delgado, “dissocia-se a relação econômica

¹²³ KAMATA, Satoshi. *Japan in the passing lane: in insiders account of life in a japonese auto factory*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1982. p. 1999, *apud* ANTUNES. *Op. cit.*, p. 56.

¹²⁴ VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além de jurídico. *Revista LTr*; São Paulo, vol. 67, n. 07, p. 775, jul./2003.

de trabalho da relação juslaborista que lhe seria correspondente”¹²⁵. A terceirização, todavia, também pode se dar entre empresas, quando uma joga para outras algumas ou todas as etapas de seu ciclo produtivo, enxugando-se. À primeira forma, Viana denomina terceirização interna e à segunda externa.

Essas duas espécies de terceirização já existiam desde os primórdios do trabalho. Na Idade Média, quando o artesão trabalhava com sua família, em sua casa e com os seus instrumentos de produção para atender a pedidos de um mercador ou de um industrial, dava-se a terceirização externa. Quando, na fábrica, submetia seu trabalho a um capataz contratado pelo industrial para extrair-lhe a produção, alugando sua mão-de-obra, dava-se a terceirização interna¹²⁶.

Com o passar do tempo, já era o próprio capitalista que controlava os gestos dos trabalhadores. Com a divisão do trabalho, veio a apropriação dos últimos resquícios do saber operário que ainda não tinham sido apropriados. Tendo a racionalização da fábrica dificultado a resistência individual do obreiro, fez recrudescer a coletiva. O capital monopolista reunia multidões cada vez maiores em suas fábricas, e, como o trabalho era uniforme, todos se sentiam mais unidos nos sofrimentos e nos sonhos. Essa união evoluiu para a consciência de classe e para os grandes movimentos sindicais de resistência à exploração que culminaram nos anos 60, nos quais os trabalhadores exigiam a cota de riqueza que vinham produzindo nas décadas anteriores e, ao mesmo tempo, voltavam a questionar o poder diretivo, exigindo a cogestão¹²⁷.

Esse fenômeno, acompanhado por mais uma crise de defasagem entre produção e consumo e conseqüente queda nas taxas de lucro, provocou a reação dos capitalistas, que, por meio de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, iniciaram um longo período de repressão e perseguição aos sindicatos e de modificações na estrutura do Estado Interventor ou Estado do Bem-Estar Social. No Brasil, essa luta por melhores condições de salário e trabalho se juntou à luta contra a ditadura militar, e a reação veio por meio do desmonte do Estado e das mudanças constitucionais.

No plano interno da empresa, a contra-ofensiva liberal se deu num primeiro momento por meio da automatização radical e depois esta se tornou cara e até mesmo desnecessária, uma vez que “o desemprego e a fragilização dos sindicatos haviam pressionado os salários para baixo e o *exército de reserva* se tornara maior e mais dócil”¹²⁸. Assim, a fábrica passou a mesclar automação com os novos métodos

¹²⁵ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2002, p. 417, *apud* VIANA. *Op. cit.*, p. 776.

¹²⁶ VIANA. *Op. cit.*, p. 777.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p. 778.

¹²⁸ DEDECCA, C. S. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp, 1999, *apud* VIANA. *Op. cit.*, p. 779.

de gestão de mão-de-obra, que, basicamente, eram variações do toyotismo, passando de uma organização rígida para uma organização flexível, tal como os produtos que agora fazia, o novo trabalhador que agora exigia e o novo direito pelo qual lutava. Diz Viana que o sistema passou a trabalhar com a lógica inversa. E, em vez de incluir, passou a excluir – empregados, direitos, políticas sociais, etapas do processo produtivo. “Como um vulcão que vomita lava e fogo, a fábrica passou a jogar para fora tudo o que não diz respeito ao foco de suas atividades”¹²⁹.

Mas esse movimento de exclusão – que se acentua – traz embutido um movimento contrário, de reinclusão, pelo qual a fábrica (ou ex-fábrica) de certo modo retoma algumas de suas atividades, trabalhadores e máquinas. (...) Em certos casos (terceirização interna), ela retoma uma parte dos trabalhadores expulsos (não necessariamente os mesmos), valendo-se de outra empresa, que os comercializa. Em geral eles voltam com um uniforme mais simples, um salário mais pobre e uma aderência menor. E eles também a reencontram diferente, sem o *status* e os ônus de empregadora. É como uma espécie de magia. (...) Em outros casos (terceirização externa), a fábrica passa a gerir tudo – homens, máquinas, matéria-prima, produtos – por meio de outras empresas da rede, tal como fazia nos primeiros tempos do capitalismo industrial, quando ainda era difusa.

No caso de terceirização externa, há uma relação de rede em termos formais, mais de verticalidade em termos substanciais. De certo modo, diz Viana,

é como se a subordinação, antes restrita à relação empresa-empregado, se deslocasse também para a relação empresa-empresa. A estrutura vertical que existia dentro da fábrica se reproduz fora dela. Em certa medida, até os empregados da contratada seguem as diretrizes da contratante¹³⁰.

A aparente colaboração, em linha horizontal, esconde, na verdade, uma relação que ainda é vertical. Esse processo encontra-se hoje disseminado em toda a sociedade e não só nas fábricas. Escritórios, lojas, órgãos públicos, sindicatos, todos distribuem atividades que antes eram suas. A terceirização atende aos objetivos da concorrência e da busca constante dos lucros. Para vencer os concorrentes, devem-se constantemente reduzir custos e se flexibilizar, por isso terceiriza-se.

A empresa enxuta transfere a concorrência para as empresas terceirizadas. Estas, por sua vez, utilizam salários variáveis, centrados na produção, transferindo concorrência também para os trabalhadores, que passam a lutar entre si pelos prêmios

¹²⁹ VIANA. *Op. cit.*, p. 779.

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 780.

ou cobram assiduidade e eficiência dos companheiros de equipe. No limite da terceirização, a fábrica tende a se tornar uma mera gerenciadora de serviços, um limite inverso aos tempos do fordismo.

Os defensores da terceirização dizem que ela permite a focalização de suas atividades, enquanto as parceiras se especializam; permite o aperfeiçoamento técnico por toda a rede, havendo uma modernização em cadeia; e permite atender com mais presteza às variações do mercado, uma vez que essa rede é retrátil e reversível. O que esses defensores não dizem, segundo Viana¹³¹, é que quem paga essa conta são os trabalhadores, com perda de benefícios sociais em 72,5% dos casos e decréscimos salariais em 67,5% dos casos segundo estudos do Dieese. O lucro na verdade é aumentado sonogando-se direitos trabalhistas, já que a fiscalização sobre pequenas empresas de fundo de quintal é muito mais difícil do que seria na grande. Naturalmente, diz Viana, “quanto mais a pequena empresa explora o trabalhador, menor é o preço que cobra da grande pelo contrato. Desse modo a grande empresa extrai mais-valia por meio da pequena. Com isso, mantém limpa sua imagem, enquanto a outra faz o jogo sujo”.

As empresas, sempre que podem, saem em busca de países mais baratos para suas mercadorias. A Nike, por exemplo, fabrica na Coréia por US\$ 16 o mesmo tênis que fabricaria nos EUA por US\$ 100. Por isso a preocupação que os países industrializados tinham com os salários pagos pelos países periféricos já não se justifica mais, pois podem eles mesmos tirar vantagem dessa situação. Nesses termos “a Alitália saiu em busca de pilotos australianos. A Sears se deslocou para Bangladesh. A Daimler-Benz monta ônibus em Xangai. Fábricas francesas ameaçam se mudar para a Escócia, caso a legislação continue rígida”.¹³² Para essas empresas, segundo Viana,

não é conveniente regular a concorrência internacional, pois ela mesma pratica *dumping*. Ela usa em seu benefício as vantagens comparativas dos países pobres. Por isso a OIT já não lhe serve: antes, é empecilho. E é claro que, com isso, as normas da OIT perdem a força.

A situação se deteriora também para os trabalhadores autônomos. Se clandestinos em outros países que não o seu de origem, essa situação irregular garante lucros extras para os que os exploram, pois podem pagar-lhes ainda menos do que normalmente pagariam. Os trabalhadores autônomos, estando ou não organizados, tendem a trabalhar em condições muito piores do que os formais. São comuns as jornadas de mais de 12 horas e existe uma grande concorrência entre eles, trabalham aos finais de semana e não têm férias. A auto-exploração

¹³¹ *Idem, ibidem*, 781.

¹³² ANDRADE, Everaldo Gaspar L. Crises dos modelos capitalistas e do mercado laboral. *Revista LT*; São Paulo, p. 787, *apud* VIANA. p. 782.

tende a ser maior nas pequenas cooperativas, exatamente em função do espírito de solidariedade, de responsabilidade e até de emulação que anima os seus sócios. Por isso elas representam ‘a tipologia ideal do trabalhador no paradigma da acumulação flexível’.¹³³

Mas, segundo Viana, os trabalhadores pagam ainda um outro preço pela terceirização:

No limite, a empresa em rede resolve aquela contradição a que nos referimos, e que tem sido, ao longo dos tempos, a principal responsável pelo Direito do Trabalho. Ela consegue produzir... sem reunir. Ao se fragmentar, a empresa também fragmenta o universo operário; mas, ao se recompor, formando a rede, não o recompõe. Os terceirizados não se integram aos trabalhadores permanentes¹³⁴.

Em boa medida, continua o autor, a quebra do movimento sindical se explica pela terceirização. Foi ela a arma secreta que o capitalismo descobriu para resolver a contradição entre necessidade do trabalho coletivo e possibilidade de resistência coletiva.

Hoje o sindicato encontra-se enfraquecido e junto com ele o Direito do Trabalho. As relações de trabalho são cada vez mais reguladas pelo Direito Civil. Em vez de impor obstáculos à dominação, apenas registra e legitima as modificações que a própria empresa sugere.

CAPÍTULO 7 – A REFORMA DO ESTADO

A noção hoje enraizada da necessidade de reformular o Estado é fruto de um intenso processo de transformação por que passa o mundo atual. Importa, em consequência, inserir o Estado no contexto das mutações operadas na sociedade, para que ele possa tornar-se um importante instrumento na busca do bem comum. O Estado estático, não sintonizado com a ‘revolução cibernética’, emperra os avanços sociais e econômicos, transformando-se em obstáculo ao bem-estar coletivo.¹³⁵

¹³³ FUMAGALLI, A. *Aspetti dell'accumulazione flessibile in Itália, in Bolonha, Il lavoro...* cit. p. 148, *apud* VIANA. *Op. cit.*, p. 784.

¹³⁴ VIANA. *Op. cit.*, p. 784.

¹³⁵ RAMOS, Dora Maria de Oliveira. *Terceirização na Administração Pública*. São Paulo: LTr, 2001. pp. 32-33.

1 REFORMA DO ESTADO – UMA FATALIDADE?

Dora Maria de Oliveira Ramos¹³⁶ narra que as transformações sofridas pelo Estado ao longo da história estão inseridas no contexto das revoluções industriais. A primeira revolução industrial, na Inglaterra, em meados do século XVIII, ao promover profundas alterações na forma de produção e de organização do trabalho, impulsionando a concentração de capitais e os preceitos individualistas, deu origem ao Estado Liberal. A segunda revolução industrial, ocorrida em fins do século XIX e início do século XX, com a substituição da energia a vapor pela energia elétrica e pelo petróleo, introduziu mudanças na organização das atividades empresariais dando vazão ao surgimento de grandes monopólios. Internamente à empresa, a busca de ganhos de produtividade é marcada pelo taylorismo e pelo fordismo, caracterizado pelo trabalho em série, mecânico e repetitivo. Esse período marcou a derrocada do Estado Liberal e o florescimento do Estado Social de Direito. Com a robotização, a informática e a energia nuclear, desenvolve-se a terceira revolução industrial, marcada pelo modo de produção toyotista, com a eliminação de estoques e de custo, o enxugamento da empresa, a demissão em massa, a flexibilização das leis trabalhistas, as contratações temporárias e a terceirização.

Essa nova forma de organização insere-se no contexto da globalização da economia, que, segundo Ramos¹³⁷, é um fenômeno identificado com a intensa integração de mercados, mediante a formação de blocos econômicos que incrementam o comércio mundial graças à diminuição de barreiras alfandegárias e à eliminação de controles sobre o livre fluxo de capitais, sob pena de as economias não se tornarem atraentes para investimentos. Nesse contexto, as grandes empresas multinacionais passam a estender seu raio de influência sobre os países menos desenvolvidos em busca de menores custos de produção, principalmente no que se refere ao barateamento de mão-de-obra. A economia mundial passa, assim, a ser dominada por grandes corporações multinacionais com poder para estruturar a produção e a distribuição de bens em âmbito mundial, desdobrando-se na mundialização da economia e conseqüente internacionalização do Estado, por um lado, e no enfraquecimento do Estado Nacional, por outro.

Para se adequar às novas regras ditadas pela conjuntura globalizante, preconiza-se a diminuição do tamanho do Estado, objetivando-se edificar um Estado enxuto, reduzindo ao máximo o exercício por ele de atividade econômica. Outras características que identificam esse fenômeno são o repasse de serviços públicos

¹³⁶ *Idem, ibidem*, pp. 33-34.

¹³⁷ *Idem, ibidem*, pp. 34-35.

para a iniciativa privada e a venda de ativos do Estado, que serão substituídos pelas concessões de serviços públicos, fazendo com que ele seja capaz de atrair capitais internacionais a serem investidos no setor produtivo. Desse modo, assiste-se, ao lado da privatização do Estado, à desregulamentação e à flexibilização da economia, de forma a atingir o equilíbrio das finanças públicas e o controle das taxas de inflação¹³⁸.

2 O PLANO DIRETOR DE REFORMA DO APARELHO DO ESTADO

A mudança na estrutura do Estado brasileiro se deu por meio do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, idealizado e levado a termo pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Diz o plano em sua apresentação que o Estado brasileiro desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou uma gradual deterioração dos serviços públicos, agravando a crise fiscal e, por conseqüência, a inflação. Por esse raciocínio, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilidade, assegurar o crescimento sustentado da economia e promover a correção das desigualdades sociais e regionais¹³⁹.

Diz ainda o plano que o grande desafio histórico que o Brasil se dispõe a enfrentar é o de articular um novo modelo de desenvolvimento que possa trazer para o conjunto da sociedade brasileira a perspectiva de um futuro melhor. Para tanto, necessário se faz o fortalecimento do Estado para que seja eficaz sua ação reguladora no quadro de uma economia de mercado, nos serviços básicos que presta e nas políticas de cunho social que precisa implementar. Procura criar as condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais, substituindo o controle burocrático de processos pelo controle de resultados, saltando para uma administração pública gerencial baseada na eficiência e na descentralização, com o objetivo de chegar ao cidadão-cliente. Para alcançar tal intento, necessário se faz reorganizar as estruturas da administração com ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público; na verdadeira profissionalização do servidor, que passaria a perceber salários mais justos para todas as funções¹⁴⁰. Tendo por base essas concepções, foram apresentadas emendas constitucionais para a reforma administrativa e da previdência, que, segundo a exposição de motivos, visava a garantir as conquistas da Constituição de 1988.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, pp. 36-37.

¹³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, Câmara de Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995, p. 9.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 10.

O PDRAE narra que se tornou inadiável equacionar a questão da reforma ou da reconstrução do Estado, que já não consegue atender com eficiência à sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social. A crise do Estado é evidente, e sua causa está na desaceleração econômica nos países desenvolvidos e nos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu, que não souberam processar de forma adequada a sobrecarga das demandas a eles dirigidas¹⁴¹. O modelo de Estado Intervencionista mostra-se superado, vítima de distorções decorrentes da tendência observada em grupos de empresários e de funcionários que buscam utilizar o Estado em seu próprio benefício e vítima também da aceleração do desenvolvimento tecnológico e da globalização da economia mundial, que tornaram a competitividade entre as nações mais aguda¹⁴². Nesse sentido, continua o projeto, são inadiáveis: o ajustamento fiscal duradouro; as reformas econômicas voltadas para o mercado; a reforma da previdência social; a inovação dos instrumentos de política social; a reforma do aparelho do Estado de forma a aumentar sua governança, ou seja, a capacidade de implantar de forma eficiente as políticas públicas, tornando a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania, uma administração voltada mais para o atendimento do interesse público, que não pode ser confundido com o interesse do Estado¹⁴³.

Para enfrentar esses problemas que representam um obstáculo à implementação de um aparelho de Estado moderno e eficiente, torna-se necessário, segundo o projeto, identificar estratégias específicas para cada segmento de atuação do Estado. Sendo o Estado a organização burocrática que possui o poder de legislar e tributar sobre a população de um determinado território, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado divide o Estado ou a administração pública em quatro núcleos: o primeiro, o núcleo estratégico – responsável pelo exercício de funções estratégicas, indelegáveis –, é o setor que define as leis e as políticas públicas e cobra o seu implemento. Corresponde aos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e, no Poder Executivo, ao Presidente da República, aos Ministros e aos seus auxiliares diretos.

O segundo é o núcleo das atividades exclusivas, no qual são prestados serviços que só o Estado pode realizar, como regulamentar, fiscalizar e fomentar. São exemplos desse setor a cobrança e a fiscalização de impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização sanitária, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica etc.

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 14.

¹⁴² *Idem, ibidem*, p. 15.

¹⁴³ *Idem, ibidem*, pp. 16-23.

O terceiro é o chamado núcleo dos serviços não exclusivos e corresponde ao setor no qual o Estado atua conjuntamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. São serviços que envolvem direitos humanos fundamentais, como da educação e da saúde, ou que produzem ganhos que não podem ser apropriados pelo mercado, como as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa, os museus.

E, por último, o núcleo de produção de bens e serviços para o mercado, caracterizado por atividades econômicas voltadas para o lucro e que permanecem no aparelho do Estado, devendo ser privatizado mediante regulamentação rígida¹⁴⁴.

Visa também o plano, no bojo do Programa Nacional de Publicização, à implantação de novas formas jurídicas voltadas para a prestação de serviços públicos: as chamadas agências executivas e as organizações sociais. As primeiras são espécie de entidades de direito público, criadas a partir de autarquias e fundações já existentes, cujo controle seria feito de forma finalística e não prévio. As organizações sociais são entidades de direito privado, não integrantes da administração pública, que têm por finalidade explorar ou prestar serviços públicos em atividade não exclusiva. A relação com o serviço dar-se-á por intermédio do contrato de gestão, assegurando-lhe dotações orçamentárias, além da cessão de bens e servidores públicos.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, expondo sobre a reforma do Estado, diz que uma outra forma de conceituá-la é entendê-la como um processo de criação ou transformação de instituições, de forma a aumentar a governança e a governabilidade. Privatização é um processo de transformar uma empresa estatal em privada. Publicização, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não estatal. Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio. No seio do Estado, a clara distinção entre secretarias formuladoras de políticas públicas, agências executivas e agências reguladoras autônomas implica criação ou redefinição das instituições¹⁴⁵.

A governabilidade nos regimes democráticos, para Bresser-Pereira,

depende (a) da adequação das instituições políticas capazes de intermediar interesses dentro do Estado e da sociedade civil; (b) da existência de mecanismos de responsabilização (*accountability*) dos políticos e burocratas perante a sociedade; (c) da capacidade da sociedade de limitar suas demandas e do governo de atender aquelas demandas afinal mantidas; (d) da existência de um contrato social básico.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, pp. 51-53.

¹⁴⁵ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismo de controle. *Cadernos Mare de Reforma do Estado*. Vol. 1. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. pp. 19-20.

Esse contrato na América é substituído por pactos de desenvolvimento, que, apesar de excludentes, dão à sociedade um sentido de futuro e viabilizam o governo.

A crise que se abate sobre o Estado atual, segundo Bresser-Pereira, não é uma crise política, mas uma crise de governabilidade, ou seja, o governo se vê privado das condições de governar, seja porque perde sua legitimidade junto à sociedade, seja porque suas instituições se mostram inadequadas para o exercício do poder político. Só é possível falar em crise política se compararmos a realidade com uma situação ideal. Se pensarmos, por exemplo, que os regimes democráticos não asseguram o “bom governo”, o governo que dirige de forma ótima a sociedade. Este é o centro das preocupações da escola racional, que dominou os Estados Unidos nos últimos 20 anos, e é a base fundamental da crítica neoliberal à intervenção do Estado, ou seja, se os governos só conseguem administrar no interesse próprio ou de grupos específicos e não no interesse dos governados, o melhor é reduzir o Estado ao mínimo, ao estritamente necessário, e deixar que tudo o mais seja coordenado pelo mercado. Esse método, todavia, não vê a política como um processo histórico, mas como algo estático e abstrato. Apoiada na visão microeconômica neoclássica, entende o processo político como algo otimizado e frustrado, na medida em que o governo é constituído por políticos egoístas – voltados exclusivamente para a satisfação de suas ambições políticas e para a busca de rendas (*rent seeking*) – dificilmente haverá bom governo. Entende que os políticos são claramente motivados por uma terceira razão: o comprometimento com seus princípios ideológicos e morais, ou seja, com sua própria avaliação do que seja interesse público. Esse tipo de político no limite se transforma no estadista. Ele também realiza permutas, mas apenas entre o desejo de ser reeleito e o compromisso com o interesse público¹⁴⁶.

A reforma, segundo Ramos, objetiva fazer aflorar no novo milênio um Estado que Bresser-Pereira denomina de “Social-Liberal”. Social porque preserva a tutela dos direitos sociais à educação, à saúde e à previdência. Liberal porque introduz a competição no exercício das funções do Estado, terceirizando a construção de obras de infra-estrutura, privatizando as empresas produtoras de bens, outorgando à iniciativa privada, mediante concessão, as empresas produtoras de serviços públicos e, finalmente, entregando a prestação de serviços sociais a organizações públicas não estatais. Tudo isso no bojo de um quadro que tem de um lado a crise do Estado Social de Direito e de outro a internacionalização do processo produtivo, que obriga o Estado Nacional a manter competitiva sua economia, amoldando-se às expectativas dos capitais internacionais¹⁴⁷.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 46-48.

¹⁴⁷ RAMOS. *Op. cit.*, p. 39.

CAPÍTULO 8 – NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E DESMONTE DO ESTADO

Somente com a arrogância própria da ideologia da direita pode-se pretender analisar a globalização de maneira axiologicamente neutra. No Brasil, a pretensa neutralidade axiológica da globalização recebe o nome de pragmatismo socioliberal, que nada mais é do que uma versão do neoliberalismo (Reinaldo Pereira e Silva)

1 O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO – O EXEMPLO DAS PRIVATIZAÇÕES

Com base nas concepções inseridas no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, procedeu-se a um verdadeiro desmonte do Estado brasileiro, de que é um exemplo o processo de privatização. Veja como se deu esse processo. Segundo Aloysio Biondi¹⁴⁸,

antes de vender as empresas telefônicas, o governo injetou R\$ 21 bilhões no setor, em dois anos e meio. Vendeu tudo por uma entrada de R\$ 8,8 bilhões ou menos – porque financiou metade da entrada para grupos brasileiros. Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), o “comprador” pagou R\$ 330 milhões, e o governo do Rio, antes, tomou um empréstimo de R\$ 3,3 bilhões para pagar direitos aos trabalhadores. (...) A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN foi comprada por R\$ 1,05 bilhão, dos quais R\$ 1,01 bilhão em “moedas podres” – vendidas aos “compradores” pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiadas em 12 meses.

Assim foi, apenas como exemplo, o processo de venda das estatais, que, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzir a dívida pública e salvar o real. Na verdade, o governo engoliu dívidas de todo tipo com as estatais vendidas, aumentando a dívida interna, e, ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que compraram as estatais não usaram capitais próprio, mas tomaram empréstimos alienígenas, aumentando assim também a dívida externa brasileira, já que o governo é obrigatoriamente fiador desses empréstimos.

O processo de privatização brasileiro teve início com uma intensa campanha publicitária contra as empresas estatais e com promessas de que elas trariam preços

¹⁴⁸ BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

mais baixos para o consumidor, graças à maior eficiência das empresas privadas. Acontece que, antes das privatizações, o governo já começara a aumentar as tarifas alucinadamente, para garantir o lucro dos futuros compradores. Para as telefônicas, o aumento foi de até 500% e, para as fornecedoras de energia elétrica, de até 150%¹⁴⁹, pois esses preços estavam defasados, uma vez que eram segurados pelo governo para evitar aumento da inflação, o que não impediu que essas empresas aumentassem ainda mais essas tarifas após privatizadas. A título de exemplo, conforme dados da Anatel, o valor da assinatura básica residencial em 1998 era de R\$ 13,82; em 2003 passou para R\$ 30,39; o valor da ligação local era, em 1998, de R\$ 0,08, passando, em 2003, para R\$ 0,12¹⁵⁰. Comparando o aumento das tarifas com a elevação da renda dos trabalhadores, tem-se que, segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), a renda familiar entre 1995 e 2001 teve uma queda real, descontada a inflação, de 7%, vindo de R\$ 1.066 para R\$ 993. Em 1995, pela pesquisa de orçamento familiar, uma família empenhava em média 13% de sua renda com contas de telefone, luz, gás e água. Seis anos depois, o peso dessas tarifas sobre o orçamento familiar subiu para 28%¹⁵¹, ou seja, além de ver sua renda despencar, o trabalhador vê a cada dia as tarifas públicas aumentarem.

Antes de privatizar, o governo fez maciças demissões, pagando indenizações milionárias, que deveriam ser pagas por quem estava adquirindo as empresas, e aumentando o desemprego. Foram, a título de exemplo, 10.026 empregados demitidos da Fepasa, empresa ferroviária de São Paulo; 6.200 dos 12 mil funcionários do Banerj, tendo os compradores recebido folhas de pagamento mais baixas, e essa lógica se repetiu em todas as estatais. O governo também absorveu bilhões e bilhões de dívidas das estatais. A título de exemplo, a COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista) foi vendida por R\$ 300 milhões, sendo que o governo ficou responsável por dívidas de R\$ 1,5 bilhão, e o governo paulista adiou o recebimento de R\$ 400 milhões em ICMS atrasados. Na venda da Companhia Siderúrgica Nacional, o governo engoliu mais de R\$ 1 bilhão em dívidas¹⁵².

A imprensa divulgava na época de privatização que as teles seriam vendidas por R\$ 22,2 bilhões e que esse valor seria usado para reduzir a dívida. De fato, as teles foram vendidas por esse valor, só que a imprensa se esqueceu de anunciar que o pagamento seria de 40% de entrada e duas parcelas de 30%, vencíveis em um e dois anos respectivamente. Ou seja, o governo receberia como entrada R\$ 8,8 bilhões, e, desse valor, 50% seria financiado pelo BNDES¹⁵³. Estaria bom se parasse por aí. Acontece que, antes de privatizar essas empresas, o governo investiu

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 7.

¹⁵⁰ RUTKOWSKI, Lauro. À espera de grandes negócios. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 12, 29-7-2003.

¹⁵¹ *CORREIO BRAZILIENSE*, Brasília, p. 9, 3-9-2003.

¹⁵² BIONDI. *Op. cit.*, p. 9.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 11.

bilhões de reais nelas visando a saneá-las. Foi assim com o sistema Telebrás. Em 1996, o governo duplicou o investimento nas teles, alcançando R\$ 7,5 bilhões, chegou a R\$ 8,5 bilhões em 1997 e investiu mais R\$ 5 bilhões no primeiro semestre de 1998, totalizando R\$ 21 bilhões de investimentos em dois anos e meio, para vendê-las por R\$ 22,2 bilhões¹⁵⁴, enriquecendo os seus compradores com essa doação.

Ademais, o governo vendeu diversas estatais, como a CSN, aceitando “moedas podres” que estavam com o BNDES, que vendeu essas moedas para pagamento em até 12 anos para os compradores das estatais. Ou ainda, segundo Biondi,

os compradores não precisaram desembolsar dinheiro vivo nem mesmo para comprar as “moedas podres” usadas para pagar o governo... sem gastar, viraram “donos” de estatais construídas com dinheiro – bilhões de reais – de todos nós, ao longo de décadas...¹⁵⁵

As empresas, depois de adquiridas, recebiam empréstimos do BNDES com juros subsidiados para investimento: a CSN recebeu R\$ 1,1 bilhão e a *Ligth* R\$ 730 milhões.

Com a compra, os donos multinacionais das empresas privatizadas passaram a realizar remessas maciças para o exterior, para seus países, seja como lucros, dividendos, juros ou até como pagamento de “assistência técnica” ou “compra de tecnologia” de suas matrizes. Em lugar de ajudar a tapar o rombo externo, a privatização o agravou de forma permanente. As empresas multinacionais deixaram de adquirir equipamentos com as nacionais ou aquelas aqui instaladas e passaram a importar maciçamente. O fechamento de empresas, o desemprego e o aumento do déficit da balança comercial foram conseqüências inevitáveis. Ressalte-se que essas importações também eram financiadas pelo BNDES. De 1993 a 1998, as compras na área de telecomunicações no exterior aumentaram em dez vezes, de US\$ 280 milhões passaram para US\$ 2,8 bilhões¹⁵⁶.

O governo usou como argumentação para privatizar as estatais, além de outras, que essas empresas eram deficitárias. De fato, num primeiro momento, eram, pois suas tarifas estavam congeladas para segurar o processo inflacionário. Ademais, desde 1989, por força de um decreto presidencial, o BNDES estava proibido de realizar empréstimos às empresas estatais. Essa falácia caiu por terra quando, no primeiro semestre de 1997, a Telebrás, ainda uma empresa estatal, passou de um lucro de R\$ 500 milhões para R\$ 1,8 bilhões, dando um salto de 250%. A Eletrobrás passou de um lucro de R\$ 500 milhões para R\$ 1,5 bilhão. Na

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 13.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 12.

¹⁵⁶ *Idem, ibidem*, pp. 16-17.

mesma linha, as siderúrgicas estatais, como a CSN, Cosipa, Usiminas, tiveram o preço do aço achatado em até 75%, acumulando imensos prejuízos em seus balanços para segurar a inflação. Somente quando se preparava a privatização é que o aço teve aumentos de até 300% nos preços¹⁵⁷.

2 REFORMA ADMINISTRATIVA – A PERSISTÊNCIA DO CLIENTELISMO, DO FISIOLÓGISMO E DO PATRIMONIALISMO

Na lição Luiz Alberto dos Santos:

A dificuldade em se implementar qualquer reforma administrativa decorre do fato de que, após 106 anos de implantação do regime republicano, o Brasil ainda é refém do clientelismo e do patrimonialismo; os cargos comissionados são disputados pelos partidos em troca de apoio ao governo; concursos são burlados para permitir a contratação de apaniguados; as compras e as contratações governamentais são eivadas de fraudes, conluíus e desvios; a lei orçamentária não passa de uma ficção jurídica; enfim, os maus hábitos arraigados fazem do país o 5º mais corrupto do mundo, segundo pesquisas internacionais. Não se trata de meras práticas eventuais e ocasionais – a ocasião faz o ladrão, diz o ditado – mas de uma verdadeira cultura, cuja melhor tradução é a tristemente famosa “Lei de Gérson”, que insiste em se manter em vigor nos rincões de nosso país.¹⁵⁸

Deve-se reconhecer, segundo Santos, que, em toda a história republicana brasileira, jamais houve uma intenção firme, séria e contínua de enfrentar a influência patrimonialista, clientelista e fisiológica que sempre se apropriou do Estado para satisfazer seus próprios interesses. O serviço sempre foi loteado como propriedade da classe dominante e que até hoje resiste às tentativas de profissionalização da gestão, da democratização do processo de formulação de políticas públicas e da institucionalização do sistema de mérito. Os recursos públicos são geridos com reduzido grau de transparência, de forma não planejada, o que serve também aos propósitos dos que buscam no Estado favores e benefícios que se materializam na alocação desses recursos segundo seus interesses.¹⁵⁹

Tentando neutralizar tais influências, a Constituição de 1934 assegurou a estabilidade no serviço e o ingresso por meio de concurso público. Em 1939, foi

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, pp. 16-17.

¹⁵⁸ SANTOS, Luiz Alberto dos. Reforma administrativa no contexto da democracia: a PEC n. 173/95 e sua adequação ao Estado brasileiro. Brasília: Diap e Arko Advice Editorial, 1997. p. 11.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 14.

instituído o primeiro estatuto aplicável aos servidores públicos federais. Pressões clientelistas fizeram com que essas medidas fossem revistas já no fim do primeiro governo Vargas, quando se autorizou a contratação sem concurso, para funções temporárias de milhares de interinos e extranumerários, que se tornaram permanentes. Em 1952 surge o segundo estatuto do servidor, que dura até 1990, e, em 1960, a Lei 3.780, que cria um sistema de carreira para o servidor público, mas não o suficiente para impedir a nova leva de contratação clientelista, a desqualificação dos quadros de pessoal e a ausência de políticas destinadas a profissionalizar o serviço público. Em 1967, o Decreto-Lei 200 abre novamente as comportas do serviço público, permitindo a contratação sem concurso e a adoção do regime celetista. Dezenas de autarquias foram criadas, permitindo um elevado grau de provimento clientelista de seus empregos. A profissionalização do serviço público foi abandonada em prol do provimento livre dos cargos comissionados e da contratação – via empresas estatais, fundações e autarquias – de pessoal para a alta administração, sem concursos e sem critérios transparentes, sob a justificativa de que era necessário conceder liberdade gerencial, emancipando a administração indireta e instituindo o “espírito gerencial privado” na administração do setor paraestatal¹⁶⁰.

A Constituição de 1988 erigiu novamente o concurso público como única forma de ingresso, vedou o regime trabalhista na administração direta, autárquica e fundacional para cargos permanentes e assegurou a todos os ocupantes de cargo público a estabilidade, que somente poderia ser perdida mediante processo administrativo ou judicial, e instituiu a licitação pública como forma de administração pública celebrar seus contratos. Apesar desses remédios, pouca coisa foi feita para superar o estado de coisas que vigia até o momento. A reforma administrativa e a regularização dos servidores não concursados foram esquecidas. Os planos de carreira não haviam sido implementados. O caos remuneratório remanesce em detrimento do princípio constitucional da isonomia. O princípio da irredutibilidade salarial é grosseiramente desrespeitado com a sua corrosão pelos índices inflacionários. A avaliação de desempenho como forma de aferição de compatibilidade com o serviço público é um engodo. Há uma proliferação dos cargos em comissão de livre provimento em todos os escalões da administração, permitindo o loteamento de órgãos e entidades e sua utilização como moeda de troca política ou instrumento de cooptação¹⁶¹.

O Plano de Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro, seguindo o exemplo do Decreto-Lei 200, incentiva a opção pela terceirização de serviço público e de mão-de-obra nas suas mais diversas formas, quer seja pela contratação de empresa interposta, quer pela qualificação de entidades como organizações sociais, atribuindo

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 15.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 16-17.

determinada atividade pública e repassando material e pessoal para realizar tal intento, como forma de diminuir custos e colher melhores resultados. De par com isso, implementa uma série de medidas no bojo de um processo mais amplo de reforma trabalhista, implementada por meio de reformas constitucionais e que visa a desregulamentar a relação laboral.

A contratação por via das chamadas organizações sociais e de falsas cooperativas virou uma epidemia no serviço público. Somente no Governo do Distrito Federal calcula-se que a organização social Instituto Candango de Solidariedade tenha contratado mais de doze mil trabalhadores sem concurso público e sem qualquer critério claro de seleção para atuar nos quadros do GDF. No Governo Federal, segundo Rudolfo Lago¹⁶², há repartições com dois, três, no máximo, funcionários do quadro. O resto é terceirizado. Somente uma empresa, a Ajato, contrata mais de 400 funcionários para o Ministério do Trabalho. Na Câmara dos Deputados, uma única empresa fornece jornalistas, cinegrafistas, técnicos em informática, copeiros, serventes e faxineiros. Segundo o Ministério Público do Trabalho,

A União vem se beneficiando, de forma torpe, dos serviços de trabalhadores ilegalmente intermediados por falsas cooperativas, dirigindo ao seu bel-prazer a sua prestação laboral. Tudo para a execução de atividades (...) que deveriam ser prestadas por servidores públicos concursados¹⁶³.

Nem se alegue, para justificar tais contratações, que o procedimento licitatório pelos quais passam assegura o princípio da impessoalidade, na lição de Dora Maria de Oliveira Ramos¹⁶⁴:

É certo que a licitação pressupõe um processo público de escolha da proposta mais vantajosa. As contratações administrativas, no entanto, dão ensejo facilmente a uma ampla margem de ajustes contrários à moralidade administrativa. Uma vez eleito o vencedor do certame, o administrador poderá a seu talante, por exemplo, em nome de relação harmoniosa para a execução contratual, pleitear a contratação pela terceirizada de pessoas por ele indicadas.

3 A FALÁCIA DA NEUTRALIDADE DA GLOBALIZAÇÃO

Esta concepção, que prega a fatalidade das reformas e a globalização como natural e inevitável caminho da humanidade, é duramente criticada por Reinaldo Pereira e Silva, *ipsis litteris*

¹⁶² LAGO, Rudolfo. A praga. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 5 31-7-2003.

¹⁶³ SALLUM, Samanta. *Correio Braziliense*, Brasília, 4-4-2004.

¹⁶⁴ RAMOS, *Op. cit.*, p. 160.

somente com a arrogância própria da ideologia da direita pode-se pretender analisar a globalização de maneira axiologicamente neutra. No Brasil, a pretensa neutralidade axiológica da globalização recebe o nome de pragmatismo socioliberal, que nada mais é do que uma versão do neoliberalismo¹⁶⁵.

Com efeito, segue Silva citando Hector Figueroa:

por modelo neoliberal, entende-se o conjunto de políticas econômicas cuja principal premissa é que a intervenção do Estado na economia capitalista deve limitar-se a facilitar a acumulação privada, manter a estabilidade econômica (por exemplo, conter a inflação) e promover a livre concorrência. Na prática, o modelo neoliberal se serve da intervenção estatal para obter resultados econômicos que não são possíveis de alcançar mediante o mercado livre.¹⁶⁶

Em outros termos, segundo Silva, o modelo dito social-liberal não recusa a perspectiva neoliberal, mas também não a assume francamente. A diferença, segundo os formuladores do projeto de reforma do Estado do Governo Federal, é que o objetivo do neoliberalismo é retirar o Estado da economia, enquanto, para o modelo social-liberal, é aumentar a governança do Estado. As contradições, todavia, são óbvias, conforme demonstra Silva¹⁶⁷:

Como se pretende, ao mesmo tempo, globalizar a noção de mercado, rompendo com a perspectiva protecionista, e estimular a capacidade competitiva das empresas nacionais? Em uma economia globalizada, quais são as empresas nacionais e quais são as empresas internacionais? Os estímulos propostos, por acaso, são favores fiscais e bens e serviços subsidiados? Por outro lado, no plano do discurso social, a diferença entre a proposta neoliberal e o Estado Social-Liberal “está no fato de que os verdadeiros neoliberais querem a retirada do Estado também da área social. O Estado Social-Liberal continua responsável pelos direitos sociais, mas gradualmente deixa de exercer as funções de educação, saúde e assistência social para contratar organizações públicas não estatais”¹⁶⁸. As contradições da proposta social-liberal, nesse particular, são flagrantes. A prática tem demonstrado que seu verdadeiro propósito é a garantia à iniciativa privada de liberdade de ação em áreas de lucratividade certa, como

¹⁶⁵ SILVA. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁶⁶ FIGUEROA, Héctor. El modelo neoliberal y su impacto em las relaciones industriales em Estados Unidos. In *Ruptura em las relaciones laborales*. Caracas: Nueva Sociedad, 1995, p. 187, *apud* SILVA. *Op. cit.*, pp. 60-61.

¹⁶⁷ SILVA. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁶⁸ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Ed. 34, 1996. pp. 269-270, *apud* SILVA. *Op. cit.*, p. 60.

saúde e educação. Para tanto, o Estado retrai-se, deixa de cumprir as suas promessas, realizando cortes nos gastos públicos ao argumento de conter o déficit orçamentário.

A pretensa crise do Estado Intervencionista mostra na verdade uma inadmissão por parte da elite governante e do empresariado da conformidade entre liberdade individual e igualdade material, procurando enfraquecer os poderes do Estado para impedir o alcance dessa igualdade.

Para alcançar o seu intento, os neoliberais pregam o fim do Estado para os países periféricos, enquanto, nas regiões desenvolvidas, ele continua se fortalecendo cada vez mais. Pregam a crise e o fim das ideologias, quando na realidade, “mais do que em uma crise de ideologia, a proposta de flexibilização dos direitos sociais demonstra que o discurso do ‘fim das ideologias’ insere-se em uma verdadeira ideologia da crise”¹⁶⁹, na qual a esquerda assume uma posição conservadora e a direita se põe na vanguarda.

Pari passu, segundo Silva¹⁷⁰, aqueles que pregam a crise do Estado Intervencionista pregam também a crise da Constituição Socioeconômica, apresentada como constituição cuja previsão de direitos sociais apresenta contornos rígidos. Quando advogam a tese da flexibilidade dos direitos sociais, pregam, ao mesmo tempo, a da inalterabilidade do sistema capitalista, ou seja, os direitos sociais podem ser modificados, suprimidos, o sistema de acumulação capitalista, não. O que se quer na verdade é que os direitos sociais, em especial o direito ao trabalho, balancem ao sabor das variantes do mercado, às exigências de competitividade e de modernização tecnológica das empresas privadas.

4 REFORMA DO ESTADO – UMA ALTERNATIVA NEO-CONSERVADORA

Na visão de José Luis Fiori¹⁷¹, o núcleo central da primeira agenda desenvolvimentista brasileira foi desenhado nos anos 50 e propunha um crescimento econômico acelerado, com base na integração e na interiorização do mercado interno, organizado a partir da expansão da infra-estrutura, da indústria e do *agro-business*, calcado sobre uma aliança política nacional popular de sustentação democrática, na substituição de importações e na distribuição de renda. Esse projeto sofreu suas primeiras dificuldades no início dos anos 60 e foi bloqueado e derrotado pela coalizão de poder conservadora que sustentou o golpe de 64 e todo o regime

¹⁶⁹ SILVA. *Op. cit.*, p. 64.

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp. 73-74.

¹⁷¹ FIORI. *Op. cit.*, pp. 27-28.

militar. Essa nova coalizão deu uma marca anti-social e autoritária ao desenvolvimentismo dos anos 60/80 e propiciou uma gigantesca concentração e polarização de renda.

Esse desenvolvimento conservador foi denunciado e criticado pela oposição desde a segunda metade da década de 70, apontando a fragilidade de um movimento baseado em financiamento externo, com um protecionismo clientelista, uma distribuição de renda regressiva, uma sustentação do monopólio da terra, seus sistemas mal financiados de proteção da força de trabalho e da população, sua complacência em frente do processo de privatização do Estado Autoritário e de seus processos decisórios e sua fragilidade em frente dos interesses privados internacionalizados, entre outros. Esse desenvolvimentismo se baseava muitas vezes em decisões que beneficiavam a interesses privados nacionais e internacionais e de elites políticas nacionais e regionais que davam sustentação ao governo¹⁷².

Em grande medida, foi esse pensamento crítico que orientou as reformas dos anos 80, em especial a tentativa de revolucionar o desenvolvimentismo conservador, na primeira transição democrática, entre 1985 e 1988. No dizer de Fiori

Mas a experiência dos anos 60 já havia ensinado; nessa segunda oportunidade, a convicção comum era de que as reformas e o enfrentamento conjunto da crise da dívida externa e do novo contexto econômico internacional requeriam a mudança radical das bases de poder e a construção de uma nova coalizão capaz de redesenhar o desenvolvimento nacional com base noutro conjunto de valores hierarquizados a partir de um objetivo central: o bem-estar social e econômico da população brasileira. O mesmo objetivo foi consagrado e detalhado pela Constituição de 1988¹⁷³.

Essa nova tentativa de reforma progressista, segundo Fiori,

foi derrotada e rapidamente destruída pelas mesmas forças de centro-direita que haviam sustentado o desenvolvimento conservador dos militares. Essas forças já se reaglutinaram ainda no processo constituinte, mas só puderam vetar o pacto social e federativo da “Constituição Cidadã” mais tarde, quando encontraram apoio, legitimidade e liderança intelectual num segmento expressivo da própria frente democrática que abandonou o projeto de reformas progressistas e aderiu, de forma preguiçosa, a crítica neoliberal de uma abstração: o “desenvolvimentismo” em geral (...) Segundo essa crítica, sustentada na versão artificial da vulgata neoclássica, a nossa crise dos anos 80 havia sido causada pelo “populismo

¹⁷² *Idem, ibidem*, pp. 28-29.

¹⁷³ *Idem, ibidem*, p. 29.

macroeconômico” dos militares – que ninguém sabe como ficaram subitamente populistas – e pelo comportamento predatório de empresários *rent seeking*, que sempre estiveram onde estiveram, mas que decidiram, de maneira também surpreendente, matar a própria galinha dos ovos de ouro. Esse pastiche das idéias que vinham sendo difundidas, na década de 80, pela equipe econômica do Banco Mundial se transformou entre nós na argamassa ideológica que ajudou a “recolar” a velha coalizão de poder autoritária e anti-social, ligando-a às idéias e ao poder articulados internacionalmente em torno do Consenso de Washington¹⁷⁴.

Foi essa crítica, segundo Fiori, que legitimou o descumprimento, por parte dos conservadores, dos compromissos sociais e federativos assinados junto com a Constituição de 1988. Foi com base também nesse diagnóstico que, na década de 90, orientou-se o desmonte e depois a destruição do Estado brasileiro e dos seus instrumentos de intervenção. Destruiu-se, também, uma parte expressiva de suas cadeias industriais e da infra-estrutura construída nos trinta anos desenvolvimentistas¹⁷⁵.

4.1 O EXEMPLO ESPANHOL

Aponta o economista José Luis Fiori¹⁷⁶ para o exemplo do socialista Felipe Gonzalez na Espanha (1982-1996) e lança luzes sobre os rumos tomados pelo Brasil. Diz o autor que, antes de Felipe Gonzáles, vários governos socialistas ou social-democratas tentaram implantar uma gestão de administração do capitalismo. Diante do malogro dessa tentativa, vários partidos e vários governos socialistas europeus abandonaram a idéia de um capitalismo organizado e de planejamento estratégico e adotaram um programa neoliberal de administração do capitalismo. O socialista Felipe Gonzalez foi eleito com um programa que defendia uma estratégia do tipo keynesiana, junto com um plano de estabilização econômica e política de reestruturação industrial e um crescimento econômico voltado para a geração de emprego e aumento da equidade social. Esse programa, contudo, não foi cumprido, e o governo passou os doze anos anunciando a necessidade de acumular mais credibilidade.

A novidade da proposta de gestão do capitalismo sugerida por Gonzalez fundamentava-se na idéia de “concertação social”, com base nos pactos de Moncloa, mas o seu capítulo econômico foi logo abandonado, sem cumprimento de nenhuma

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 30.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 30.

¹⁷⁶ FIORI, José Luis. Lições espanholas. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 13-4-2003.

de suas cláusulas sociais. A única iniciativa mais eficaz se deu quando do rompimento da Central Sindical com o Partido Socialista Espanhol, por conta de uma proposta de reforma de previdência espanhola. Gonzalez assumiu o governo em 1982 prometendo 800 mil novos postos de trabalho e concluiu o seu primeiro mandato, em 1986, com mais de 740 mil novos desempregados. Gonzalez implantou uma política de arrocho salarial e de disciplinamento do mundo do trabalho que jamais passou pela concertação, mas pela força de lei e do desemprego. Abandonou a proposta keynesiana em troca de uma rigorosa ortodoxia conservadora. Num primeiro momento, as desculpas pela mudança de posição foram as condições econômicas mundiais e a situação em que se encontrava a economia espanhola. Mas, com o tempo, viu-se que o único objetivo permanente era o controle da inflação com instrumentos de moderação salarial, por meio de uma política econômica restritiva – baseada em altas taxas de juros – e redução do déficit público, fundamentalmente por meio da redução do gasto.

Fiori narra que

Essa experiência socialista espanhola deixa algumas lições econômicas importantes: a primeira é que, com uma política macroeconômica ortodoxa e conservadora, não há espaço para um crescimento sustentado por maior que seja a sua credibilidade; a segunda é que a desinflação parece não chegar jamais a patamares capazes de deter a desindustrialização e a desnacionalização da economia. Além disso, o ajuste microeconômico baseado apenas na “racionalização do trabalho, como ocorreu nos primeiros anos das décadas de 80 e 90, não é capaz de dar maior competitividade internacional a uma economia que esteja, como no caso espanhol, bloqueada pelas altas taxas de juros. Do ponto de vista da incorporação social e do aumento da equidade, os resultados foram também extremamente medíocres (...), a participação salarial no PIB caiu de 51,2% para 46,1% e a taxa de desemprego que girava em torno de 6% à época de Moncloa, e dos 15% no início do primeiro governo Gonzalez, chegou à casa dos 24% da população economicamente ativa e adulta, alcançando, em alguns momentos, a cifra de 37,9% entre jovens com menos de 25 anos de idade.

Noutra oportunidade, Fiori¹⁷⁷ volta a reforçar essas idéias, ressaltando primeiramente que política ortodoxa e crescimento com inclusão social não caminham no mesmo trilho. A média de crescimento dos países que tentaram essa conciliação na década de 1990 ficou abaixo dos 3%. A média de crescimento do Brasil entre 1945 e 1980 ficou entre 7% e 8%; na década de 90 ficou em 3%. Os

¹⁷⁷ FIORI, José Luis. Conflito de intereses. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 20-7-03.

índices de indigência estão situados abaixo daqueles da década perdida de 80. O desemprego disparou chegando a 20% nas grandes cidades e atingindo cerca de 30% da população mais jovem, com idade até 24 anos.

A segunda máxima ressaltada pelo autor é que política ortodoxa não se casa com competitividade industrial. O exemplo que se pode citar é mais uma vez o de Felipe Gonzalez na Espanha. Mantendo por 14 anos na Espanha o mesmo modelo ortodoxo, o país teve o seu melhor desempenho entre 1986 e 1990. Nesse período, o país recebeu 10 vezes mais investimentos externos que no quinquênio anterior. Contudo, 30% desse valor foi destinado à compra de empresas locais; 58% para investimento em carteiras de ações, obrigações e dívida pública em bolsa e o restante destinou-se basicamente à compra de imóveis, o que comprova o caráter especulativo desses investimentos. Durante o período de 1980 a 1990, a participação industrial do PIB espanhol caiu de 32,9% para 24,2%, empregando apenas 27% da população economicamente ativa (PEA), enquanto a participação dos serviços cresceu de 47 para 63%, empregando cerca de 60% daquela população. Segundo dados publicados no *The Economist*, em outubro de 1994, a Espanha foi o país da OCDE que mais vendeu empresas para o estrangeiro no período de 1989-1993, desnacionalizando rapidamente sua economia, e, no entanto, o país se situa hoje entre as nações menos competitivas desse bloco.

5 AS AMARRAS DA DÍVIDA EXTERNA

O processo de reforma do Estado brasileiro deu causa também a um aumento brutal e insustentável das dívidas públicas brasileiras, das quais só o pagamento de juros representa uma sangria que hoje chega próximo a 60% do PIB. Na análise de Marco A. C. Martins¹⁷⁸,

O PIB do Brasil ficará em torno de 1.500 bilhões de reais em 2003. Juros, só os da dívida pública, alcançarão 150 bilhões. O superávit primário deste ano, de 4,25% do PIB, cerca de 63,75 bilhões de reais, será insuficiente. Faltam mais de 86,25 bilhões para fechar a conta dos juros. Caso contrário, ambos, dívida e juros, continuarão a crescer. Cento e cinquenta bilhões de reais de juros são 10 milhões de casas populares por ano, a 15 mil reais cada uma. Cem milhões, em 10 anos. Esse é o tamanho das transferências feitas e a serem feitas para o setor financeiro pela política vigente.

¹⁷⁸ MARTINS, Marco A. C. Banco Central, juros e aritmética. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 14-7-2003.

Fazendo uma analogia entre o que ele chama de jurosduto e a reforma de previdência social, Martins¹⁷⁹ afirma,

nos próximos 20 anos, o governo pretende economizar R\$ 49 bilhões com a previdência para, supostamente, injetá-los na produção – R\$ 2,45 bilhões por ano. Já as cifras dos juros são brutais. Itaipu é a maior hidrelétrica do mundo. Com 12.600 MW de potência instalada, supre 24% da energia elétrica consumida no Brasil. Para colocá-la em operação, gastaram-se US\$ 15 bilhões e 13 anos. Pois bem, neste ano o jurosduto chupará o equivalente a mais de três Itaipus da produção para o setor financeiro.

Com os juros de R\$ 150 milhões daria para construir 33 itaipus em 10 anos. Esses juros, se não pagos, são reaplicados e passam a render juros sobre juros, sendo que o poder de compra da dívida é sempre mantido, pois é indexada em dólar ou em moeda corrigida pela inflação. R\$ 150 milhões por ano são R\$ 3 trilhões em 20 anos. A reforma da previdência injetará R\$ 2,45 bilhões por ano. Dividindo R\$ 3 trilhões por R\$ 2,45 bilhões por ano, encontra-se pouco mais de 1.224 anos. Ou seja, a quantia a ser sugada pelos jurosduto em apenas 20 anos só será reposta pela reforma da previdência daqui a mais de um milênio e dois séculos. A crise é séria, e o governo vende a ilusão de que as reformas desencadearão um novo ciclo de crescimento sustentado. Com isso, desvia a atenção, procura e tenta ganhar tempo. A permanecer esse mecanismo, a economia brasileira prevalecerá amarrada.

Essas transferências, segundo Martins, que é ph.D. pela Universidade de Chicago, são canalizadas pela dívida pública (jurosduto). A política de juros e de superávits fiscais é a bomba que suga os impostos para lá injetá-los. A carência de R\$ 86,25 bilhões por ano, neste momento, é que significa o desequilíbrio fiscal. As soluções apontadas são sempre aumento do superávit primário, aumento da carga fiscal, confisco de poupança, entre outras. Os efeitos dessa política têm sido devastadores, todavia, não passa de uma técnica de ganhar dinheiro, propagandeada como se fosse uma verdade científica absoluta. A Selic é apenas uma peça facilmente substituível da engrenagem. O problema é outro. Segundo o autor, a dívida pública de quase um trilhão de reais veio para ficar, não para ser paga. Mesmo que se queira, a indexação ao dólar e a taxa de juros formam uma couraça contra o seu pagamento. Escravizam o devedor. Transformam o setor produtivo da economia brasileira em vaca leiteira do setor financeiro.

Na mesma linha de raciocínio, Fiori¹⁸⁰, discorrendo sobre o mais recente acordo celebrado entre o Brasil e o FMI e criticando esse alinhamento incondicional, diz que

¹⁷⁹ MARTINS, Marco A. C. Jurosduto e previdência social. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 5-5-2003.

¹⁸⁰ FIORI, José Luis. O sol e a peneira. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 21, 30-11-2003.

existe uma enorme assimetria de poder e de interesses entre as nações e os vários grupos econômicos dentro de cada uma das nações. Por isso, não existem políticas econômicas com validade universal que possam atender simultaneamente às necessidades das grandes potências e às das grandes economias em desenvolvimento. Países como Brasil, Argentina, Índia, Rússia ou Indonésia não podem aplicar as mesmas políticas dos países desenvolvidos se querem seguir suas trajetórias vitoriosas. Numa economia mundial integrada e desregulada, a política macroeconômica liberal e ortodoxa funciona, nos países menos desenvolvidos, como um instrumento de poder a favor dos capitais das economias mais poderosas, exatamente como no caso dos tratados amplos de livre comércio, só que de forma mais sutil e destrutiva. Nesse contexto, não há como tapar o sol com a peneira: os países mais fracos só conseguirão defender os interesses do seu capitalismo e de sua população se forem capazes de construir as próprias estratégias comerciais, junto com políticas macroeconômicas adequadas ao seu nível de desenvolvimento e aos seus objetivos nacionais.

Décio Garcia Munhoz¹⁸¹, professor de Economia da Universidade de Brasília, assenta que

Discutir-se a presença do Fundo no país é não só oportuno, mas essencial, pois os empréstimos que a instituição tem feito ao Brasil não visam a financiar déficits externos, mas apenas constituir uma reserva, um depósito bancário, que dê garantia aos investidores externos. Assim, ainda que o país tenha acumulado uma dívida externa impagável, os recursos obtidos no FMI dão a garantia de que os especuladores sempre encontrarão abertas as portas de saída, sem o risco de inadimplência do devedor.

CAPÍTULO 9 – PERSPECTIVAS

Reformas administrativas, fiscais, patrimoniais do Estado podem e devem ser feitas, mas nenhuma delas resolverá o problema da falta de supremacia ou de hegemonia. Ao contrário, as reformas só terão sentido e curso normal se encaminharem e servirem as opções fundamentais, que, no curto prazo, passam por uma profunda reforma financeira, com inevitáveis perdedores. Logo depois, ou simultaneamente, deverá haver a formulação de uma política industrial e tecnológica. Esta, se alijar completamente a concorrência externa, manterá os fundamentos da inflação e cumulará ineficiências; se optar por uma abertura completa de mercados, porá em

¹⁸¹ MUNHOZ, Décio Garcia. As regras do FMI e a difícil transição. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 23, 6-9-2003.

risco as conquistas positivas do processo de industrialização, atingindo ademais o emprego, a estabilidade interna e a própria possibilidade de crescimento, dado o nosso endividamento externo.¹⁸²

1 A ADMINISTRAÇÃO DA CRISE E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Na análise de Carlos Lima¹⁸³, doutor em Economia pela Universidade de Paris,

A abertura da economia brasileira à Economia globalizada obedeceu à lógica inscrita na dinâmica capitalista de resolver as crises intermitentes dos países cênicos. O papel dos países periféricos é de servir de escoadouro para a produção excedente da economia integrada.

Diz que o objetivo do Plano Real foi garantir a demanda dos bens de luxo. “Às crises de sobreprodução e insuficiência de demanda dos países hegemônicos, inerentes ao processo sociometabólico capitalista, correspondeu uma mudança qualitativa no mundo periférico, nas economias semi-integradas”. Essa política que leva ao empobrecimento da sociedade brasileira não foi redirecionada no Governo Lula no sentido de dizer não ao FMI, de propor políticas públicas que viessem a resgatar a enorme dívida social herdada do governo anterior.

A elevação das taxas de juros, segundo Lima, proporcionou o pagamento de juros de R\$ 500 milhões ao dia, possibilitando o fantástico lucro dos bancos parasitas do setor financeiro: R\$ 13,4 bilhões dos sete maiores bancos e o BC com 31 bilhões de lucro no ano passado. Enquanto isso, a renda do brasileiro despencou, e o desemprego cresceu, fazendo com que a taxa chegasse a 13% em 2003. O diagnóstico do governo é eminentemente monetário, portanto, neoliberal. As políticas sociais foram para o espaço, e a crise social se agudiza, gerando uma espécie de salve-se quem puder. O mês de setembro de 2003 foi um mês de crescimento para a indústria, todavia, não houve investimento e nem aumento do número de trabalhadores. Significa isso que os trabalhadores disponibilizaram sua força de trabalho por mais tempo para tentar garantir sua reprodução enquanto classe social. O governo atual optou pela administração do capital em crise, fazendo com que os trabalhadores tenham diferido no tempo a sua utopia por um mundo melhor e certamente terão aumentada sua jornada de trabalho no processo de criação de riqueza social no seio do trabalho coletivo. O espetáculo de crescimento, nesses termos, significará uma maior exploração do trabalhador.

¹⁸² FIORI, José Luis. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. 1992, *apud* PEREIRA. *Op. cit.*, p. 29.

¹⁸³ LIMA, Carlos. O espetáculo do crescimento. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 21, 21-3-2004.

2 O ESTADO DEMOCRÁTICO E A EMANCIPAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

Na visão de Araújo Pinto, a crise do Estado Social tem dimensões e desdobramentos mais profundos. É temerário reduzir essa crise a um contexto exclusivamente fiscal ou administrativo. Ela é, antes de tudo, uma crise de déficit de cidadania e de democracia, diz Araújo Pinto¹⁸⁴. A crise de cidadania decorre da falta de participação efetiva do público nos processos de deliberação da sociedade política. Assevera que “A identificação do público como estatal acabou por limitar a participação política ao voto. A isso se aduziu uma estrutura burocrática centralizada e distanciada da dinâmica vital da sociedade”. A absorção pelo Estado das tarefas de prover compensação e inclusão levou a um superdimensionamento dele e à crise da democracia, ante a constatação de que, numa sociedade diferenciada por especialização de funções, não pode haver o domínio de uma parcela da sociedade sobre a outra¹⁸⁵.

No bojo da crise do Estado Social é que se dá o início da construção de um novo paradigma: O Estado Democrático de Direito. Ele decorre, segundo Araújo Pinto, da constatação dessa crise e da emergência – a partir da complexidade das relações sociais – de novas manifestações de direitos ligadas ao meio ambiente, às minorias raciais, aos grupos definidos por gênero ou por orientação sexual. A ênfase conferida ao paradigma emergente, diz o autor, concentra-se na idéia de cidadania, compreendida em sentido procedimental de participação ativa. Tal realidade proporciona o surgimento de novas formas de associação: organizações não-governamentais, sociedades civis de interesse público, redes de serviços não verticalizados, fazendo com que o público não mais se identifique com o Estado, tendo, inclusive, a possibilidade de demandar contra ele na defesa dos direitos que resguardam. As esferas do público e do privado, tratadas tanto no Estado Liberal quanto no Social como opostas, no Estado Democrático passam a ser vistas como complementares¹⁸⁶. Conclui o autor profetizando que

A emancipação de uma esfera pública independente dos comandos estatais e que viabilize a redefinição da relação entre dimensão privada da existência e o aspecto público da organização social constitui o maior desafio a ser enfrentado por sociedades que se pretendem democráticas¹⁸⁷.

¹⁸⁴ ARAUJO PINTO. *Op. cit.*, p. 41.

¹⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 42.

¹⁸⁶ *Idem, ibidem*, pp. 43-45.

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 46.

Para Fiori¹⁸⁸, o aprofundamento democrático é incompatível com as políticas ortodoxas implantadas no país a partir da década de 90, na qual se preconiza que a sobrevivência dos regimes democráticos estaria ligada à adoção por esses países de uma espécie de armistício macroeconômico em que todos reconhecessem a existência de uma única política econômica científica e eficaz, baseada no chamado “consenso de Washington”, que tem suas máximas nas privatizações, na abertura da economia, na desregulamentação e no controle da inflação e do déficit público, na liberalização dos fluxos de capital financeiro e na redução do Estado. A democracia poderia discutir tudo o que estivesse fora dessa verdade absoluta. Conclui o autor sintetizando que as políticas ortodoxas se tornam prisioneiras de si mesmas, da sua obsessão antiinflacionária, bloqueando o crescimento da economia e da competitividade nacionais, e promovem a heterogeneidade social e regional desses países, aumentando a apatia de seus cidadãos e ferindo de morte a democracia.

3 A RETOMADA DO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA AUTODIRIGIDO

Celso Furtado, citado por Fiori, avalia que,

num país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais, na orientação das atividades econômicas, conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como um projeto nacional¹⁸⁹.

Para Fiori, Celso Furtado tinha como perspectiva de que a “formação econômica nacional” só se concluiria com a criação dentro do Brasil de um sistema econômico articulado e capacitado para autogerir-se, cuja formação teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação de “centros endógenos de decisão”, capazes de dar-nos a “faculdade de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades estabelecidas por nós mesmos”; a segunda seria que esse processo fosse acompanhado por crescente homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; a terceira, finalmente, que a própria idéia de “formação” se fizesse vontade coletiva e projeto político capazes de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo

¹⁸⁸ FIORI, José Luis. Conflito de interesses: a política ortodoxa e o objetivo do aprofundamento democrático. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 20-6-2003.

¹⁸⁹ FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 13, *apud* FIORI. *Op. cit.*, p. 164.

econômico. Para Celso Furtado, segundo Fiori, este era um processo em curso desde os anos 30 e foi atropelado pelas transformações mundiais que se aprofundaram a partir da década de 70 e interrompido pelas políticas de reformas liberais levadas a cabo pelos governos brasileiros da década de 90. “A perda de controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram lugar a uma situação nova em que a própria idéia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo.” Quando na verdade, segundo Furtado, “a atrofia dos mecanismos de controle dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisão transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisão.”

Celso Furtado, noutra recente oportunidade, em matéria publicada no *Correio Braziliense*¹⁹⁰, narra que

É indispensável decretar a moratória como forma de abrir um canal para renegociação. Porém, temos de nos reestruturar para nos adaptarmos à baixa do capital externo, que será um impacto, mas não tão grande como apregoam alguns. Ninguém quer se fechar a negociar com o Brasil, que é um grande cliente.

Na avaliação de Furtado, somente por meio desse caminho, será possível reduzir a vulnerabilidade externa e retomar o crescimento. Não revertendo a situação do desemprego o país estará caminhando para uma recessão profunda. “Temos que agir rapidamente para fazer face às questões sociais, principalmente o desemprego. O país está parado e não sustenta essa situação por mais dois anos”. Furtado listou, como problemas crônicos da economia brasileira, a concentração de renda e as altas taxas de juros.

4 O MUNDO PÓS-NEOLIBERAL: O ROMPIMENTO COM O CAPITAL FINANCEIRO

Emir Sader¹⁹¹ narra que o neoliberalismo, ao produzir o triunfo do economicismo, produziu ao mesmo tempo um cemitério teórico, permitindo o triunfo do esoterismo e da auto-ajuda como modalidades de leitura e alternativas para quem não encontra instrumentos para decifrar a realidade. A desmoralização da capacidade de transformação coletiva do mundo levou à auto-análise. A desqualificação dos grandes projetos de apropriação pelo homem da capacidade de ser sujeito da história levou ao esoterismo. Essa miséria, capitaneada por aqueles

¹⁹⁰ FURTADO, Celso. Furtado pede moratória. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 7, 2-9-2003.

¹⁹¹ SADER, Emir. Pensar o outro Brasil. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 19, 15-6-2003.

que pregavam o fim da história, espalhou-se pelo mundo. No Brasil, os oito anos do intelectual de esquerda foram igualmente miseráveis, nos quais se combinaram ditadura da economia, desprestígio da política e desqualificação das oposições.

Voltando a analisar a conjuntura política, cerca de seis meses após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para Presidente da República, avalia que essa eleição foi, antes de tudo, resultado do fracasso das políticas de FHC. A oposição capitalizou a resistência ao governo, a crise do bloco do poder, as condições regionais e internacionais favoráveis às alternativas ao neoliberalismo. Porém o resultado eleitoral não foi nenhum triunfo de mobilização e nem de grandes construções teóricas ou políticas, tanto assim que o PT chegou ao poder sem dispor de uma alternativa ao neoliberalismo, deixando claro a opção que fizera pela institucionalidade em detrimento da organização social. Optando por chegar ao governo a todo custo, abriu mão da sua trajetória política e não se preocupou em formular uma alternativa teórica ao sistema que combatia. Segundo ainda Sader, a crise hegemônica gerada pela realização e pelo conseqüente esgotamento do neoliberalismo (como política e como modelo de sociedade) é, ao mesmo tempo, uma crise política e teórica, que requer práticas políticas novas e nova capacidade de elaboração teórica. O Governo Lula não escapa da crise hegemônica que abarca toda a sociedade brasileira. Ou ele será um marco na sua superação positiva ou será engolido por ela. E a construção de alternativa hegemônica para o Brasil, que representa as forças populares, majoritárias, mas sempre excluídas dos blocos de poder, é uma tarefa política, mas também teórica, de iluminação dos novos caminhos.

Diz Emir Sader, em matéria publicada no *Correio Braziliense*, em fevereiro de 2004¹⁹², que o mundo pós-neoliberal se opõe frontalmente aos princípios mercantis. O liberalismo busca enfrentar os conflitos na oposição público/privado, deslocando o público e camuflando o mercantil por trás do privado. Mas na realidade, como vimos no processo de privatização, privatizar significa colocar na esfera mercantil o que estava na esfera estatal ou pública. Portanto, o privado no mundo liberal representa na realidade o mercantil. No mundo neoliberal, a reprodução social se dá por meio da mercantilização enquanto, no antineoliberal, a categoria central é a do público, no qual se universalizam direitos e promove-se a extensão da cidadania a todos. A universalização dos direitos, para Emir Sader, significa antes de tudo, extensão do direito ao trabalho:

Uma sociedade justa é aquela em que todos têm garantido seu direito ao trabalho, vivem do seu trabalho e não exploram o trabalho alheio. É, antes de tudo, uma sociedade do trabalho, em que a categoria trabalho

¹⁹² SADER, Emir. A esquerda, o Governo Lula e o pós-neoliberalismo. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 19, 15-2-2004.

se estende e se universaliza. A direita procura colocar o trabalho em função do capital, de que a flexibilização e as férias coletivas são expressões. A esquerda privilegia o direito ao trabalho, com todos os direitos correspondentes, porque reconhece no trabalho o responsável pela criação de todas as riquezas, materiais e espirituais, da sociedade, e porque vive do trabalho a grande maioria da população. Além de que é através das políticas de incentivo ao trabalho que se reconstrói e se reforça um dos sujeitos históricos fundamentais para lutar por uma sociedade mais justa – a fundada no direito ao trabalho.

A ruptura com o neoliberalismo, segundo o autor, passa pela ruptura da hegemonia do capital financeiro; pela expansão do mercado interno de consumo de massa, distribuindo-se melhor a renda; pela redefinição da própria estrutura do Estado no sentido de estender o direito à cidadania a toda a população no plano interno e garantir, no plano externo, a inserção soberana do país. No plano ideológico, há que se resgatar a dimensão coletiva e plural dos indivíduos por meio dos valores do humanismo, da solidariedade, da construção coletiva dos destinos da sociedade, do país e do mundo. Trata-se de substituir a competição pela solidariedade, a oportunidades de direitos. Há que se quebrar o monopólio dos meios de comunicação, democratizar o acesso à informação, redirecionar a sua programação, na qual outros valores sejam cultuados que não o da violência e o da competição. Conclui, o sociólogo, dizendo que o governo será julgado, em última instância, pela ruptura que introduzir com o neoliberalismo, com o modelo hegemônico fundado no mercado e nos valores mercantis. Até o momento isso não aconteceu. Para que outro mundo seja possível, temos que lutar para a construção de sociedades justas e humanizadas, isso só será possível rompendo-se com essa estrutura de dominação.

CONCLUSÃO

A crise dos anos 70 é, acima de tudo, uma crise do padrão de acumulação taylorista/fordista que é transferida para o Estado e que faz com que o capital se reorganize para retomar o ciclo reprodutivo e o projeto de dominação societal. Para tanto, implementa um processo de desmonte desse Estado e de sua legislação protecionista, deixando, ao final, um rastro de empobrecimento e desemprego para aqueles que só têm o trabalho humano para buscar sua sobrevivência.

Karl Marx, já nos estudos do modo de produção asiático, aponta a apropriação de excedente por determinados grupos que exerciam funções definidas na sociedade. Esse poder de função, aos poucos, foi se transformando em poder de exploração, criando uma instância superior para defender seus interesses em

detrimento dos interesses da maioria da população. Antes, portanto, de se estabelecer uma relação de propriedade privada, há criação de um ente, cujos membros se destacam dos demais membros da comunidade e se sentem no direito de auferir certos privilégios às expensas dos demais. É o Estado que nasce com uma mancha que vai acompanhá-lo em toda sua trajetória. Nesse sentido, o Estado Greco-Romano se assentou sobre a escravidão, o Estado Medieval sobre a servidão, o Estado Moderno sobre o trabalho assalariado e o Estado dito Pós-Moderno pleiteia assentar-se sobre o trabalho desregulamentado, flexibilizado. Essa relação sempre tensa entre estrutura do Estado e interesses da classe trabalhadora atravessou séculos, desembocando na crise de identidade que hoje perpassa tanto um quanto outro.

No bojo dessa conjuntura é que emerge a proposta de reforma do Estado sob o argumento de que ela se faz necessária para inserir esse mesmo Estado no contexto das mutações operadas na sociedade. Dizem seus teóricos que o Estado enxuto há que reduzir suas atividades econômicas, repassar serviços para a iniciativa privada e vender ativos que serão substituídos pelas concessões de serviço público, fazendo com que o Estado seja capaz de atrair capitais a serem investidos no setor produtivo. Ilude-se, ou quer nos iludir, de que o capital, predatório por natureza, vá deixar o lucro certo da especulação financeira pelo lucro incerto e trabalhoso do investimento produtivo.

A fundamentação da reforma do Estado, segundo seus autores, está assentada na sua crise fiscal e no desvio de suas funções originais, deteriorando a prestação de serviço público. Sendo inadiável um ajustamento fiscal duradouro; uma reforma econômica voltada para o mercado; uma reforma da previdência e uma reforma administrativa; uma renovação dos instrumentos de política social; um aumento da governança, tornando a Administração Pública mais voltada para a cidadania, visando a criar o que o Ministro Bresser-Pereira chamou de Estado Social-Liberal.

Ao contrário do que pregavam os iluminados pais da reforma do Estado, o que se percebe claramente, após sua implantação, é um agravamento e um aprofundamento da crise socioeconômica do país. Aprofundaram-se o desemprego, a distribuição negativa de renda e o endividamento externo. Sob o argumento de enxugar o Estado para dar-lhe mais governança e melhor atender ao interesse público, passou-se para a iniciativa privada boa parte do patrimônio público que foi construído com o sacrifício do povo brasileiro durante décadas. Como resultado, houve uma piora significativa no atendimento ao cidadão, e as tarifas públicas aumentam ao sabor da variação cambial, em contrapartida, os salários perdem seu valor de compra a cada ano.

No que diz respeito ao desemprego, segundo dados do BIRD (Banco Mundial), a taxa de desemprego no Brasil está estimada em 13%, o dobro entre

jovens de até 24 anos. De cada real, apenas dois centavos ficam com os 20% mais pobres enquanto 61 ficam com os 20% mais ricos. No Brasil, 39,8% da economia está na informalidade¹⁹³. A participação dos salários no PIB (Produto Interno Bruto), que chegou a 50% há pouco mais de uma década, está hoje abaixo de 36%, segundo dados do Dieese¹⁹⁴. As tarifas públicas, que empataavam 15% do orçamento familiar em 1995, em agosto de 2003, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, absorvem 28%¹⁹⁵.

De cada 10 trabalhadores, apenas quatro têm carteira assinada. A informalidade cresce a níveis assustadores mesmo no berço da legislação trabalhista, a indústria. Segundo dados do IBGE, a participação dos sem-carteira na indústria cresceu 15,2% em 1992 para 17,7% em 2002. A jornada de trabalho dos autônomos é mais alta do que aquela estipulada pela Constituição. Desses, 46,5% trabalham mais de 44 horas semanais, e 31,64% trabalham mais de 49 horas. Dos 75 milhões de trabalhadores brasileiros, 42 milhões não têm acesso à previdência¹⁹⁶.

A maioria dos acordos celebrados no primeiro semestre de 2003 não recompôs o valor do salário real de 2002. A maioria dos reajustes negociados foi inferior à variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), medido pelo IBGE. De 149 acordos, 54% (ou 81 acordos) não recompuseram o salário real. Os primeiros sete meses desse mesmo ano resultaram numa queda real de 11,4% no rendimento do trabalhador brasileiro. No acumulado dos últimos 12 meses, setembro de 2002 a setembro de 2003, o INPC é de 17,52%. A maioria das categorias, todavia, tem conseguido reajuste de 10%. As empresas mais lucrativas ligadas ao Governo Federal, Petrobrás e Correios, por exemplo, ofereceram 10% para seus empregados. Os demais servidores da carreira da administração direta, o Carreirão, têm que se contentar com reajuste de 1%¹⁹⁷.

O processo de distribuição negativa de renda no país, além de não ter sido alterado, se aprofunda. Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹⁹⁸, em sua publicação *Estatísticas do Século XX*, lançada em 29 de setembro de 2003, publicados pelo Correio Braziliense de 30 de setembro de 2003, p. 15,

No século 20, o Brasil aumentou em 10 vezes a população, mas multiplicou por cem a sua riqueza. No entanto, deixou para o novo século o desafio de reduzir as desigualdades entre ricos e pobres. Em 1900, o Produto Interno Bruto (PIB, total de bens e serviços

¹⁹³ CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, p. 10, 13-11-2003.

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*. p. 10, 12-11-2003.

¹⁹⁵ *Idem, ibidem*. p. 9, 5-11-2003.

¹⁹⁶ *Idem, ibidem*. p. 4, 10-11-2003.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*. p. 11, 30-9-2003.

¹⁹⁸ *Idem, ibidem*. p. 15, 30-9-2003.

produzidos no país) equivalia a cerca de R\$ 1 bilhão, para uma população de 17,4 milhões de pessoas. Em 2000 chegou a R\$ 1 trilhão para 169,6 milhões de brasileiros.

O estudo mostra ainda que, em 1960, a renda total dos 10% mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Trinta anos depois, a diferença havia saltado para 60 vezes.

Dados do Banco Mundial, publicados no *Correio Braziliense*¹⁹⁹, indicam que o Brasil é o país mais desigual do mundo. Na América Latina, os 10% mais ricos detêm 48% da renda enquanto os 10% mais pobres, apenas 1,6%. No Brasil, os 10% de brasileiros mais pobres recebem 0,9% da renda do país, e os 10% mais ricos ficam com 47,2%.

Dados do PNAD²⁰⁰ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) indicam que a renda familiar entre 1995 e 2001 teve uma queda real, descontada a inflação, de 7%, vindo de R\$ 1.066,00 para R\$ 993,00. Em 1995, pela pesquisa de orçamento familiar, uma família em 1995 empenhava em média 13% de sua renda com contas de telefone, luz, gás e água. Seis anos depois, o peso dessas tarifas sobre o orçamento familiar subiu para 28%.

A dívida externa brasileira era de US\$ 291,6 milhões em 1901. Ao final do século, atingia US\$ 236 bilhões. Um crescimento de 810 vezes no período. No início do século, a dívida correspondia a uma vez e meia o valor da exportações e, ao final do século, era mais de quatro vezes o valor da vendas externas totais do Brasil, segundo o IBGE em sua publicação *Estatísticas do Século XX*²⁰¹.

A relação dívida/PIB atingiu a casa dos 58,5% em agosto de 2003²⁰². O Brasil já teve o oitavo maior PIB do mundo. Terminará, pelas projeções, o ano de 2003 na 15ª posição, segundo estudos realizados pela Global Invest, publicados no *Correio Braziliense*²⁰³ de 2-10-03.

Entre agosto de 2002 e o mesmo mês de 2003, o Brasil gastou com juros da dívida R\$ 155,732 bilhões – o que corresponde a quase quatro vezes as despesas programadas para todos os ministérios da área social em 2004, de R\$ 42,371 bilhões. Somente nos oito primeiros meses de 2003, os juros consumiram R\$ 102,217 bilhões, 69% a mais que igual período ao ano anterior e o correspondente a 10,2% do PIB, segundo dados do Banco Central²⁰⁴.

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*. p. 12, 25-12-2003.

²⁰⁰ *Idem, ibidem*. p. 9, 3-9-2003.

²⁰¹ *Idem, ibidem*. p. 15, 30-9-2003.

²⁰² *Idem, ibidem*. p. 7, 3-10-2003.

²⁰³ *Idem, ibidem*. p. 9, 2-10-2003.

²⁰⁴ *Idem, ibidem*. p. 10, 30-9-2003.

O plano diz que traz em seu bojo um processo para, por exemplo, estimular a competitividade das empresas nacionais sem explicar como se vai definir o que é empresa nacional numa economia globalizada. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Estudos Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET), 65% das exportações nacionais são geradas por companhias transnacionais²⁰⁵.

Outro exemplo da forma como vai se dar essa competitividade pode-se colher na área de comunicação. Segundo Eduardo Duailibi²⁰⁶, na área de propaganda, das 30 maiores agências, 19 já são estrangeiras e apenas 11 realmente brasileiras. No primeiro trimestre de 2003, do faturamento das 30 maiores agências, as multinacionais ficaram com 72% e as brasileiras apenas com 28%, conforme pesquisa do Ibope Monitor. Os grandes anunciantes estrangeiros estão fechados para as agências brasileiras, ou seja, o Brasil abriu o mercado para eles, e eles o fecharam para agências brasileiras. Da verba governamental para propaganda, 75% é distribuído para as agências multinacionais e só 25% para as nacionais. Nos grandes países, a preferência no fornecimento de verbas e serviços é para as empresas nacionais, principalmente quando se trata de interesses soberanos do país. Diz o autor que “A propaganda não é ideologicamente neutra. Ao ser confiada a uma visão de mundo que nos é estranha, no espírito perde a voz e se esvai o sentido de nação”.

Enquanto os neoliberais pregam o fim do Estado para as nações periféricas, tratam de fortalecer cada vez mais o aparelho de seus Estados. Pregam a abertura de mercado e o fim dos subsídios enquanto impõem sobretaxas e, por exemplo, só para a agricultura norte-americana, foram previstos no orçamento de 2004 mais de US\$ 200 bilhões em subsídios conforme ampla divulgação pela imprensa. Pregam a crise da Constituição Socioeconômica como se os direitos sociais pudessem ser modificados ao sabor do mercado, enquanto o sistema de acumulação capitalista fosse inatingível.

A mesma receita seguida pelo Brasil, esboçada no seu Plano de Reforma do Aparelho do Estado, foi antes implementada pelo governo do socialista Felipe Gonzalez na Espanha, tendo resultado em um estrondoso fracasso, aumentando o desemprego, diminuindo a participação salarial no PIB, jogando para baixo a taxa de crescimento e diminuindo a competitividade industrial. No Brasil, esse modelo propiciou um processo vergonhoso de dilapidação do patrimônio público e de empobrecimento de seu povo.

²⁰⁵ *Idem, ibidem.* p. 11, 31-7-2003.

²⁰⁶ DUAILIBI, Eduardo. A propaganda e o interesse nacional. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 9, 21-7-03.

Na lição de Reinaldo Pereira e Silva, esse pragmatismo socioliberal nada mais é do que uma visão falaciosa do neoliberalismo. O que esse modelo quer é garantir à iniciativa privada lucratividade numa área certa como educação e saúde, haja vista a proliferação desenfreada de escolas e hospitais/clínicas particulares e a concomitante e paulatina depredação desses serviços públicos. A título de exemplo, na área da educação, 59% dos alunos matriculados na escola pública não compreendem o que lêem: são os analfabetos funcionais, segundo dados do IBGE. Apenas 25% dos brasileiros entre 15 e 62 anos têm domínio pleno da leitura e conseguem localizar informação num texto, 75% da população se enquadra como analfabetos funcionais, segundo pesquisa do Ibope²⁰⁷.

No que diz respeito à evolução do Estado, passado o susto da Revolução Russa e contornadas as crises de sobreacumulação e sobreprodução, o Estado Intervencionista passa a não ser mais necessário ao projeto capitalista. Cria-se, portanto, uma crise fiscal para ele, na qual se preconiza a volta do princípio contratualista nas contribuições. Com a crise, diz Bobbio, rompe-se a convivência pacífica entre sociedade e Estado, uma vez que o Estado não pode, ao mesmo tempo, fortalecer o consumo social e apoiar a acumulação de capital. Para Araújo Pinto, essa crise se expressa em déficit de cidadania e democracia, uma vez que a identificação do público com o estatal limitou a participação popular ao voto. A saída é a separação da idéia de público da idéia de Estado, ampliando-se os canais de participação, passando o público e o privado a serem complementares.

O que se percebe é que, mais uma vez, a mudança na forma do Estado se dá no interesse das classes dominantes. O Estado do Bem-Estar Social não foi criado porque a burguesia se tornou mais racional e igualitária, mas por um instinto de sobrevivência diante das crises social e econômica provocadas pela conjuntura do início do século XX e pelo avanço do movimento operário. De outra banda, a crise do Estado Interventor só apareceu porque esse Estado já cumprira seu desiderato. No dizer de Reinaldo Pereira e Silva, a crise é fabricada e tem por escopo a inserção falaciosa no imaginário social da imprescindibilidade econômica do *laissez faire*. A crise não tem por objetivo avançar, mas retroceder, acabando com o igualitarismo do Estado Social.

O processo de desmonte do Estado e a descaracterização da Constituição Socioeconômica se dão no bojo dessa pseudocrise. A burguesia já não tem mais necessidade do Estado para controlar os trabalhadores e para permitir-lhe a continuidade do processo de acumulação. Os trabalhadores e seus sindicatos estão retraídos, e a bola da vez passa a ser o próprio Estado. Seu desmonte foi necessário para dar seguimento ao processo de acumulação.

²⁰⁷ CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, p. 23, 30-10-2003.

Essa mudança, na verdade, seguiu a lógica das que houve anteriormente na estrutura do Estado. São implementadas a reboque das mudanças no processo de acumulação capitalista e em razão dele, visando a adequar a forma do Estado ao processo de globalização, para tanto preconiza-se o enxugamento da máquina pública por meio das privatizações e das publicizações, da abertura sem critério do mercado, da desregulamentação das relações trabalhistas por meio de contratações temporárias, da flexibilização de direitos trabalhistas, das terceirizações, objetivando chegar ao que se convencionou chamar de Estado enxuto, cópia mal-acabada do modelo de empresa enxuta do toyotismo visando a reproduzir a lógica predatória do capitalismo da época do *laissez faire* e perpetuando a máxima de Marx de que “a história ocorre como drama e repete-se como farsa”.

Mais recentemente, com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva ao poder, novas expectativas se apresentaram. A vitória eleitoral desse importante líder operário se deu por meio de um conjunto de alianças que trouxe em seu bojo uma série de concessões. Duas situações conjunturais diferentes contribuíram para que essa chegada ao poder não significasse um rompimento com a estrutura de poder dominante. Internamente, no Partido dos Trabalhadores, dava-se um processo de desgaste e de desmobilização advindo do recuo do movimento popular em todos os níveis e da crise que se abatia sobre o movimento sindical. Esses movimentos, popular e sindical, berços da criação do Partido dos Trabalhadores, já não lhe garantiam sustentação em um possível rompimento com o *status quo* vigente.

De outra banda, o fetiche da derrocada do socialismo, emblematicamente na queda do muro de Berlim, leva a esquerda a uma crise ideológica sem precedentes. A isso, soma-se um forte avanço tecnológico que dá sustentação ao sistema capitalista e às novas formas de acumulação, fazendo com que o trabalho deixe de ser o centro desse sistema, como exaustivamente demonstrado neste trabalho. Sem projeto e sem base social, a esquerda, no poder, outra coisa não faz senão tentar administrar os projetos da direita. Nesses termos, o Governo Lula, no seu primeiro ano, se limitou a ser um aprendiz de dublê do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Exemplo clássico desse marasmo é a reforma de previdência, na qual em vários pontos a proposta do Governo Lula não só reproduz como aprofunda a que foi proposta pelo Governo FHC. Proposta, diga-se de passagem, que foi fortemente atacada pelo Partido dos Trabalhadores, tanto no Congresso quanto no Judiciário.

O mesmo desiderato segue a reforma sindical e trabalhista. Não é segredo para ninguém a crise por que passa o movimento sindical em todo o mundo. Essa crise gerou um processo de descrédito dos sindicatos junto às suas bases, fazendo com que seus atuais dirigentes usem de todo tipo de expediente para permanecer

no controle das máquinas sindicais. A reforma sindical acolhe os sindicatos no bojo dessa crise e tenta contribuir para a sua sobrevivência – aliados de primeira hora que foram do atual governo. O que se percebe é que essa reforma está sendo feita preservando-se os interesses dos dirigentes sindicais em detrimento do interesse dos trabalhadores. Entre os dirigentes sindicais, privilegiam-se aqueles ligados às centrais sindicais em detrimento daqueles que atuam nas bases. Até o presente momento, as lideranças sindicais têm gastado mais fôlego em assegurar formas de preservar a sua própria estabilidade como dirigentes sindicais do que em discutir a estabilidade do trabalhador em seu emprego.

A discussão entre unicidade ou pluralidade sindical no Fórum Nacional do Trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho e do Emprego, redundou até agora em uma proposta de pluralidade limitada assentada em três pontos básicos: a) sindicalismo de parceria, como estrutura de interesse estatal, disciplinada para permitir que trabalho e capital tenham campo propício para diálogo permanente, por meio de negociações coletivas voluntárias e incentivadas; b) priorização da cúpula sindical em relação aos trabalhadores, dando força, subtraída dos sindicatos de base, às centrais; c) representatividade comprovada perante o Estado, reduzindo o tamanho da autonomia conquistada em 1988²⁰⁸. O caminho que se anuncia é o retorno da discussão da mudança do artigo 618 da CLT e da Constituição de 1988, apoiada na suposta livre negociação, na qual o negociado passe a se sobrepor ao legislado, permitindo a negociação *in pejus* tão combatida pelo Partido dos Trabalhadores. A liberdade e a autonomia sindical, preconizadas pelo Convenção 87 da OIT, passam ao largo dessa discussão.

No que diz respeito à reforma trabalhista, no plano do direito individual, o Governo Lula tem entendido que é preciso abrir espaço para novas formas de contratação e expandir aquelas criadas no Governo FHC. O que se pretende, no entanto, nesses modelos, não é adequar o direito a novas formas de trabalho, mas tão-somente reduzir os níveis de proteção. Discute-se também a possibilidade de trazer para o Direito do Trabalho o tratamento fiscal que se dá às pequenas empresas, reduzindo os direitos dos seus empregados. Além de precarizar ainda mais os direitos dos trabalhadores que atuam nesse ramo, corre-se o risco de miniaturização das grandes empresas, levando-as a se organizarem em pequenas, como já fizeram com relação ao processo de terceirização, fazendo malograr tal intento.

Com relação à proteção no emprego, as negociações não avançam. Os trabalhadores querem aprofundar aquelas poucas possibilidades de proteção existentes no ordenamento jurídico, como a multa resilitória de 40% do FGTS e o

²⁰⁸ AROUCA, José Carlos. Reforma da legislação sindical: Relatório do Fórum Nacional do Trabalho: Primeira Leitura. *Revista Ltr*, vol. 68, n. 5, p. 530, maio/2004.

aviso prévio proporcional previsto na Constituição, que, até o presente momento, não foi regulamentado. Os patrões, por seu turno, lutam para diminuir tais garantias ou até mesmo eliminá-las, como já se fez no caso do trabalho a tempo parcial e naqueles a tempo certo. Diante de uma negociação sem parâmetros como se pretende, tendo os patrões nas mãos a fonte de sobrevivência do trabalhador, passa a dispor na prática do próprio direito, modulando não apenas a prestação de serviços, mas as próprias normas de tutela²⁰⁹.

O modelo de negociação tripartite inaugurado por Lula, que, segundo Viana²¹⁰, a doutrina tem chamado de “neocorporativo”, pode, por um lado, valorizar o movimento sindical dando-lhe novas forças ou, por outro, fazê-lo perder a sua identidade. O que nos parece é que essa identidade já veio sendo perdida ao longo do processo de escolha de conquista do governo. O que os sindicatos estão buscando nessa mudança, por meio de seus órgãos de representação no governo – em especial as centrais sindicais –, é uma forma de sobrevivência, permeada pelo caminho mais cômodo para os seus dirigentes: a sua institucionalização. O caminho a seguir, o mais longo e difícil – que é aquele da legitimidade conferida pelas bases, da aliança com o novo movimento social emergente: dos sem-terra, dos índios, dos consumidores, das ONGs, dos movimentos de luta pelo meio ambiente, por uma melhor qualidade de vida etc, buscando uma síntese entre o moderno e o pós-moderno, no dizer de Boaventura de Souza Santos –, está sendo paulatinamente descartado, fazendo com que, mais uma vez, a lógica do capital prevaleça sobre os interesses da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARAÚJO PINTO, Cristiano Paixão. *Arqueologia de uma distinção: o público e o privado na experiência histórica do direito*. In: PEREIRA, Cláudia Fernanda Oliveira (org.). *O novo Direito Administrativo brasileiro: o Estado, as agências e o terceiro setor*. Belo Horizonte: Fórum, 2003.
- AROUCA, José Carlos. Reforma da legislação sindical: Relatório do Fórum Nacional do Trabalho: Primeira Leitura. *Revista LTr*; vol. 68, n. 05, p. 530, maio/2004.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*.

²⁰⁹ VIANA, Márcio Túlio. O movimento sindical, o Congresso da CUT e a reforma trabalhista. *Revista LTr*, vol. 67, n. 12, pp. 1415-1417, dez./2003.

²¹⁰ *Idem, ibidem*. p. 1423.

- São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C. Varriale [et al] 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismo de controle. In: *Cadernos Mare de reforma do Estado*. Vol. 1. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, Câmara de Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.
- DELGADO, Gabriela Neves. *Terceirização: paradoxo do Direito do Trabalho contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2003.
- DUAILIBI, Eduardo. A propaganda e o interesse nacional. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 9, 21-7-03.
- FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1998.
- FIORI, José Luís. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. Conflito de interesses. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 20-7-03.
- _____. Conflito de interesses: a política ortodoxa e o objetivo do aprofundamento democrático. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 20-6-2003.
- _____. Lições espanholas. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 13-4-2003.
- _____. O sol e a peneira. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 21, 30-11-2003.
- FURTADO, Celso. Furtado pede moratória. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 7, 2-9-2003.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 23. ed. Ver. e tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- LAGO, Rudolfo. A praga. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 5, 31-7-2003.
- LIMA, Carlos. O espetáculo do crescimento. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 21, 21-3-2004.
- MARTINS, Marco A. C. Banco Central, juros e aritmética. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 14-7-2003.
- _____. Jurosduto e previdência social. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17, 5-5-2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Traduzido por Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MEDAUAR, Odete. *O Direito Administrativo em evolução*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. As regras do FMI e a difícil transição. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 23, 6-9-2003.

- NOVAES, Carlos Eduardo. *Capitalismo para principiantes*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira. *Reforma administrativa: o Estado, o serviço público e o servidor*. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Brasília Jurídica, 1998.
- RAMOS, Dora Maria de Oliveira. *Terceirização na Administração Pública*. São Paulo: LTr, 2001.
- RUTKOWSKI, Lauro. À espera de grandes negócios. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 12, 29-7-2003.
- SADER, Emir. A esquerda, o Governo Lula e o pós-neoliberalismo. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 19, 15-2-2004.
- _____. Pensar o outro Brasil. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 19, 15-6-2003.
- SALLUM, Samanta. *Correio Braziliense*, Brasília, 4-4-2004.
- SANTOS, Luiz Alberto dos. *Reforma administrativa no contexto da democracia: a PEC n. 173/95 e sua adequação ao Estado brasileiro*. Brasília: Diap e Arko Advice Editorial, 1997.
- SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores.
- SILVA, Reinaldo Pereira e. *O mercado de trabalho humano: a globalização econômica, as políticas neoliberais e a flexibilidade dos direitos sociais no Brasil*. São Paulo: Ltr, 1998.
- THOMPSON, Edward P. *Formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Tradução Denise Bottmann. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Tradução Denise Bottmann. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Tradução Denise Bottmann. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. III.
- VIANA, Márcio Túlio. A proteção social do trabalhador no mundo globalizado. O Direito do Trabalho no limiar do século XXI. *Revista LTr*, São Paulo, v. 63, n. 7, p. 885, jul./1999.
- _____. O movimento sindical, o Congresso da CUT e a reforma trabalhista. *Revista LTr*, v. 67, n. 12, pp. 1415-1417, dez./2003.
- _____. Terceirização e sindicato: um enfoque para além de jurídico. *Revista LTr*, v. 67, n. 7, p. 775, jul./2003.